

PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA DE ILHÉUS - BAHIA



Realização



GAMBÁ
Grupo Ambientalista da Bahia

GAMBÁ
Grupo Ambientalista da Bahia

**PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA
DE ILHÉUS - BAHIA**

Ilhéus - 2012

CRÉDITOS

GRUPO AMBIENTALISTA DA BAHIA - GAMBÁ

Avenida Juracy Magalhães Junior 768, sala 102
Rio Vermelho - 41.940-060 Salvador - Bahia
Telefone: 71 3240 6822 www.gamba.org.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

Praça J.J. Seabra, s/n - Centro
45.653-280 Ilhéus - Bahia
Telefone: 73 3234 3500 www.ilheus.ba.gov.br

Coordenação

Renato Cunha
Ananda Orlando

Consultores

Heloisa Orlando
Marcelo Roncato

Assessoria Administrativa e Financeira

Cíntia Hipólito

Mapas

Ronaldo Gomes (LAPA/UESC)
Harildon Ferreira (Secretaria do Meio Ambiente de Ilhéus)

Revisão

Arminda D´Alva

Projeto Gráfico e Diagramação

Carol Nóbrega

Foto aérea da capa

José Nazal

Oficina Participativa do Diagnóstico

Coordenação e Moderação: Heloisa Orlando

Articulação e logística: Marcelo Roncato

Apoio: Prefeitura Municipal de Ilhéus e Associação
Comercial de Ilhéus

Oficina Participativa do Plano de Ação

Coordenação: Heloisa Orlando

Articulação e logística: Marcelo Roncato

Moderação: Alexandre Botelho Merrem

Apoio: Prefeitura Municipal de Ilhéus e Justiça Federal de Ilhéus

AGRADECIMENTOS

Adelicio Barbosa
Alvimar Valadares
Cecília Naiane
Cezar Falcão Filho
Cid Edson Póvoas*
Cristiane Fernandes
Dan Lobão
Daniela Alarcon
Deizemeire Silva Souza
Gideon Farias Dero
Dina Oliveira
Eliezér Ribeiro
Emanuela Spínola
Emerson Lucena
Emílio Gusmão
Fabio Massena
Fernando Ribeiro*
Gabriel Rodrigues dos Santos
Gil Gomes
Gil Marcelo Reuss
Glória de Castro
Harildon Ferreira*
José Luiz Bezerra
José Nazal*

Josmar Valadares
Marcelo Monteiro
Makelly Martinhago
Mariana Machado
Maria do Socorro Mendonça*
Maria Marta Lucas
Marisqueiras MAMBAPE
Marlene Dantas
Milene Maia
Nadia Acauã
Nicolas Melgaço
Paulo Eduardo S. Figueiredo
Paulo Paiva
Raimundo Faneca
Raul Requião
Romari A Martinez
Ronaldo Gomes*
Ronaldo Sant Anna
Rui Rocha
Ruitter Vieira
Wagner Ferreira

* Agradecimentos Especiais

CONDEMA Conselho Municipal de Meio Ambiente

FUNDACI - Fundação Cultural de Ilhéus
MARAMATA - Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata
SEMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SESAU – Secretaria Municipal de Saúde
SEDUC - Secretaria Municipal de Educação
SEPLIN – Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura
SETUR – Secretaria Municipal de Turismo
IESB – Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia
Instituto Floresta Viva
Associação Ação Ilhéus

FUNPAB - Fundação Pau Brasil
IHGI - Instituto de Patrimônio Histórico e Geográfico de Ilhéus
FAMI - Federação das Associações de Moradores de Ilhéus
CREA - Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - Sub seção de Ilhéus
Distrito Industrial de Ilhéus
ACI - Associação Comercial de Ilhéus
SRI - Sindicato Rural de Ilhéus
APC - Associação dos Produtores de Cacau
AMO – Amparo Melhor Ong
Instituto CABRUCA

SUMÁRIO GERAL

I. INTRODUÇÃO	9
II. METODOLOGIA	11
III. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL	13
1 Caracterização do Município	13
1.1 Localização e Inserção Regional e Microrregional	15
1.2 Núcleos Urbanos Existentes no Território Municipal	18
1.3 Estrutura Fundiária e Utilização da Terra no Município	19
1.4 Aspectos Ambientais	26
2 Principais Atividades Econômicas	37
3 Avaliação dos Planos e Programas Existentes no Município	43
3.1 Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR)	49
3.2 Plano Diretor Municipal Participativo (PDMP)	51
3.3 Saneamento Ambiental	56
3.4 Programa de Recuperação das Bacias dos Rios Cachoeira e Almada	59
3.5 Programa Conservação Produtiva da Região Cacaueira da Bahia	59
4 Unidades de Conservação e Populações Locais	60
4.1 Unidades de Conservação Municipais	65
4.2 Unidades de Conservação Intermunicipais	69
4.3 Reserva da Biosfera e Corredores Ecológicos	76
4.4 Terras Indígenas	79
4.5 Comunidades Rurais	80
5 Avaliação da Capacidade de Gestão do Município	84
5.1 Avaliação do Quadro Legal em Vigor no Município	88
6 Diagnóstico Físico-Ambiental e de Uso e Ocupação do Solo do município de Ilhéus	92
6.1 Aspectos do Substrato Rochoso	97
6.2 Cobertura Vegetal	102
6.3 Áreas de Preservação Permanente	105
6.4 Pressões e Ameaças na Mata Atlântica de Ilhéus	111
6.5 Áreas de Risco na Sede de Ilhéus	118
6.6 Fragmentos de Mata Atlântica na Área Urbana de Ilhéus e Espécies Silvestres	123
IV. PROPOSTA DE AÇÃO	127
1 Análise do Cenário Atual	127
2 Definição da Situação Futura Desejada	129
3 Cenário de Sustentabilidade – Estratégias e Ações	131
4 Ações Prioritárias	138
BIBLIOGRAFIA	140
SIGLAS	146
ANEXOS	148
Anexo 1 - Participantes das Oficinas de Diagnóstico e Plano de Ação	148
Anexo 2 - Lista de Organizações Não Governamentais Socioambientais do município de Ilhéus	153

SUMÁRIO DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma do Processo de Elaboração do PMMA de Ilhéus	11
Figura 2. Localização do Município de Ilhéus	13
Figura 3. Capitânicas Hereditárias	14
Figura 4. Município de Ilhéus-1950. Linha amarela: limite atual (adaptação - José Nazal)	14
Figura 5. Território de Identidade Litoral Sul - Ba	15
Figura 6. Bacias Hidrográficas dos Rios Cachoeira e Almada	16
Figura 7. Bacias Hidrográficas no Município de Ilhéus	17
Figura 8. Vilas e Povoados do Município de Ilhéus (adaptação - José Nazal)	18
Figura 9. Mapa dos Solos do Município de Ilhéus com Nomenclatura Atualizada Conforme o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (1999)	26
Figura 10. Mapa do Zoneamento Agroecológico do Município de Ilhéus	26
Figura 11. Estrato do Balanço Hídrico Climatológico Mensal (média do período) para a área de abrangência do município de Ilhéus e para uma capacidade máxima de armazenamento de água no solo de 50mm	27
Figura 12. Regiões de Planejamento e Gestão das Águas - RPGA	27
Figura 13. RPGA do Leste	28
Figura 14. Mapa de Vegetação na Área de Influência Direta e Indireta do Projeto Porto Sul	41
Figura 15. Traçado da Ferrovia Oeste-Leste	41
Figura 16. Petróleo e Gás Natural	42
Figura 17. Macrozoneamento Municipal de Ilhéus	53
Figura 18. Macrozoneamento Urbano de Ilhéus	54
Figura 19. Unidades de Conservação do Município de Ilhéus	64
Figura 20. Área Ampliada da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada	69
Figura 21. Projeto Porto Sul em Área da APA Lagoa Encantada e Rio Almada no Município de Ilhéus	72
Figura 22. Parque Estadual do Conduru Inserido nos Municípios Baianos	73
Figura 23. Localização do Refúgio de Vida Silvestre de Una, Município de Una e Ilhéus	75
Figura 24. Corredor Central da Mata Atlântica - Projeto Corredores Ecológicos	77
Figura 25. Assentamentos e Associações Rurais do Município de Ilhéus	82
Figura 26. Base Cartográfica Utilizada no Trabalho	94
Figura 27. MDT do Município de Ilhéus Gerado a Partir da Manipulação dos Dados Matriciais Disponíveis pelo Projeto TOPODATA	95
Figura 28. Imagem Landsat	96
Figura 29. Imagens LANDSAT 5TM Utilizadas no Estudo, Datadas de Maio de 2006 e Julho de 2011, nas Bandas 1(R), 2(G) e 3(B) e 5(R), 4(G) e 3(B), Respectivamente	96
Figura 30. Mapa do Substrato Rochoso do Município de Ilhéus	98
Figura 31. Mapa Hipsométrico do Município de Ilhéus	100
Figura 32. Mapa de Classes de Declividade do Município de Ilhéus	101
Figura 33. Cobertura Vegetal e Uso e Ocupação do Solo	103
Figura 34. Áreas de Preservação Permanente do Município de Ilhéus	108

SUMÁRIO DE TABELAS

Figura 35. “Mapa Falado” Pressões e Ameaças nos Distritos de Pimenteira e Rio do Braço	112
Figura 36. “Mapa Falado” Pressões e Ameaças nos Distritos de Sede, Japu, Coutos e Olivença	112
Figura 37. Mapa das Pressões ao Meio Ambiente no Município de Ilhéus	114
Figura 38. Mapa das Ameaças ao Meio Ambiente no Município de Ilhéus	115
Figura 39. Distribuição das Poligonais de Áreas Requeridas no DNPM no Município de Ilhéus com Informações de Substância Requerida	116
Figura 40. Distribuição das Poligonais de Áreas Requeridas no DNPM no Município de Ilhéus com Informações de Fase do Processo	117
Figura 41. Distribuição das Áreas Subnormais no Sítio Urbano de Ilhéus	119
Figura 42. Distribuição das Áreas Consolidadas no Sítio Urbano de Ilhéus	121
Figura 43. Distribuição das Áreas de Risco a Escorregamentos Estudadas	121
Figura 44. Rodovias Selecionadas em Ilhéus para a Pesquisa com <i>Cerdocyon thous</i>	124
Figura 45. Mapa de Vegetação e Pontos de Avistagem de Saguis (<i>Callithrix kuhlii</i>) na zona urbana de Ilhéus	125
Tabela 1. Estabelecimentos Agrícolas, Segundo Categorias de Tamanho em Ilhéus (2011)	20
Tabela 2. Utilização das terras dos Estabelecimentos Agropecuários de Ilhéus em 2006	22
Tabela 3. Área e Utilização das Terras por Atividade na Região, no Período entre 1980 e 1985	22
Tabela 4. Principais Cultivos do Município de Ilhéus (2011)	23
Tabela 5. Distribuição Espacial das Zonas Agroecológicas no Município de Ilhéus	25
Tabela 6. Área Total do Município de Ilhéus Pertencente às Bacias Hidrográficas do Rio Cachoeira e Rio Almada	28
Tabela 7. Ações Conservacionistas no Município de Ilhéus	44
Tabela 8. Categorização das Unidades de Conservação no Município de Ilhéus Legal em Vigor no Município de Ilhéus	62
Tabela 9. Quadro legal em vigor no município de Ilhéus	89
Tabela 10. Uso e Ocupação do Solo do Município de Ilhéus	104
Tabela 11. Áreas de Preservação Permanente do Município de Ilhéus	109
Tabela 12. Classes de Uso e Ocupação do Solo Presentes nas APP do Município de Ilhéus	110
Tabela 13. Matriz de Planejamento - Situação Atual da Mata Atlântica em Ilhéus	128
Tabela 14. Cenário de Referência em 2012	130

GAMBÁ - Grupo Ambientalista da Bahia

O Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá é uma organização não governamental, criada em 1982, voltada para a defesa do meio ambiente da Bahia e do Brasil, buscando sempre um alinhamento com as questões globais.

Usa como estratégias de trabalho a articulação com outras organizações e movimentos sociais e o incentivo à participação e ao exercício do controle social. Além da disseminação de informações e a execução de projetos demonstrativos. Tornou-se referência no Estado e no País.

Possui três grandes áreas de atuação: formação da cidadania, conservação de ecossistemas e acompanhamento das políticas públicas.

Todo o trabalho voltado para capacitar lideranças e incentivar a participação cidadã, nas diversas ações desenvolvidas pelo Gambá baseia-se no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (ECO-92) e segue de perto a implantação da Lei de Educação Ambiental do Estado.

O acompanhamento das políticas públicas tem como objetivos principais o monitoramento das questões socioambientais emergentes, a participação efetiva em colegiados ambientais e a discussão da legislação.

Um dos seus principais focos de trabalho é a recuperação e a conservação da Mata Atlântica. Instalou o Centro de Pesquisa e Manejo da Vida Silvestre do Gambá – CPMVS, na Reserva Jequitibá, situada na Serra da Jibóia (Recôncavo Sul da Bahia), onde desenvolve metodologias de recuperação e manejo da fauna, mas também ações de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas com espécies nativas da Mata Atlântica.

O Gambá foi um dos fundadores da Rede de ONGs da Mata Atlântica, em 1992, e desde então tem sido um membro ativo deste coletivo, compondo atualmente seu Conselho de Coordenação. A Rede foi uma das principais articuladoras da elaboração da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/06) e acompanhou intensamente a sua tramitação no Congresso Nacional, durante 14 anos. De acordo com esta Lei, todos os municípios que estejam dentro do domínio da Mata Atlântica deverão ter um Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.

Em cumprimento ao disposto na Lei, o Ministério do Meio Ambiente, através do PDA – Projetos Demonstrativos, lançou uma chamada pública, na qual o Gambá teve aprovado o Projeto Capacitação para Implementação de Planos Municipais de Conservação e Recuperação de Mata Atlântica no Nordeste e elaboração de Planos Demonstrativos na Região. Esta chamada pública conta com a colaboração da Cooperação Brasil – Alemanha, no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério do Meio Ambiente, da Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha, através do apoio

técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), e apoio financeiro do KfW (Banco Alemão de Desenvolvimento). Por sua vez, o Gambá estabeleceu várias parcerias para o desenvolvimento do Projeto.

Este documento – Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Ilhéus – é, portanto, um dos produtos deste Projeto.

A execução deste Plano pode conservar e ampliar a cobertura vegetal do município, aumentando os benefícios advindos da “mata em pé”, que poderão ser usufruídos pela população local.

NEWTON LIMA SILVA **Prefeito de Ilhéus**

Sinto-me bastante honrado em ter contribuído para a elaboração e aprovação Plano Municipal de Recuperação e Conservação da Mata Atlântica do Município de Ilhéus. Como prefeito de Ilhéus, cumpro um dever institucional do mandato a mim conferido pelos ilheenses; na condição de cidadão, participei de um trabalho democrático que contou com contribuição de pessoas ilustres e instituições interessadas no desenvolvimento sustentável de nosso município.

O Plano que ora apresentamos é resultado num esforço conjunto para oferecer a Ilhéus um trabalho científico de suma importância para a biodiversidade da rica Mata Atlântica que povoa nosso município. Com isso, estamos oferecendo uma vida melhor para as futuras gerações, que ganham um instrumento de vital importância na regulação da convivência do homem em plena harmonia com a natureza.

Nós, na condição de ilheenses que amamos nossa terra, ainda podemos dizer que ajudamos a legar a Ilhéus um trabalho pioneiro na Bahia, por ser o primeiro a ser elaborado e aprovado no estado. Por isso, agradeço de coração, aos que se debruçaram nessa empreitada, a exemplo do Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), Instituto Floresta Viva, Instituto Cabruca, Instituto de Estudos Sociais do Sul da Bahia, Ceplac, Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Ilhéus, Instituto Nossa Ilhéus e Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de Ilhéus, além das pessoas que deram uma valiosa contribuição tornar esse sonho em realidade.

Todos terão seu nome esculpido em nossa história.



Capítulo I INTRODUÇÃO

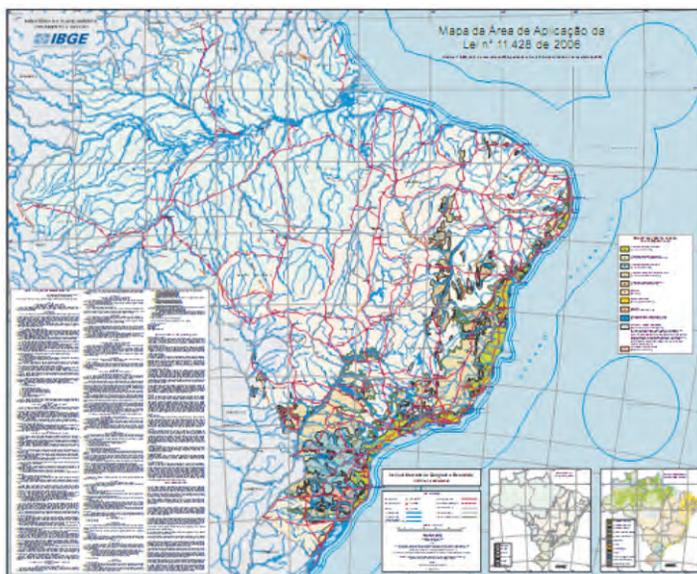
Vinham de outras terras, de outros mares, de próximo de outras matas, mas de matas já conquistadas, rasgadas por estradas, diminuídas pelas queimadas, matas de onde já haviam desaparecido as onças e onde começavam a rarear as cobras. E agora se defrontavam com a mata virgem, jamais pisada por pés de homens, sem caminhos no chão, sem estrelas no céu de tempestade.

TERRAS DO SEM FIM - Jorge Amado

O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) foi instituído pela Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/06) como instrumento de gestão territorial. A Constituição Federal estabelece que compete ao município promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial. Nesse contexto, a administração municipal tem sua responsabilidade com a conservação e recuperação da Mata Atlântica e com a qualidade de vida da população.

Na Bahia vivem mais de 11,3 milhões de pessoas na área da Mata Atlântica em 330 municípios, sendo o terceiro estado em número de habitantes nessa área, atrás somente de São Paulo e Minas Gerais. O município de Ilhéus tem um papel importante, pois, sai na frente na municipalização do debate sobre a conservação e recuperação da Mata Atlântica, elaborando o primeiro Plano Municipal no Estado da Bahia.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Diretoria de Geociências, versão 2004



O PMMA de Ilhéus é fruto de um projeto demonstrativo elaborado pelo Grupo Ambientalista da Bahia —GAMBÁ com apoio de Projetos Demonstrativos (PDA)/ Ministério do Meio Ambiente-MMA, em parceria com a Prefeitura Municipal de Ilhéus, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e organi-

zações da sociedade civil. Conta ainda com a Cooperação do Governo Alemão, através das instituições GIZ e KfW.

Capítulo II METODOLOGIA

O procedimento para a elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica de Ilhéus (PMMA) teve como orientação o Roteiro Metodológico para Elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica produzido no âmbito do Projeto Programa da Mata Atlântica II. Este projeto conta com o apoio do governo alemão — através de seu Ministério do Meio Ambiente, da Proteção da Natureza e da Segurança Nuclear; da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ), do KfW (Banco Alemão de Desenvolvimento), do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e do Governo Federal do Brasil. Nesse sentido, foram observados os objetivos gerais do roteiro adequado, no entanto, às necessidades e realidade do município.

No processo de construção do PMMA de Ilhéus observou-se as seguintes etapas:

Etapa 1: Organização do Processo de Elaboração;

Etapa 2: Elaboração do PMMA

- Diagnóstico da Situação Atual
- Definição da Visão de Futuro e Formulação do Plano de Ação;

Etapa 3: Aprovação do PMMA;

No fluxograma da Figura 1 estão destacados os passos que foram dados neste processo de construção do Plano.

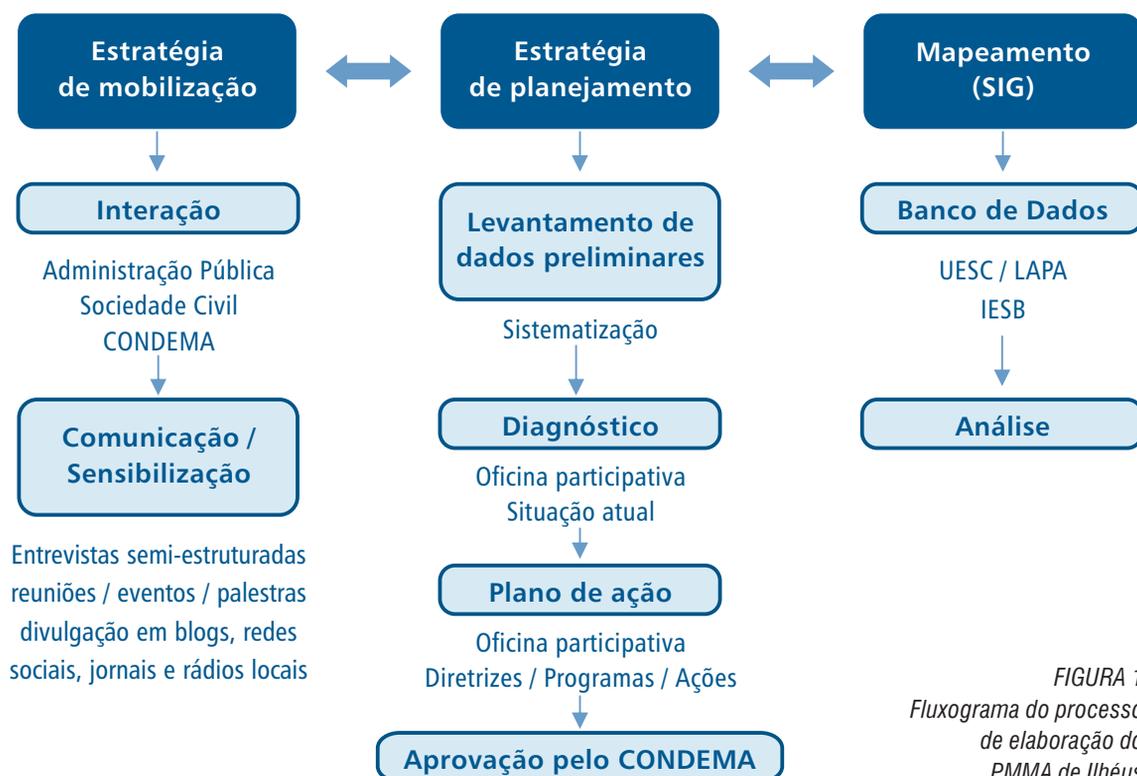


FIGURA 1
Fluxograma do processo de elaboração do PMMA de Ilhéus

Em se tratando de um município que dispõe de relevantes informações de várias pesquisas realizadas por instituições de ensino e organizações não governamentais, além de um CONDEMA bastante atuante, a mobilização desses diversos atores, incluindo o Poder Público Municipal, foi fundamental para a existência da maior interação na realização da tarefa e do objetivo comum para a elaboração do PMMA.

O diagnóstico da situação atual contemplou duas abordagens concomitantes: a identificação de programas, projetos e atividades no município de Ilhéus que têm contribuído para a conservação da Mata Atlântica no âmbito da sociedade civil organizada, do Poder Público Municipal, Estadual e Federal, que resultou na construção de um panorama de ações positivas em prol da conservação. A outra abordagem foi o mapeamento dos aspectos físicos e ambientais e de uso e ocupação do solo do município de Ilhéus. O diagnóstico das pressões e ameaças causadoras de desmatamento e degradação da Mata Atlântica foi realizado durante oficina participativa com diversos atores.

A avaliação estratégica ocorreu em outra oficina participativa que abordou quatro aspectos:

- A.** exposição dialogada sobre os dados históricos, sociais e econômicos e os diferentes vetores das pressões e ameaças sobre a Mata Atlântica no município de Ilhéus;
- B.** identificação da situação desejada em relação à Mata Atlântica nos próximos 10 anos;
- C.** reflexão sobre o contexto interno relacionado aos pontos fracos/debilidades e aos pontos fortes/qualidades para a conservação e recuperação da Mata Atlântica e sobre o contexto externo relacionados às ameaças e oportunidades em relação à Mata Atlântica no momento atual e, finalmente,
- D.** definição das diretrizes e estratégias orientadoras do PMMA e ações que irão concretizar e implementar este plano.

O grande destaque para o PMMA refere-se ao conhecimento técnico científico acerca da Mata Atlântica e ao esforço de um longo processo de mobilização e organização na região em prol da sua conservação. Hoje o município tem uma considerável cobertura vegetal de 66,5% do seu território por conta de atividades econômicas que ajudaram na sua conservação como o cacau cabruca e o turismo. A qualidade das informações, através dos mapas construídos para o PMMA sobre a situação atual do município de Ilhéus, evidenciou as fortes pressões pelas quais passa a região e as reais ameaças para um futuro próximo. A gravidade desse quadro mobilizou os participantes na construção deste plano com um conjunto de proposições norteadoras e que, se espera, sejam capazes de fornecer subsídios ambientais para o Plano Diretor que está em processo de revisão e a outros planos correlatos ainda não realizados no município de Ilhéus, como o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e o Plano de Bacias Hidrográficas dos Rios Cachoeira e Almada.

Capítulo III DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Ilhéus é um município do Estado da Bahia considerado a capital do cacau por ter sido o maior produtor de cacau do mundo. Está entre as sete cidades mais importantes da Bahia (Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Itabuna, Juazeiro e Ilhéus). Junto com Itabuna, Ilhéus é considerada o centro regional de serviços. Sedia o Aeroporto Jorge Amado que é portão de entrada para as principais cidades do Sul da Bahia. É a cidade com o mais extenso litoral entre os municípios baianos. A variedade de recursos naturais, o litoral e a história conferem a Ilhéus uma vocação para a atividade turística, sendo considerada a quinta cidade com maior fluxo de turismo na Bahia para o turista internacional¹.

O município de Ilhéus está localizado na Litoral Sul do Estado da Bahia (Figura 2). Abrange uma área de 1.872,92 km², com uma população de 184.231 habitantes (IBGE, 2010), sendo 155.300 na zona urbana e 28.931 na zona rural. Desse total, 89.440 são homens e 94.796 são mulheres. Atualmente os limites territoriais do Município estão sendo redimensionados em função da atualização das divisas intermunicipais do Estado da Bahia, em conformidade com a Lei n.º 12.057 de 11-01-2011. Assim, a área considerada neste trabalho poderá ser alterada.

O histórico de ocupação de Ilhéus e da região sudeste da Bahia teve início no século XVI, a partir da ocupação do Brasil. Em 1534, quando D. João III dividiu o Brasil em capitanias hereditárias (Figura 3), coube ao fidalgo português Jorge Figueiredo Correia, por carta régia, a capitania de São Jorge dos Ilhéus. Esta tinha como limites, ao sul, a capitania de Porto Seguro e, ao norte, o local atualmente conhecido por Morro de São Paulo, um pouco além da ilha de Tinharé.



FIGURA 2.
Localização do Município de Ilhéus

1. Secretaria de Turismo do Governo do Estado da Bahia, <http://www.setur.ba.gov.br/indicadores/principais-indicadores/fluxo-turistico/> (consulta em 1 de julho de 2012)



A Vila de São Jorge foi fundada no alto do morro de São Sebastião, elevada a município em 1535 e à categoria de cidade através da Lei Provincial n.º 2.187, de 28 de junho de 1881.

A Figura 4 mostra o mapa do município no ano de 1950, antes da emancipação dos municípios de Barro Preto, Coaraci, Itajuípe, Itapitanga e Uruçuca.

Figura 3. Capitânicas Hereditárias

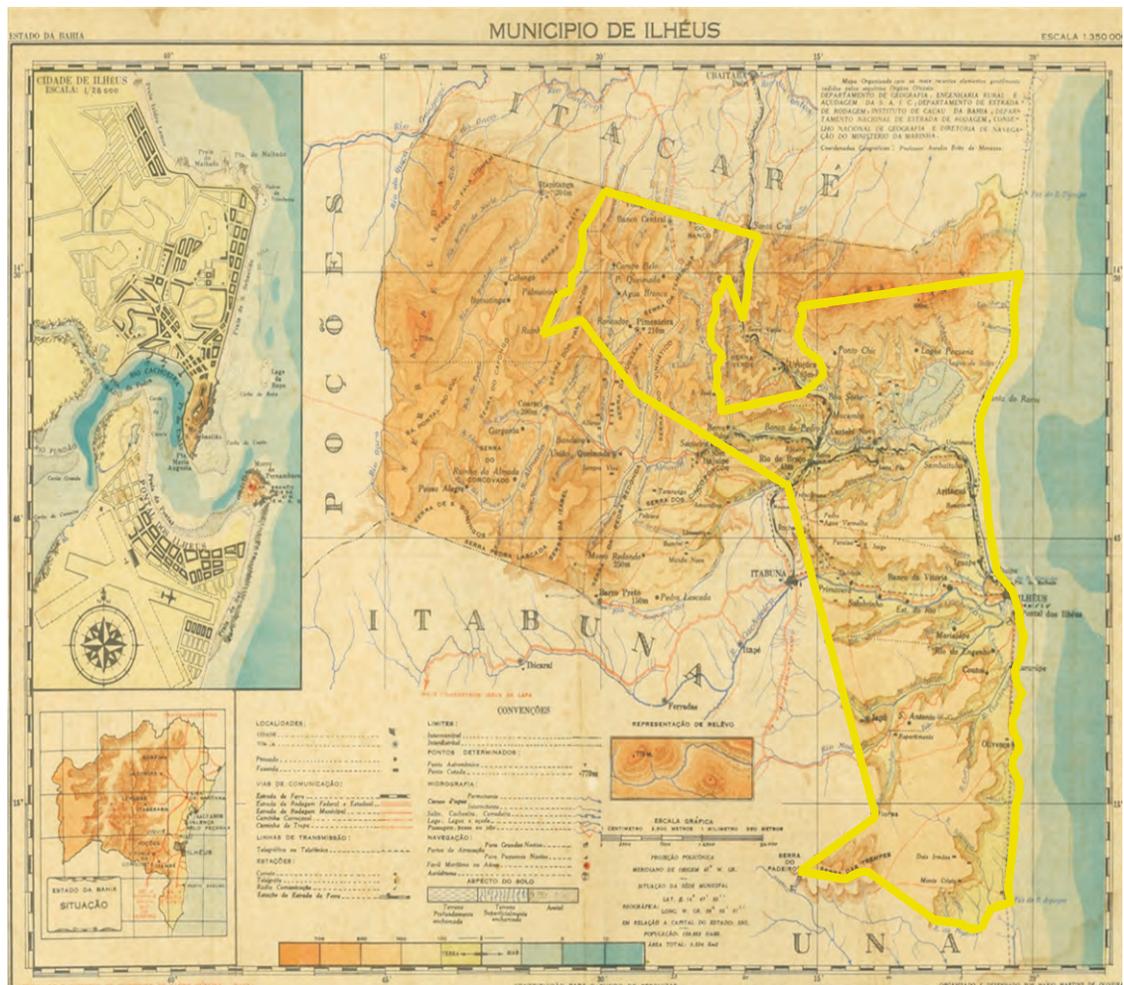


FIGURA 4. Município de Ilhéus - 1950. Linha amarela: limite atual (adaptação - José Nazal)



Municípios	
1 Almadina	15 Itaju do Colônia
2 Arataca	16 Itajuípe
3 Aurelino Leal	17 Itapê
4 Barro Preto	18 Itaipitanga
5 Buerarema	19 Jussari
6 Camacan	20 Maraú
7 Canavieiras	21 Mascote
8 Coaraci	22 Pau Brasil
9 Floresta Azul	23 Santa Luzia
10 Ibicarai	24 São José da Vitória
11 Ibirapitanga	25 Ubaitaba
12 Ilhéus	26 Una
13 Itabuna	27 Uruçuca
14 Itacaré	

FIGURA 5. Território de Identidade Litoral Sul - BA

1.1 Localização e Inserção Regional e Micro-Regional

Ilhéus está inserida na microrregião Ilhéus-Itabuna que pertence à mesorregião do Sul Baiano². Existem sete mesorregiões e 32 microrregiões no Estado da Bahia.

O município de Ilhéus, ao lado do vizinho Itabuna, forma uma aglomeração urbana. Essa microrregião tem características peculiares identificadas como região cacauceira relacionada à produção e exportação do cacau. Esta atividade viabilizou o desenvolvimento de uma rede urbana que gradativamente articulou as áreas produtoras na zona rural com cidades de pequeno e médio portes regionais e, conseqüentemente, com centros importadores em diferentes lugares do mundo³.

Até meados da década de 2000, o Governo da Bahia agrupava os municípios baianos segundo características econômicas. Atualmente, essa divisão foi substituída por Territórios de Identidade (TIs), programa lançado pelo Governo Federal em 2008. Na Bahia, foram estabelecidos vinte e sete TIs, estando Ilhéus inserido no Território de Identidade Litoral Sul. (Figura 5). Este território abrange uma área de 14.736,20 km² com limites extremos em Maraú, ao norte, e Canavieiras, ao sul. O território original foi dividido em três subterritórios: Camacan, Ilhéus e Itabuna⁴.

2. Essas divisões em meso e microrregiões no Estado da Bahia foram instituídas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para fins estatísticos de estudo, agrupando os municípios conforme aspectos socioeconômicos.

3. TRINDADE, G. A. e FRANÇA, V. L. A. A rede urbana no âmbito territorial da aglomeração Ilhéus- Itabuna /BA. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre. 2010

4. http://www.territoriolitoralsulbahia.com.br/?pg=nosso_territorio



FIGURA 6.
Bacias Hidrográficas
dos Rios Cachoeira
e Almada

Fonte:
Vide citação 5

No contexto de bacias hidrográficas, Ilhéus é banhada pelas Bacias do Rio Cachoeira e do Rio Almada, que também pertencem a outros 15 municípios (Figura 6), e por pequena parcela da Bacia do Rio de Contas.

O Rio Cachoeira, desde a sua junção com o Rio Salgado e o Rio Colônia, corre no sentido SW-E, indo desaguar no Oceano Atlântico na baía de Pontal, em Coroa Grande, na sede de Ilhéus.

Nos estudos para o Programa de Recuperação das Bacias dos Rios Cachoeira e Almada⁵ consta que essas duas bacias constituem sistemas sócio ecológicos muito importantes para o Sul da Bahia. Agrupam os principais municípios dessa região e, pelas suas características fisiográficas, apresentam um imenso potencial agroecológico. Esse sistema possui uma marcante diversidade de áreas agrícolas que se distinguem por diferentes características naturais e sistemas de ocupação antrópica.

O município de Ilhéus é cortado pelos Rio Almada, ao norte, Rio Cachoeira, no centro, Rios Santana e Acuípe, ao sul, e seus respectivos afluentes, sendo todos de regime permanente (Figura 7). O Ribeirão do Boqueirão, um dos principais rios da Bacia do Almada, também banha o município de Ilhéus. Para maior aprofundamento do sistema hídrico de Ilhéus, veja o item 1.4 - Rede Hidrográfica da seção III.

Outro aspecto que cria uma relação de Ilhéus com outros municípios é a existência de Unidades de Conservação (UCs) que extrapolam os limites do município, a exemplo do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), a Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada e o Rio Almada, a Reserva Biológica de Una e a Reserva de Vida Silvestre de Una.

Essas UCs situadas em Ilhéus e em municípios limítrofes fazem parte de uma estratégia nacional de conservação como, por exemplo a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e o Projeto Corredores Ecológicos, iniciativas que serão descritas no item 4.2 da seção III. Neste contexto, a Mata Atlântica da região onde o município de Ilhéus está inserido é considerada mundialmente como um hotspot - regiões do planeta de maior prioridade para a conservação da biodiversidade.

5. Programa de Recuperação das Bacias dos Rios Cachoeira e Almada - Convênio SRH -UESC. Caracterização Socioeconômica. Volume I - Dezembro 2001

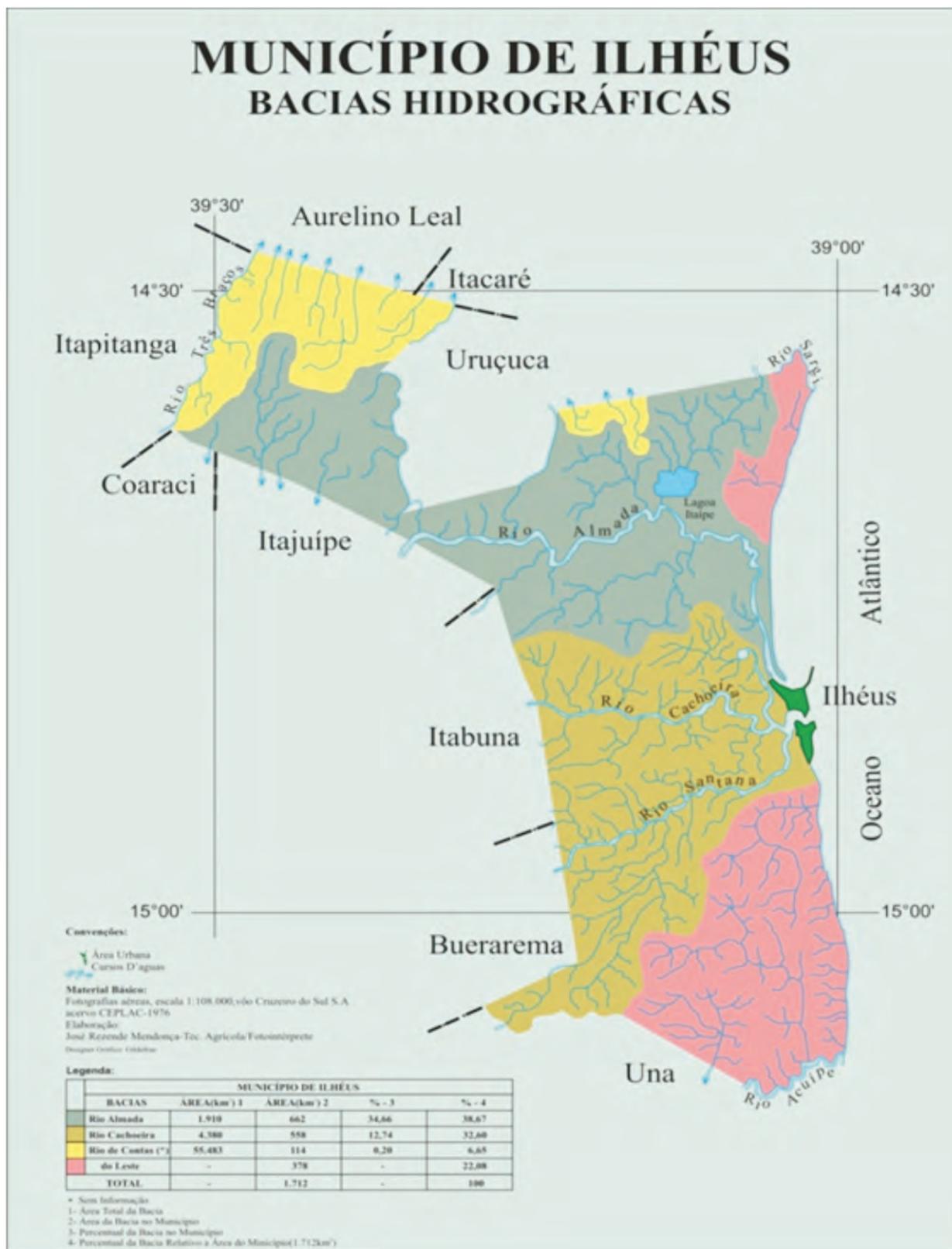


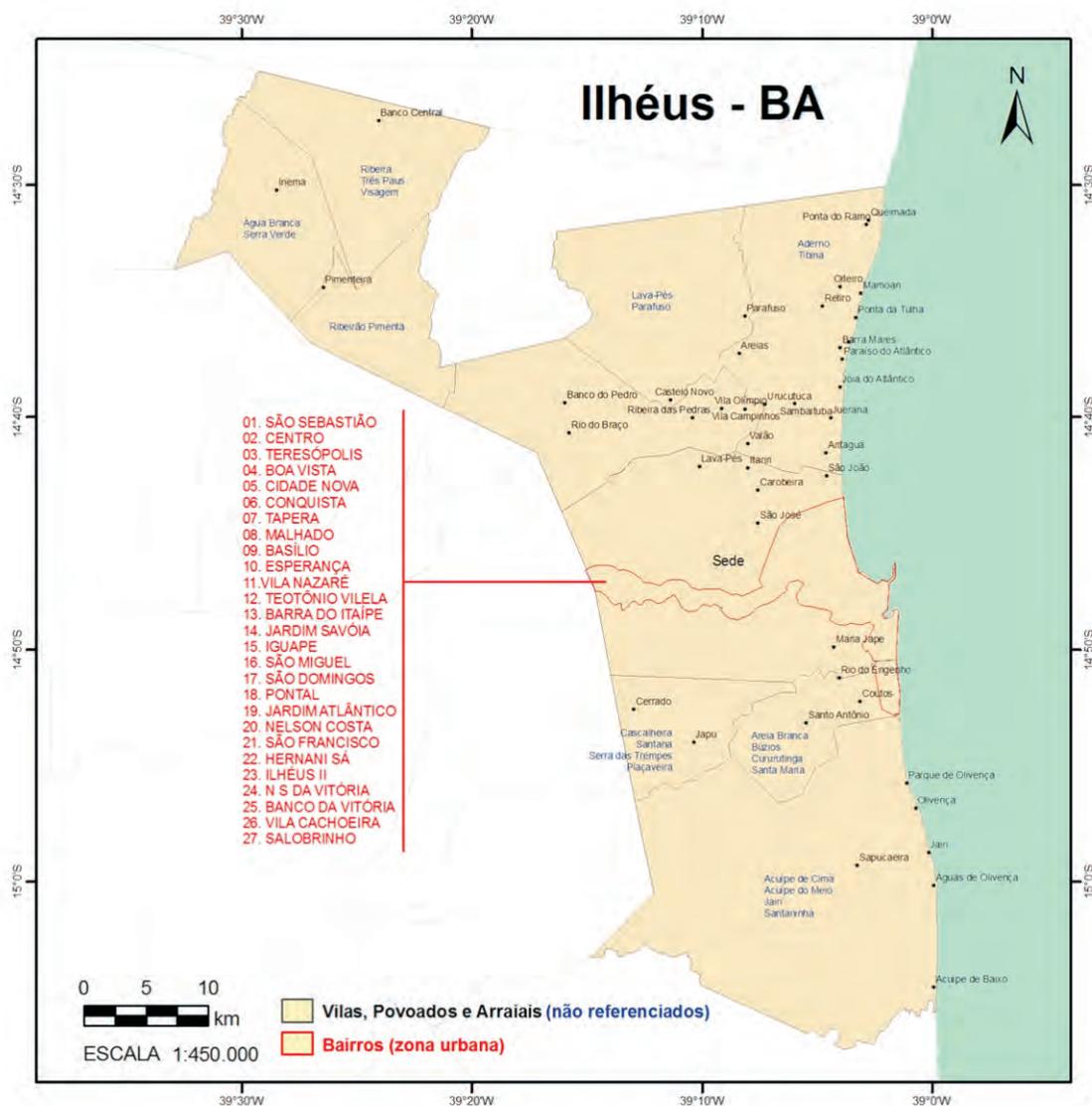
FIGURA 7.
Bacias Hidrográficas no Município de Ilhéus

Fonte: CEPLAC

1.2 Núcleos Urbanos Existentes no Território Municipal

O município de Ilhéus é dividido em dez distritos, incluindo sua sede, além de outros núcleos urbanos como vilas e povoados caracterizados na Figura 8.

FIGURA 8.
Vilas e Povoados do
Município de Ilhéus
Adaptação de
Jose Nazal.
Conhecendo Ilhéus,
PPS. 2011



Povoado de Santo Antonio
Foto de José Nazal



Olivença
Foto de José Nazal



Os Distritos, Vilas e Povoados são os seguintes:

DISTRITO DE ARITAGUÁ	Sede: Vila de Aritaguá Povoados: Aderno, Juerana, Mamoan, Ponta da Tulha, Ponta do Ramo (também chamado de Queimada), Sambaituba, Retiro, Tibina, Urucutuca.
DISTRITO DE BANCO CENTRAL	Sede: Vila de Banco Central Vilarejos: Três Paus e Visagem.
DISTRITO DE CASTELO NOVO	Sede: Vila de Castelo Novo Povoado: Areias Vilarejo: Parafuso
DISTRITO DE COUTOS	Sede: Vila de Coutos Povoados: Areia Branca, Búzios, Cururutinga, Rio do Engenho, Santa Maria e Santo Antônio.
DISTRITO DE INEMA	Sede: Vila de Inema Vilarejos: Água Branca e Serra Verde.
DISTRITO DE JAPU	Sede: Vila de Japu Vilarejos: Cascalheira, Cerrado, Santana, Serra das Trempe e Piaçaveira.
DISTRITO DE OLIVENÇA	Sede: Vila de Olivença Vilarejos: Acuípe de Baixo, Acuípe de Cima, Acuípe do Meio, Jairi, Santaninha e Sapucaeira.
DISTRITO DE PIMENTEIRA	Sede: Vila de Pimenteira Vilarejo: Ribeirão Pimenteira.
DISTRITO DE RIO DO BRAÇO	Sede: Vila de Rio do Braço Povoados: Banco do Pedro, Ribeira das Pedras, Vila Campinhos e Vila Olímpio.
DISTRITO SEDE	Sede: Cidade de Ilhéus Povoados: Carobeira, Itariri, Lava-Pés, Maria Jape, São João e São José.

1.3 Estrutura Fundiária e Utilização da Terra no Município

A situação fundiária do município de Ilhéus não está totalmente regularizada, uma vez que não foi realizada ação discriminatória, separando as terras devolutas (aquelas que pertencem à União, Estado ou Município) das terras privadas⁶.

6. CDA-Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia - Comunicação pessoal

A estrutura fundiária da região de Ilhéus se caracteriza, de acordo com dados do Centro de Extensão da CEPLAC (Tabela 1), pela ocorrência preponderante de pequenos e médios imóveis rurais, sendo parte significativa destes consolidados como posse primária. As maiores propriedades rurais não ultrapassam a área de 2.000 ha e as menores possuem área inferior a 10 ha. Em geral, os imóveis da área geográfica de Ilhéus possuem tamanhos que variam entre 20 e 200 ha, pertencendo, na grande maioria dos casos, a proprietários que vivem na zona urbana.

TABELA 1 | Estabelecimentos agrícolas, segundo categorias de tamanho em Ilhéus

TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS	NÚMERO	PROPRIEDADES %	ÁREA (ha)	ÁREA %
áreas até 10 ha	1.021	32,9	5.648,95	3,9
10ha e <= 20ha	503	16,2	7.498,39	5,1
20ha e <= 40ha	505	16,3	15.016,91	10,3
40ha e <= 60ha	235	7,6	11.678,93	8,0
60ha e <= 80ha	126	4,1	8.726,79	6,0
80ha e <= 100ha	98	3,2	8.866,12	6,1
100ha e <= 200ha	181	5,8	25.283,95	17,3
200ha e <= 300ha	48	1,5	11.357,56	7,8
300ha e <= 400ha	21	0,7	7.299,64	5,0
400ha e <= 500ha	11	0,4	4.846,54	3,3
500ha e <= 600ha	5	0,2	2.723,20	1,9
600ha e <= 800ha	8	0,3	5.758,32	3,9
800ha e <= 1000ha	2	0,1	1.755,30	3,9
áreas acima de 1000ha	12	0,4	29.458,80	20,2
sem área lançada	326	10,5	-	-
TOTAL	3.102	100,00	146.369,40	100,00

Fonte: CEPLAC / 2011



A distribuição da terra, baseada nos dados da Tabela 1, revela uma concentração de terra na região. Isto se torna mais visível quando se consideram as propriedades com menos de 10 ha e as que têm mais de 100 ha. As primeiras representam 32,9% do total de propriedades, com 3,9% da área e, no segundo caso, representam 9,4% das propriedades, com 63,3% da área. Os estudos do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Conduru⁷ indicam que estatísticas da CEPLAC, utilizadas para a previsão de safras de cacau na região⁸, mostram uma característica típica da posse da terra: várias propriedades de um mesmo dono. Tal fato agrava ainda mais a concentração de terras na região. Embora predominem propriedades de tamanho médio, do ponto de vista legal, algumas médias se tornam grandes do ponto de vista econômico.

A dinâmica agrária, segundo Germani⁹, é influenciada por uma série de fatores, como a divisão das terras por herança, as mudanças de residência por motivos diversos (mais frequente nas pequenas propriedades) e as dificuldades econômicas advindas tanto da sustentabilidade financeira do estabelecimento rural, quanto de outros empreendimentos que o proprietário possa obter.

Os estudos de Germani também confirmam a concentração fundiária nessa região como uma constante no processo de apropriação do espaço agrário. Assinala um crescimento gradativo da concentração fundiária em escala temporal, com destaque para a década de 70, quando ocorreu uma maior inserção de capital no campo brasileiro, direcionado por uma política agroexportadora que esfacelou a pequena propriedade sustentada pela agricultura familiar, impulsionando, conseqüentemente, a concentração de terras pelos grandes latifundiários.

Em Ilhéus, as grandes propriedades rurais sempre estiveram envolvidas com o plantio de cacau no sistema cabruca, enquanto os pequenos estabelecimentos preponderam mais ao leste, próximos ao mar, onde a cultura do cacau não tem tanta influência. A expansão da fronteira agrícola nessas localidades é recente (anos 60 e 70) e está mais relacionada à fruticultura, ao extrativismo vegetal (piaçava) e à produção de mandioca.

O cacau cabruca é resultado da evolução da ocupação do espaço agrícola, cuja origem está diretamente relacionada com a colonização da região sudeste da Bahia¹⁰. Regionalmente, o conceito de cabruca está enraizado na história e na cultura da região, significando o ato de

7. Plano de Manejo Parque Estadual do Conduru. Encarte 2. SEMARH-Projeto Corredores Ecológicos. UCE-BA. 2004

8. Setor de Sócio economia do Centro de Pesquisas do Cacau/CEPLAC.

9. GERMANI, G.I.; CARVALHO, E. (coords). Pesquisa sobre a Política do Banco Mundial para o Meio Rural com base no Projeto Cédula da Terra – Relatório do Estado da Bahia. Salvador, 2002.

10. LOBÃO DE, Pinho LM, CARVALHO, D. L & SETENTA, W. C. 1997b. Cacau-Cabruca: um modelo sustentável de agricultura tropical. Índicios Veementes, FNDPF, São Paulo. Ano III. p. 10-24

brocar as matas para o plantio do cacau, o que foi sendo aprimorado ao longo de mais de 250 anos¹¹. Além disso, associado a fatores culturais, gerou um modelo de produção agrícola com vantagens para a conservação de espécies da Mata Atlântica, o que será discutido em detalhe no item 1.4 - Flora.

Com relação à utilização das terras no município de Ilhéus, o Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 2006 (Tabela 2), mostra que houve uma redução na área utilizada com pastagens, matas e florestas em relação ao censo realizado no período 1980-1985 (Tabela 3).

TABELA 2 | Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários de Ilhéus em 2006

	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	
	3.425	174.708	
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DOS ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS			
	Lavouras	Pastagens	Matas e Florestas
Estabelecimentos	3.896	1.767	1.681
Área (ha)	104.339	27.558	36.275

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (IBGE)

TABELA 3 | Área e utilização das terras por atividade na região, no período de 1980 a 1985

CLASSE DE ATIVIDADE	1980 (ha)	1985 (ha)
Lavoura	96.530	112.576
Pastagens	31.625	28.747
Matas e Florestas	49.163	47.254
Terras em descanso e produtivas não utilizadas	35.546	36.039
TOTAL	212.864	224.616

Fonte: Censo Agropecuário de 1985 (IBGE)

11. SETENTA, W.C, LOBÃO de, Santos ES & VALLE, R.R. 2005. Avaliação do sistema cacau-cabruca e de um fragmento de Mata Atlântica. 40 anos do Curso de Economia (memória). Ed. Fernando Rios do nascimento. Editora Editus. 605-628 p.

A Tabela 4 mostra que, apesar da crise que abateu a lavoura cacauzeira, o cacau ainda é o carro-chefe em áreas de cultivo. As lavouras de cacau junto com o cacau cabruca cobrem uma extensão de 64.398,5 ha e a pecuária é a segunda maior atividade que ocupa áreas do município de Ilhéus.

TABELA 4 | Principais cultivos do município de Ilhéus (2011)

CULTIVOS	nº de esta- belecimentos	nº de produtores	TOTAL área (ha)
Área inaproveitável	79	129	356,70
TOTAL - Cacau	2.412	2.408	54.876,50
Cacau Cabruca	543	578	9.522,00
TOTAL - Cacau x Seringueira	39	85	319,50
Café	39	39	135,20
Capoeira	1.803	2.003	22.850,70
Coco	234	240	590,10
Mandioca	447	562	560,70
Mata	879	1.089	13.340,30
Pastagem	1.662	1.900	20.747,40
Piaçava	54	54	258,10
TOTAL ÁREAS DOS CULTIVOS	8.152	9.033	125.473,40

Fonte: CEPLAC-CENEX/NUPRO - SisCENEX

Segundo dados do Zoneamento Agroecológico do município de Ilhéus¹², os cacauzeiros na sua maior proporção estão com idade superior a cinquenta anos, instalados em solos de média a alta fertilidade natural e em situação de manejo não condizente com a tecnologia apropriada para a cultura. Isso ocorre em virtude da epidemia da vassoura de bruxa, estiagens prolongadas e descapitalização dos produtores, com consequências graves, como a diminuição expressiva da área cultivada e decréscimos significativos de produção. Já as áreas de pastagens que sustentam a segunda atividade economicamente rentável do município de Ilhéus, em mais de 60% encontram-se degradadas na área de domínio das

12. Zoneamento Agroecológico do município de Ilhéus. CEPLAC/CEPEC. Boletim Técnico 186. 2003.

gramíneas Colonião (*Panicum maximum*) e Sempre Verde (variedade do *Panicum maximum*). Nessas áreas, o processo de degradação das pastagens é natural, ocasionado pelo relevo ondulado a fortemente ondulado e pela perda de nutrientes do sistema solo-planta. Na área de domínio das braquiárias (*Brachiaria humidicola*, *B. decumbens*), também se encontram pastagens mostrando sintomas de degradação, em função do relevo, da baixa fertilidade e da susceptibilidade desses solos à erosão.

Estudos sobre a capacidade de uso das terras foram desenvolvidos para amparar o Zoneamento Agroecológico de Ilhéus, resultando na identificação de seis classes de capacidade de uso das terras, com a aplicação da metodologia de Lepsch et al. (1983)¹³, conforme conceituação a seguir e descrição e distribuição cartográfica na Tabela 5.

GRUPO A - Terras cultiváveis

Classe III - Terras próprias para culturas anuais e perenes, com problemas complexos de conservação. Solos profundos, drenagem interna boa a moderada, textura média no horizonte A e argilosa no B e fertilidade natural média e boa. Declives até 35%, com problemas de inundação e declividade.

Classe IV - Terras usadas para cultivos anuais e perenes, com problemas de textura, drenagem e fertilidade natural. Solos profundos, com problemas de declividade e, conseqüentemente, sérios problemas de erosão.

GRUPO B - Terras impróprias para cultivos intensivos

Classe V - Terras adaptadas em geral para pastagens e/ou reflorestamento, sem necessidade de práticas especiais de conservação. Solos de textura orgânica, sujeitos à inundação periódica, em relevo plano.

Classe VI - Terras adaptadas em geral para pastagens e ou reflorestamento, com problemas simples de conservação, cultiváveis apenas em casos especiais de algumas culturas permanentes protetoras do solo (cacau, seringueira, banana).

Classe VII - Terras adaptadas em geral somente para pastagens e/ou reflorestamento, com problemas de conservação.

GRUPO C - Terras impróprias para cultivos

Classe VIII - Terras impróprias para culturas, pastagens ou reflorestamento, podendo servir como abrigo e proteção da fauna e flora silvestre, como ambiente para recreação ou para fim de armazenamento de água.

13. Lepsch, I. F. et al. 1983. Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação das terras no sistema de capacidade de uso. 4ª aproximação. Campinas, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. 175p.

TABELA 5 | Distribuição espacial das zonas agroecológicas no município de Ilhéus.

ZONA	ha	%
Unidade de Conservação - Lagoa de Itaipe (Encantada)	24.238	14,00
Unidade de Conservação - Mata da Esperança	437	0,25
Preservação Ambiental	14.800	8,50
Cacaueira - Cacau (<i>Theobroma cacao</i>) + Pastagem (<i>Panicum maximum</i>)	68.300	40,00
Diversificação Agropecuária	63.425	37,25
TOTAL	171.200	100,00

Fonte: Zoneamento Agroecológico do Município de Ilhéus. CEPLAC/CEPEC. Boletim Técnico 186.2003.

Utilizando-se de metodologia proposta por Lepsch (1983), foi gerado o mapa de capacidade de uso das terras, cujas classes resultaram do agrupamento dos atributos pedológicos (fertilidade natural, profundidade, drenagem, textura, pedregosidade, grau de erosão), aliados a tipos de relevo, reforçados por conhecimentos pedogenéticos da área trabalhada. Consubstanciadas nos dados gerados pelas classes de capacidade de uso, foram separadas as zonas agroecológicas, com identificação em mapas (Figura 9).

Com base na identificação das classes de uso das terras e o grau de possibilidade de uso agrícola e limitações, fez-se o zoneamento agroecológico do Município (Figura 10), estimando-se a distribuição espacial e respectivas indicações de uso (Tabela 5).

As recomendações do Zoneamento Agroecológico, considerando os aspectos relacionados com os ambientes do município de Ilhéus, visam a manutenção dos remanescentes da Mata Atlântica, baseadas no eficaz método de preservação florestal (cabruca ou plantio de cacau sob mata raleada), que deve ser estendido a outros cultivos. Ações conservacionistas são evidenciadas como necessárias para a preservação da floresta e conseqüente combate à erosão, um dos fenômenos mais problemáticos na agricultura. É dada ênfase para os sistemas agroflorestais, destacando-se o cacau + mata raleada (cabruca); cacau + seringueira; pasto + goiaba; coco + fruteiras; café + mata, cacau + pupunha; dendê + café; dendê + graviola; e mais cultivos em alamedas (*Alley cropping*) e atividade zootécnica intensiva (bovinocultura, piscicultura, equicultura, minhocultura, avicultura, apicultura).

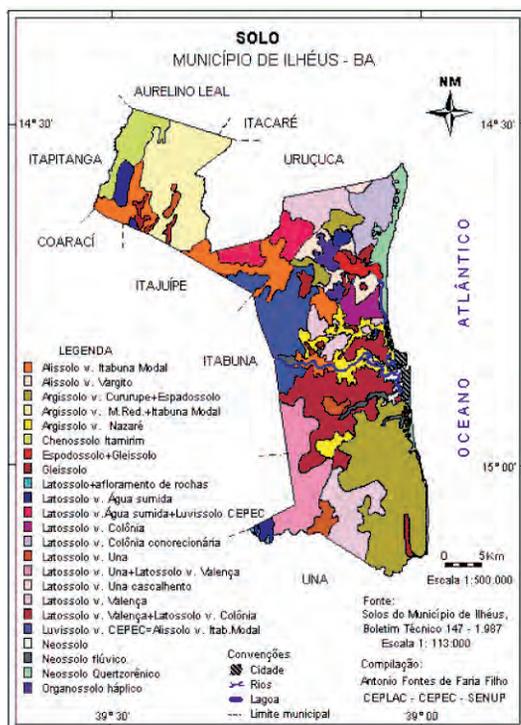


FIGURA 9

Mapa de Solos do município de Ilhéus, com nomenclatura atualizada conforme o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (1999)

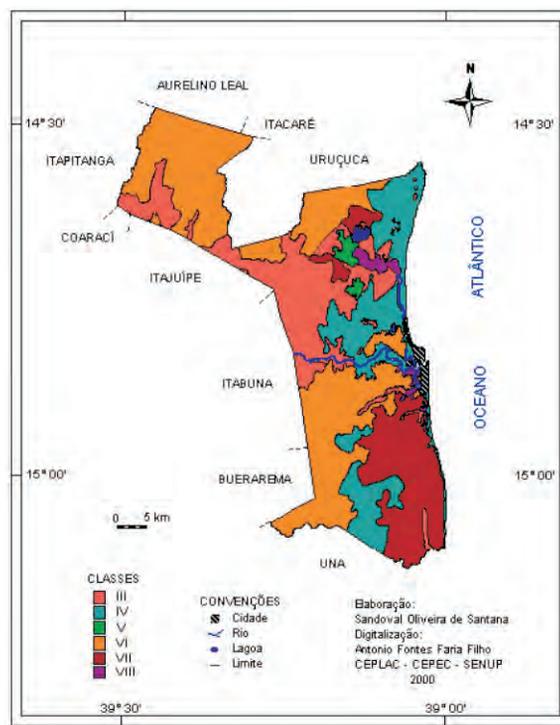


FIGURA 10

Mapa do Zoneamento Agroecológico do Município de Ilhéus

1.4 Aspectos Ambientais

CLIMA

O clima do município de Ilhéus caracteriza-se pelos tipos úmidos e sub-úmidos¹⁴, segundo dados da CEPLAC/CEPEC/CLIMATOLOGIA. O período chuvoso é de dezembro a março, salvo variações. Os resultados de um balanço hídrico para uma situação média (climatológica) de um período superior a 65 anos mostram a inexistência de deficiência hídrica em qualquer mês do ano (Figura 11), embora existam anos nos quais a quantidade de chuva é inferior à ET0 (evapotranspiração de referência). Mesmo para esta condição, o déficit hídrico nos anos menos chuvosos não ultrapassou os 100 mm ou quatro meses consecutivos. As médias anuais da temperatura oscilam entre 20° e 25° C, com médias mensais de 21° a 25° C, máxima entre 26,1° e 30,3° C, mínima de 17,1° a 20,8° C e a amplitude menor ou igual a 10° C. As temperaturas são mais elevadas e com menor amplitude térmica na faixa litorânea.

Apesar da temperatura do ar não apresentar diferença marcante ao longo do ano, especialmente quando se considera valor mensal, é um elemento que exerce grande influência na produção e nos diferentes estágios fisiológicos dos cultivos tropicais.

14. Texto Extraído do Zoneamento Agroecológico do município de Ilhéus. CEPLAC/CEPEC. Boletim Técnico 186. 2003.

Curva verde = ETR (mm) = Evapotranspiração Real ou Efetiva: Soma total da transferência de vapor para atmosfera que é evaporada pela superfície e transpirada pelas plantas nas condições atuais de parâmetros atmosféricos, umidade do solo e condições da cultura.

Curva Azul = P (mm) = Precipitação

Curva Vermelha = Eto (mm) = Evapotranspiração de referência: Evapotranspiração para uma dada cultura bem adaptada e selecionada para propósitos comparativos sob dadas condições climáticas e com adequada bordadura e para um regime de irrigação padronizado e apropriado para esta cultura e a região considera.

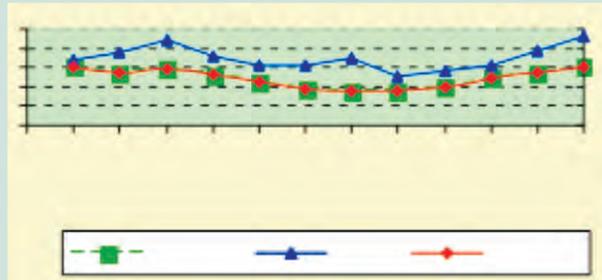


FIGURA 11. Estrato do balanço hídrico climático mensal (média do período) para a área de abrangência do município de Ilhéus e para uma capacidade máxima de armazenamento de água no solo de 50 mm.

REDE HIDROGRAFICA

A Bahia é dividida em 25 regiões hidrográficas, chamadas de Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA). Essas regiões (Figura 12) são macrorregiões delimitadas com a finalidade de orientar o planejamento e o gerenciamento dos recursos hídricos no Estado da Bahia. Assim, cada RPGA representa o território compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares¹⁵.

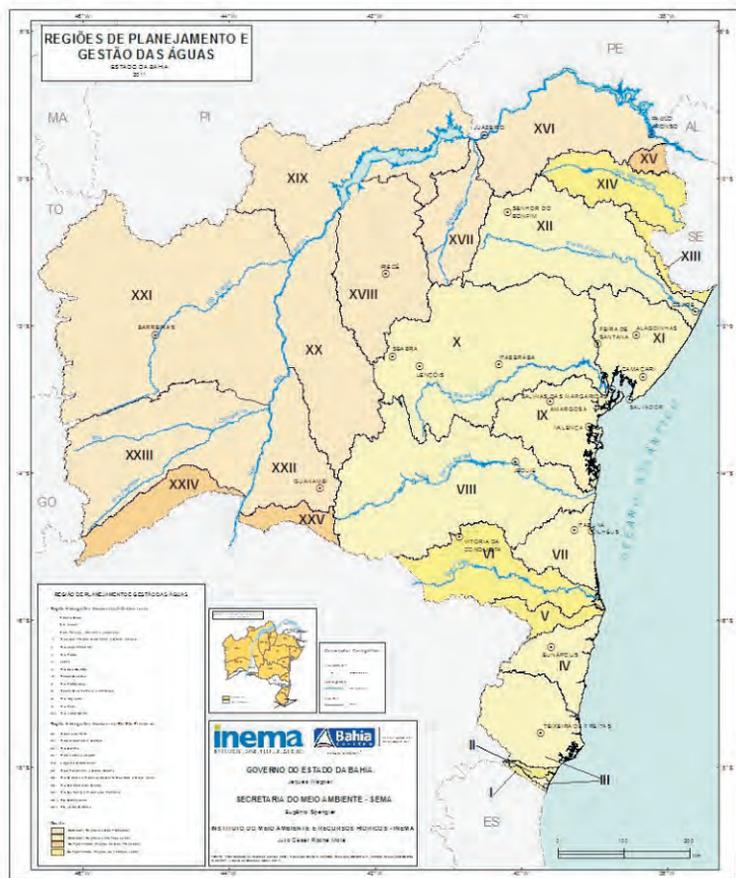


FIGURA 12
Regiões de Planejamento e Gestão das Águas

15. PERH-BA, Plano Estadual de Recursos Hídricos da Bahia – Relatório Síntese. Governo do Estado da Bahia. Salvador, Fevereiro, 2004. (Salvador, 2004.)

O município de Ilhéus está inserido na RPGA do Leste (Figura 13), sua hidrografia (Figura 7) comporta, em grande parte, os Rios Cachoeira e Almada e mais três rios em menor escala: ao norte, o Rio Sargi, a leste, o Rio Cururupe e seus afluentes (Ribeirão Curupitanga e Ribeirão do Cardoso) e, ao sul, o Rio Acuípe e seus afluentes e os afluentes do Rio Maroim.

O estudo do Programa de Recuperação das Bacias dos Rios Cachoeira e Almada¹⁶ considerou uma divisão regional para melhor desenvolver as características dessas bacias (Figura 6) que são as principais de Ilhéus. A Tabela 6 mostra a área total do município pertencente a cada bacia.

TABELA 6 | Área total do município de Ilhéus pertencente às bacias hidrográficas do Rio Cachoeira e Rio Almada

BACIA HIDROGRÁFICA	ÁREA PERTENCENTE ÀS BACIAS	
Rio Cachoeira	194,6 Km ²	10,53%
Rio Almada	665,1 Km ²	35,9%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96 e malha municipal Digital do Brasil



FIGURA 13
RPGA
do Leste

16. Programa de Recuperação das Bacias dos Rios Cachoeira e Almada. Convênio SRH – UESC. Caracterização Sócio Econômica. Volume I Tomo II. Dezembro 2001.

Bacia do Rio Cachoeira

O Zoneamento Agroecológico¹⁷ de Ilhéus descreve que o Rio Cachoeira, que compõe a Bacia do Cachoeira, é o mais importante dos rios da Costa do Cacau, desaguando na cidade de Ilhéus, formado principalmente pelos Rios Colônia e Salgado. O Rio Colônia nasce num conjunto de serras e vales denominado Cabeceira do Colônia. A altitude neste local é de aproximadamente 600-800m, com muitas nascentes. Outros afluentes dentro do município de Ilhéus são formados por rios, riachos e ribeirões tais como: Rio Macuco, Rio Santana, Rio Santaninha, Ribeirão do Japú, Ribeirão do Iguape e Ribeirão Esperança.

A cobertura vegetal dessa bacia, descrita pelo Programa de Recuperação das Bacias dos Rios Cachoeira e Almada, é predominantemente de gramíneas, ocorrentes de maneira geral em pastos limpos (manejados), existindo ainda várias manchas de matas de médias extensões ao sul, isto na metade superior da bacia. Já na parte inferior da bacia, encontra-se concentração de cultivos de cacau ao lado de formações de capoeira (vegetação secundária) e pequenas pastagens. Próximo à desembocadura, encontram-se formações de mangues em estágios arbustivos e semiarbóreos. Ao sul de Ilhéus, faz-se notar uma faixa de restinga, com sua vegetação rasteira. Vale salientar que estes tipos de vegetações encontram-se atualmente degradados pela ação humana, sem planejamento, para localização de loteamentos e o despejo de efluentes domésticos, industriais e resíduos sólidos de modo geral.

Nessa bacia, dentro do município de Ilhéus, existem dois sistemas de abastecimento d'água, fonte de captação do Rio Iguape e Rio Santana. Cabe ressaltar que o sistema mais antigo, Riacho da Esperança (veja seção IV), abasteceu a cidade até o ano de 1973, quando então foi inaugurado o novo sistema do Rio Iguape para suprir as necessidades do consumo, em virtude deste tornar-se insuficiente para o abastecimento da cidade. Há discussão política de reativar este sistema, para que, integrado aos dois sistemas existentes, venha melhor suprir a população.

Bacia do Rio Almada

O Rio Almada, de acordo com o Programa de Recuperação das Bacias dos Rios Cachoeira e Almada¹⁸, é o principal formador da bacia com seus afluentes, banhando áreas dos municípios de Almadina, Coaraci, Barro Preto, Itajuípe, Uruçuca e Ilhéus. Esta bacia ocupa uma superfície de cerca de 1910 km², mas apenas 665,1 km² estão inseridos no município

17. SANTANA, S.O de et al. 2003. Zoneamento Agroecológico do município de Ilhéus, Bahia, Brasil, Ilhéus, CEPLAC/CEPEC. Boletim Técnico nº 186. 44p.

18. Texto extraído do Programa de Recuperação das Bacias dos Rios Cachoeira e Almada. Convênio SRH – UESC. Caracterização Sócia Econômica. Volume I Tomo II. Dezembro 2001.

de Ilhéus. O Rio Almada em toda sua extensão mede 94 km e suas águas de coloração preta têm suas origens na Serra do Pereira no município de Almadina.

Dentro desta bacia no município de Ilhéus, existe uma única lagoa de importância, a do Itaípe ou Lagoa Encantada. Mede cerca de 7,5 km da costa em linha reta e cerca de 22,5 km do centro da cidade. Seu espelho d'água apresenta uma área de 7 km². Essa lagoa tem como afluentes os riachos Caldeiras, Taguaril, Buranhém, Serrapilheira, Inhape e Ponta Grossa. A sua atual importância prende-se à sua piscosidade, desenvolvendo-se aí as atividades da vila de pescadores.

O Rio Almada, ainda de acordo com a descrição do Programa de Recuperação das Bacias dos Rios Cachoeira e Almada, tem como principais afluentes no município de Ilhéus os seguintes riachos ou ribeirões: Itariri, Sete Voltas, do Banco, Água Preta, Mocambo, São José ou do Bicho, Catongo, Jussara e Pimenteiras.

Esta bacia está na sua totalidade a leste da zona de transição, ou seja, na região da Mata Litorânea. Cerca de 2/3 desta área são ocupadas com a cultura do cacau. Pode-se notar ainda a presença de capoeiras – vegetação secundária – em vários estágios de regeneração. Já próximo da sua foz, o Rio Almada atravessa uma região de brejo que se caracteriza principalmente pela ocorrência de Ciperáceas e de algumas espécies arbóreas como o Olandi (*Bymphiomyia globulifera* Linn) e Imbaúba (*Cecropia* sp). Próximo à sua desembocadura, registra-se a presença de pequenas formações de manguezais e restingas.

Bacia do Rio de Contas

De acordo com o Programa de Recuperação das Bacias dos Rios Cachoeira e Almada, o norte do município de Ilhéus apresenta alguns afluentes da Bacia Hidrográfica do Rio de Contas, assim denominados: Ribeirão dos Três Braços, da Folha Podre, da Pedra Furada, da Visagem, do Banco Central, do Meio, do Catolé e Catolezinho.

A Bacia do Rio de Contas tem uma área total de 55.483 km², mas apenas 114 km² estão no município de Ilhéus. Portanto, uma microbacia sem muita importância para exploração de água potável para a cidade.

FLORA

A vegetação no município de Ilhéus é condicionada pelas características climáticas, do tipo de floresta perenifólia latifoliada higrófila hileana (CEPLAC, 1975)¹⁹, denominada Mata Atlântica. Esta se mostra bastante ameaçada pela prática do extrativismo vegetal em busca de madeira e da exploração de terras para a agricultura, além de empreendimentos que propõem a supressão de vegetação. Trata-se de uma floresta ombrófila densa, caracterizada por sua exuberância, pela riqueza em essências vegetais, pela grande variedade e quantidade de lianas e epífitas e pela presença de fetos arbóreos e palmáceas. Nos cordões litorâneos e nas desembocaduras de rios, há uma vegetação tipicamente litorânea com manguezais e restingas.



Foto de José Nazal

Os recursos florestais do município são constituídos de comunidades naturais e manejados (Gouvea, Silva e Hori, 1976)²⁰. Nas formações naturais incluem-se o manguezal ou Floresta Perenifólia Latifoliada Paludosa Marítima, onde predominam o mangue vermelho (*Rhizophora sp*) e a siriba (*Avicenia sp*), e as formações florestais, nas quais

19. FARIA FILHO, A. F. e ARAUJO, Q. R. 2003. Zoneamento do meio físico do município de Ilhéus, Bahia, Brasil, utilizando a técnica de geoprocessamento. Ilhéus, CEPLAC/CEPEC. Boletim Técnico nº 187.20p

20. GOUVEA, J. B. S.; SILVA, L. A. M.; HORI, M. 1976. Fitogeografia. In: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Recursos Florestais. Ilhéus: CEPLAC/IICA. pp.1-7 (Diagnóstico Sócio-econômico da Região Cacaueira, v. 7).

predomina a Mata Higrófila Sul-bahiana ou Floresta Pere-nifólia Latifoliada Higrófila Hileana, com ocorrência de árvores de grande porte, concentrando grande volume e variedade de madeira. Nas formações florestais, destacam-se maçaranduba



A importância dos manguezais. Ilheuscomamor.wordpress.com

(*Manilkara careaceu*), bicu-íba (*Virola officinalis*), pau d'arco (*Gallesia scorododendron César*) vinhático (*Plathymeria foliosa Benth*), jequitibá (*Cariaiana legulis*), braúna (*Melanoxylon braunia schott*), pequi (*Buchenavia sp.*), cobí (*Cassia multijuga rish. var. Lindlyana*), copaiba (*Copaifera sp.*), sucupira (*Bowdichia sp.*), jacarandá (*Dalbergia nigra fr. allem*) cedro (*Cedrela odorata*), sapucaia (*Lecythis pisonis, camb*), ipê (*Tabebuia impetiginosa (Mat ex. D. C.) estandi*), pau paraíba (*Simarowba amara Aubl*), aderno (*Roupala sp.*), cajazeira (*Spondias momlun*), gindiba (*Sloanea obtusifolia Schun*), louro (*Percia aurata Miq.*), pau ferro (*Caesalpinia ferreti Nart.*), araçá d'água (*Terminalia brasiliensis Eichl*), mucitaíba (*Machaerium pedicelutum Vog.*), jatobá (*Himenea sp.*), jitaí (*Apuleiá leiocarpa Vog, March*), putumuju (*Centrobium robustum Vell, Mart*), pitiá (*Macoubea guianensis Aublet*) jenipapeiro (*Genipa americana*). Devido o grande valor econômico, essas espécies estão em situação de alto risco de extinção.

As áreas de manguezais e restingas, que são ecossistemas extremamente sensíveis e de grande importância ambiental, atualmente vêm sofrendo sérias ameaças, uma vez que estão sendo transformadas em aterros com fins imobiliários e depósitos de lixo. Estudos desenvolvidos por Reinaldo e Delmira (2007)²¹ sobre a situação dos manguezais da cidade de Ilhéus descrevem-nos como um ecossistema costeiro, típico de regiões tropicais e subtropicais, de solo negro, bem lodoso e profundo, que se propaga nas enseadas, estuários e lagunas de águas salgadas, sujeito por isso ao regime das marés. É constituído de espécies vegetais lenhosas típicas, além de micro e macroalgas adaptadas à flutuação de salinidade e caracterizadas por colonizarem sedimentos predominantemente lodosos, com baixos teores de oxigênio.²²

21. LEMOS, M. R. e SILVA, C. D. Diagnóstico da Degradação dos Manguezais na Cidade de Ilhéus-Bahia. *Biologia da Conservação Anais do IX SIMBIO Universidade Estadual de Santa Cruz: Novembro, 2007.*

22. SCHAFFER-NOVELLI, Y. *Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar. São Paulo: Caribbean Ecological Rese-arch, 1995. 64p. (Citado por Lemos e Silva).*



Os manguezais do município de Ilhéus ocupam uma área de aproximadamente 1.272 ha. São formados por espécies dos gêneros *Rhizophora*, *Avicennia* e *Laguncularia*. As áreas mais representativas estão na zona urbana do município e ao longo das margens e ilhas da porção estuarina dos Rios Cachoeira, Santana, Fundão e Almada²³.

Em decorrência da ação antrópica nos manguezais da cidade de Ilhéus, os mesmos estudos apontam os seguintes impactos ambientais:

A. O desmatamento: o corte da vegetação de mangue, que além de destruir a flora, expõe o sedimento provocando ressecamento e a salinização do substrato, resultando na morte de caranguejos e mariscos, bem como, afetando a produtividade e a pesca de caranguejos, camarões e peixes;

B. Os aterros: para dar lugar a ocupações urbanas com a construção de casas e ruas, vários danos ocorreram, resultando principalmente na morte da maioria dos animais que ali viviam. Através de alterações na sua estrutura e no padrão de circulação das águas nos manguezais, foi provocada a aceleração da sedimentação e, conseqüentemente, a mortalidade do bosque. O aumento da taxa de deposição dos sedimentos pode ainda reduzir a profundidade dos rios, canais e estuários;

C. Os escoamentos de esgotos domésticos e industriais: problemas como poluição e contaminação das águas; contaminação de animais aquáticos; morte de vegetação de mangue e redução da qualidade de oxigênio da água, colocando em risco a saúde das comunidades que se utilizam dessas áreas para pesca, recreação e lazer;

D. O lixo: nos manguezais observa-se o crescente depósito e acúmulo de lixo que favorecem a proliferação de animais vetores de doenças transmissíveis, a contaminação das águas e dos solos, a poluição do ar e a conseqüente redução da qualidade ambiental desses locais;

E. A pesca predatória: a captura de espécimes animais em época de reprodução tem resultado na diminuição do número de caranguejos e peixes.

Os estudos desenvolvidos em diferentes áreas de manguezais da cidade de Ilhéus apontam aspectos semelhantes que levam à destruição do manguezal. O desconhecimento das leis pela população, a falta de uma política de educação ambiental, a carência de recursos e de pessoal nos órgãos fiscalizadores, e os interesses políticos e econômicos imediatos são alguns dos fatores que contribuem para a crescente destruição dos manguezais na região.

23. FIDELMAN, P. I. J. *Impactos ambientais: manguezais da zona urbana de Ilhéus (Bahia, Brasil)*. In: *Congresso Latino Americano sobre Ciências Del Mar*, 8., Trujillo, Peru. Anais. Trujillo: Colacmar, 1999. p. 843-844. (Citado por Lemos e Silva).

Em termos de biodiversidade da flora, a área do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) abriga a maior riqueza de espécies vegetais já registrada até o momento. Em um único hectare estudado na região foram encontradas 458 espécies de plantas lenhosas, acima de 5 cm dap (diâmetro a altura do peito), ou 276 espécies acima de 10 cm dap (Thomas et al. 1998)²⁴.

Estes números colocam essa região entre as áreas com maior riqueza de espécies vegetais no mundo. Uma outra característica que destaca a importância dessa Unidade de Conservação é sua elevada taxa de endemismo botânico, (endêmicas são espécies que ocorrem apenas em uma determinada região). Das espécies encontradas nessa região, cerca de 26,5% têm sua ocorrência restrita às florestas do sul da Bahia e norte do Espírito Santo (Thomas et al, 1998).

A Mata Atlântica é considerada por alguns autores como um centro de diversificação de espécies para gramíneas bambusóides herbáceas (Soderstrom & Calderón, 1974)²⁵ e para a família Myrtaceae (Mori et al. 1983)²⁶. Apesar dos estudos sobre centros de diversificação serem preliminares, a alta riqueza de espécies da família Myrtaceae observada na região do PESC (82 espécies em apenas 1 hectare, Thomas et al)²⁷ indica a importância da Mata Atlântica para a conservação deste grupo.



Vista de mata ombrófila densa (Mata Atlântica)



Fonte: Ednaldo Ribeiro Bispo, Eng Agrônomo,
Chefe do Núcleo de Extensão da Ceplac, Itabuna

24. THOMAS, W. W., A. M. V. CARVALHO, A. M. A. AMORIM, J. Garrison & A. L. Arbeláez. 1998. Plant endemism in two forests in southern Bahia, Brazil. *Biodiversity and Conservation* 7: 311-322.

25. SODERSTROM, T. R. & C. E. CALDERÓN. 1974. Primitive forest grasses and evolution of the bambusoideae. *Biotropica* 6: 141-153.

26. MORI, S. A., B. M. Boom, A. M. V. CARVALHO & T. S. Santos. 1983b. Ecological importance of Myrtaceae in an eastern brazilian wet forest. *Biotropica* 15: 68-70.

27. LOBÃO, D. E., SETENTA, W. C. e VALLE, R. R. Sistema Agrossilvicultural Cacauero-modelo de agricultura sustentável. *Agrossilvicultura*, v. 1, n. 2, p. 163-173, 2004

Grande parte dos remanescentes de Mata Atlântica no Sudeste da Bahia, foi preservada por conta do sistema cacau cabruca, que manteve, para sombreamento, espécies seculares, como o Pau d' alho (*Gallesia gorazema* Moq), Gameleira (*Ficus* sp), Louro (*Nectandra* spp. *Ocotea* spp), Caobi (*Cassia multijuga* Rich. *C. verrucosa*), Cedro (*Cedrela glaziovii* DC), Vinhático (*Plathymenia foliculosa* Bebth), Jequitibá (*Carinoiana* spp), Sapucaia (*Lecythis* spp), Embiriçu (*Bombax macrophilum* K. Schum), Maçaranduba (*Didymopanax morotoni* Decne Planch), Gindiba (*Sloania obtusifolia* Schum). Além do mais, esse sistema propiciou condições microclimáticas favoráveis à conservação e aumento da densidade de plantas ornamentais de grande valor, a exemplo de helicônias, orquídeas, bromélias e epífitas variadas (Lobão et al. 2004)²⁸.

A paisagem original sofreu poucas alterações com a lavoura cacauzeira, tendo a vantagem de não produzir paisagens contínuas e homogêneas, sendo que essas alterações ocorreram na sua estrutura vertical. O cacau (*Theobroma cacao*) é plantado no interior da floresta, em pequenos espaços abertos ou entre as árvores, mantidas durante a preparação das áreas de plantio. Os procedimentos de preparação da floresta para o plantio do cacau é denominado regionalmente de cabrocamento. Com relação à vegetação natural e suas interrelações existentes, o processo de plantio do cacau em cabruca tem apresentado



Vista de um remanescente de Mata Atlântica com o plantio de cacau em cabruca

efeitos menos danosos que a derruba total das árvores, prática também utilizada na região para plantio do cacau (Lobão et al. 2002).

Alguns trabalhos indicam a importância das cabrucas, já comprovada para alguns grupos biológicos, principalmente mamíferos (Alves, 1990, Moura, 1999; Raboy, et al., 2004)²⁹. Algumas espécies de interesse para conservação

28. LOBÃO, P.S.P.; Oliveira, A.S.; Lobão, E.S. 2002. O cacau-cabruca como modelo agroflorestal sustentável: externalidades positivas e negativas do sistema. In IV Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, Ilhéus, Ba, 21 a 26/OUT/2002. 4p.

29. ALVES, M.C. 1990. The role of cacao plantation in the conservation of the Atlantic forest of southern Bahia, Brazil. Tese de mestrado, University of Florida, Gainesville. pp.—MOURA, R.T.M., 1999. Análise comparativa da estrutura de comunidades de pequenos mamíferos em remanescente de Mata Atlântica e em plantio de cacau em sistema de cabruca no sul da Bahia. Dissertação de mestrado, PG-ECMVS, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.—RABOY, B.E., CHRISTMAN, M.C., Dietz, J.M. The use of degraded and shade cocoa forests by endangered golden-headed lion tamarins *Leontopithecus chrysomelas* Oryx. Vol. 38(1), 2004, Pgs. 75-83.

como o roedor *Callistomys pictus* (saruê-beju), endêmico da Mata Atlântica do Sul da Bahia, está estritamente associado a essas áreas de cabruca, sendo encontrado também em fragmentos florestais (Moura). Outro exemplo é do primata *Leontopithecus crysomelas* (mico-leão-da-cara-dourada), ameaçado de extinção, endêmico da Mata Atlântica do Sul da Bahia, que utiliza as áreas de cabruca no entorno da REBIO de Una (Raboy, et al., 2004).

De uma forma geral, as informações biológicas organizadas e disponibilizadas nesses últimos anos para o sul da Bahia concentram-se em uma região restrita (Prado et al., 2003)³⁰. Esse quadro demonstra que ainda se conhece muito pouco sobre a diversidade biológica na Mata Atlântica. Na região de Ilhéus é importante investir em pesquisas, principalmente nas Unidades de Conservação (UC).

FAUNA

A riqueza específica de quelônios, crocodilianos, lagartos e anfisbenas não chega a destacar a região no contexto nacional. Entretanto, Ilhéus é, até o momento, a localidade da Mata Atlântica com a maior riqueza específica de serpentes (54 espécies) (Argôlo, 2004)³¹, abrigando 70% das formas assinaladas no bioma (Dixon, 1979)³². Considerando apenas serpentes típicas de florestas, o número de espécies em Ilhéus é equiparável ao de Manaus (Martins e Oliveira, 1998)³³, apesar das diferenças de latitude. Os graus de participação de elementos amazônicos e de outras regiões na composição da ofidiofauna da região explicam, em parte, os níveis de diversidade ofidiofaunística ali encontrados.

A grande riqueza de anfíbios verificada na região do Parque Estadual da Serra do Conduru³⁴ e entorno deve-se provavelmente aos vários tipos de paisagens antrópicas ali representadas. Além da elevada diversidade, estão presentes nessa região espécies de distribuição muito restrita, como *Adelophryne pachydactyla* (rãzinha), conhecida apenas do holótipo (exemplar utilizado como representante do nome da espécie), e espécies endêmicas das florestas de tabuleiro do sul da Bahia, como *Hylomantis aspera* (perereca-verde) e *Eleutherodactylus bilineatus* (rãzinha-da-mata). Além disso, o Parque Estadual da Serra do Conduru é a única Unidade de Conservação onde se encontra o *Cycloramphus migueli* (rã),

30. PRADO P. I.; Landau E. C.; MOURA R. T.; Pinto L. P. S.; FONSECA G. A. B.; ALGER, K. Corredor de biodiversidade na Mata Atlântica do Sul da Bahia. (Orgs.). 2003. CD-ROM I. Ilhéus: IESB/CI/ CABS/UFMG/UNICAMP

31. ARGÔLO, A.J.S. As serpentes dos cacauais do sudeste da Bahia. Ilhéus, Ba : Editus. 259p. : Il. 2004

32. DIXON, J.R. 1979. Origin e distribution of reptiles in lowland tropical rainforests of South America. In: The South America herpetofauna: its origin, evolution and dispersal. W.E.Duellman (ed.). Monograph of the Museum of Natural History, the University of Kansas 7:217-240.

33. MARTINS, M. e OLIVEIRA, M. E. 1998. Natural history of snakes in forests of the Manaus region, central Amazonian, Brazil. Herpetological Natural History 6:78-150.

34. Plano de Manejo do Parque Estadual do Conduru. INEMA/BA . Dezembro 2005.



espécie também conhecida apenas do holótipo, coletado em Una – BA, e *Hyla sibilata* (perereca-verde), forma endêmica do sul da Bahia. O Parque é também a única UC onde é conhecida a ocorrência de uma espécie de *Hyalinobatrachium* (perereca-de-vidro) ainda não identificada, que constitui o primeiro registro da Família Centrolenidae para o Nordeste do Brasil.

O crescente desmatamento tem levado muitas espécies ao risco de extinção. Hoje existem mais de 110 espécies ameaçadas nesse bioma, sendo 29 listadas na categoria de criticamente ameaçadas³⁵. A região abriga várias espécies de mamíferos endêmicas e ameaçadas de extinção, como o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*) e o ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*)³⁶. A avifauna é bastante diversificada, incluindo o gênero monotípico *Acrobatornis fonsecai* (graveteiro acrobata)³⁷.

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS*

A base econômica do território de Ilhéus desde o século XVIII é essencialmente agrícola, atrelada à lavoura cacaeira. Segundo a CEPLAC³⁸ a história do sistema de produção da lavoura cacaeira passou por três fases distintas. O sistema tradicional cabruca era o predominante e contribuiu em grande parte para a conservação da cobertura vegetal existente no município e pela conservação da sua biodiversidade. Porém, por força dos interesses econômicos progressivos, inclusive pela competitividade no mercado internacional, os produtores desejavam maior produção e, para isto, a orientação técnica da CEPLAC era diminuir a cobertura vegetal, ou seja, intensificar o número de pés de cacau e diminuir as árvores nativas, chegando assim à monocultura de cacau. É claro que este processo de transição não pode ser chamado de evolução!

O sistema de monocultura não se mostrou sustentável, com a perda do ambiente natural da floresta. As plantações ficaram suscetíveis a doenças, como a vassoura de bruxa e a podridão parda, levando inúmeras propriedades à falência.

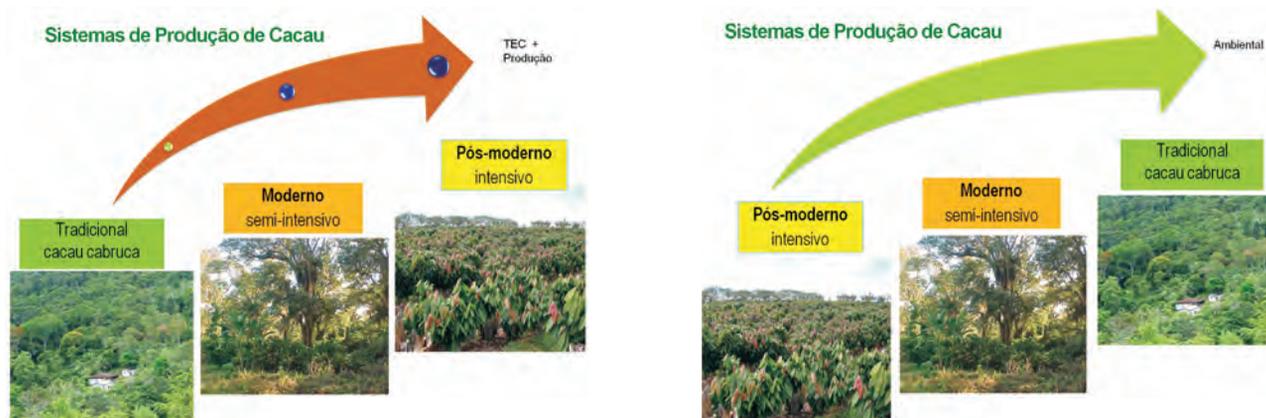
35. GALINDO-Leal, C. & I.G. CÂMARA. 2003. *The Atlantic Forest of South America: biodiversity status, threats, and outlook*. pp. 3-11. Center for Applied Biodiversity Science e Island Press, Washington, D.C. Citado por Plano de Manejo do PESC,

36. OLIVER, W. L. R.; SANTOS, I. B. *Threatened endemic mammals of the Atlantic Forest region of South-east Brazil*. Wildlife Preservation Trust, *Special Scientific Report*, 4:21-31, 1991. Citado por Plano de Manejo do PESC,

37. PACHECO, J.P.; WHITNEY, B.M. e GONZAGA, L.P. 1996. *A new genus and species of furnariid (Aves: Furnariidae) from the cocoa-growing region of southeastern Bahia, Brazil*. *The Wilson Bulletin* 108(3): 397-433. Citado por Plano de Manejo do PESC.

38. BISPO, E. R. *Desenvolvimento Sustentável da Região Cacaeira. A conservação produtiva do agroecossistema regional*. CEPLAC, 21 de outubro de 2011. Apresentação PPPs.

*As atividades econômicas do município de Ilhéus aqui descritas não são detalhadas, mas indicadas como elementos potencialmente indutores de processos de degradação ambiental.



Fonte: A conservação produtiva do agroecossistema regional.
 Ednaldo Ribeiro Bispo. CEPLAC, 21 / 10 / 2011

Hoje o processo é inverso, a orientação da CEPLAC é promover a conservação produtiva do agroecossistema que traz benefícios não só econômico, como ambiental e social.

Segundo descrição do diagnóstico regional³⁹, por causa do desempenho da lavoura cacauieira, no auge da sua produção, o município passou a se equipar para atender às necessidades regionais. Graças às suas facilidades portuárias e localização estratégica na maior zona produtora de cacau, Ilhéus passou a concentrar as funções comerciais, industriais e de serviços. Assim, durante o apogeu da cacauicultura, observa-se o maior crescimento do município, com expansão urbana de diversas construções.

Entretanto, no final da década de 80, essa lavoura entra em crise devido a associação de dois fatores principais: a queda de preço do cacau no mercado internacional e o aparecimento da praga Vassoura-de-Bruxa (*Crinipellis perniciosa*). A principal consequência foi o desemprego dos trabalhadores rurais, o que provocou fluxos migratórios para a cidade.

No campo começa então a conversão de novas formas de uso da terra, a substituição do cacau cabruca pela pecuária extensiva, café, seringa, pupunha e a exploração madeireira, com implicações na degradação da Mata Atlântica.



A suspensão da atividade madeireira e dos Planos de Manejo Florestal, obtidos pela Resolução 240 do Conselho Nacional de Meio Ambiente, dez anos atrás, iniciaram um novo tempo de esperança para a proteção da Mata Atlântica. Nesse processo, o IESB e o GAMBA tiveram participação decisiva e o IBAMA cumpriu com sua missão.

39. Programa de Recuperação das Bacias dos Rios Cachoeira e Almada. Diagnóstico regional. Caracterização sócio econômica. Vol. I Tomo II. Convênio SRH e UESC. Dezembro de 2000.

Na cidade se intensificou a demanda de espaço para moradias e emprego. A sede de Ilhéus, por apresentar função portuária, comercial e industrial, tornou-se o local de direcionamento da população do campo. O espaço urbano ocupado de forma desordenada provocou desmatamento em áreas de preservação permanente e fragmentação da vegetação.

Nos últimos vinte anos foram empreendidos esforços para a superação da crise do cacau na região. Organizações governamentais e não governamentais vêm aumentando o suporte técnico agrícola, a assistência à agricultura familiar, a renda econômica, o processamento do cacau e outros produtos. O incremento da atividade turística pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) na região da Costa do Cacau também contribuiu para compensar as perdas socioeconômicas em Ilhéus.



Trabalhadores manejando o cacau



www.valcabral.blogspot.com



www.ilheusamado.com.br

Atualmente o turismo e a produção cacaeira são as atividades econômicas que mais se destacam em Ilhéus, mas ainda não se consolidaram como as vias de desenvolvimento do município. Ambas as atividades podem ser pautadas na conservação da Mata Atlântica mas, apesar de investimentos estatais e internacionais na região, para a criação de mecanismos indutores de novos negócios e a assessoria intensiva de organizações não governamentais com ações conservacionistas e pesquisas, essas vocações não se tornaram prioridade na política municipal e estadual.

Em Ilhéus o enfraquecimento na política do turismo torna-se evidente com a falta de objetividade da gestão turística local. Não existe controle sobre a qualidade ambiental, a expansão de núcleos residenciais periurbanos informais exerce pressão sobre os atrativos naturais e, conseqüentemente, degradação ambiental e paisagística. Quanto ao cultivo de cacau, ainda é baixa a incorporação tecnológica no seu manejo e o produto é de qualidade limitada, além da cadeia produtiva ser pouco consolidada e diversificada.

Essas principais atividades econômicas estão em baixa prioridade na gestão governamental. Tal situação favorece mudanças no atual quadro econômico do município de Ilhéus, direcionada a uma política de crescimento econômico atrelada à implantação do Complexo Intermodal Porto Sul. Este projeto, caso venha a ser implantado, pode alterar radicalmente a base econômica da região. O empreendimento está em processo de análise e licenciamento por parte do IBAMA.



fotos: www.pimenta.blog.br

O projeto do Complexo Intermodal Porto Sul prevê a implantação de um porto público, de um terminal portuário privado, de um provável aeroporto e de uma base siderúrgica na região de Aritaguá, ao norte do litoral de Ilhéus. Além disso, está prevista a construção da Ferrovia da Integração Oeste - Leste (FIOL). É um projeto liderado pelo Governo do Estado da Bahia e está diretamente vinculado a outro empreendimento, o projeto Pedra de Ferro, que envolve a exploração de minério na região de Caetité, no sudoeste baiano, a cerca de 500 Km de Ilhéus⁴⁰.

Na Figura 14, pode-se conhecer o mapa de vegetação na área de influência direta e indireta do Projeto Porto Sul, sendo que em mais da metade da área predomina o sistema cabruca. Nessa área o bioma Mata Atlântica apresenta oito diferentes tipologias de cobertura vegetal⁴¹, com os seguintes percentuais: floresta ombrófila correspondente a 4,9%; área antropizada (afetada pela atividade humana) 32,47%, área de vegetação herbácea 14,52%, vegetação arbóreo arbustiva 17,95%, restinga 0,72%, manguezais 0,05%, áreas alagáveis 5,68, e cabruca 55,1%. Todos esses ambientes naturais estão relativamente conservados e teoricamente protegidos por lei, fazendo parte de programas nacionais e internacionais de conservação da biodiversidade, como o Projeto Corredores Ecológicos, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Hotspots. Essa área do Projeto Porto Sul está inserida no minicorredor Conduru-Boa Esperança que tem o potencial de conectividade entre as duas unidades de conservação - Parque Estadual Serra do Conduru e Parque Municipal Boa Esperança, através das suas diferentes tipologias de cobertura vegetal.

Segundo o RIMA Porto Sul, a cabruca, na área de influência indireta, especialmente na região mais a oeste (interior), abriga significativa parcela de espécies da Mata Atlântica e as famílias botânicas de maior ocorrência indicam que essas são áreas de cabruca antiga com elevada importância para a manutenção da biodiversidade.

40. Desenvolvimento no Sul da Bahia e o Projeto Porto Sul. Publicação independente Rede Sul da Bahia. 2011

41 - Relatório de Impacto Ambiental Porto Sul. Hydros\Orienta\Derba. 2011



FIGURA 14

Mapa de vegetação na área de influência direta e indireta do Projeto Porto Sul

Fonte: Hydros\Orienta, 2011.

A ferrovia Oeste-Leste (FIOL), em fase inicial de construção (Figura 15), está inserida na estratégia logística nacional e estabelece um eixo logístico transversal que articula o porto marítimo no município de Ilhéus com a região do Brasil Central. Essa obra apresenta irregularidades e tem causado impactos ambientais, tendo sido alvo de embargo pelo IBAMA e de ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal de Ilhéus e de Tocantins. Devido as falhas do plano de gestão e do planejamento, o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou a paralisação do projeto.

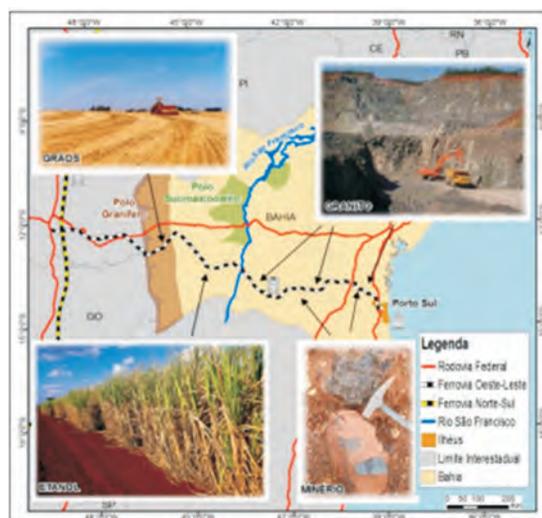


FIGURA 15

Traçado da Ferrovia Oeste-Leste

Fonte: Hydros\Orienta, 2011.

Outro vetor de crescimento para a região é a exploração de petróleo e de gás natural na bacia sedimentar de Camamu-Almada (Figura 16). O bloco BM-CAL-6 na região de Ilhéus já obteve as licenças de perfuração. O Gasoduto do Nordeste (GASENE), com a estação de compressão e distribuição em Itabuna, viabilizará a disponibilização de gás natural na região.

O destino da região está entre o debate de duas visões de desenvolvimento econômico. Uma defende a qualificação e valorização da convivência entre proteção da Mata Atlântica e empreendimentos de turismo, produção de cacau e pesca. A outra visão é a perspectiva econômica de perfil industrial baseada no Complexo Intermodal do Porto Sul, que pode ter êxito do ponto de vista econômico, mas desastroso do ponto de vista ambiental, social e cultural, além de desconectado das atuais linhas de desenvolvimento do Sul da Bahia⁴².

Atualmente, apesar da infraestrutura e gestão do município de Ilhéus serem precárias, a região vem sendo preparada nos últimos 20 anos para aproveitar essas vocações de desenvolvimento econômico. Com isso, garante a coexistência e as possíveis sinergias entre as atividades de turismo, agricultura, industriais de baixo impacto e produção de serviços, mantendo a qualidade ambiental, preservando a biodiversidade e a dinâmica dos ecossistemas⁴³.

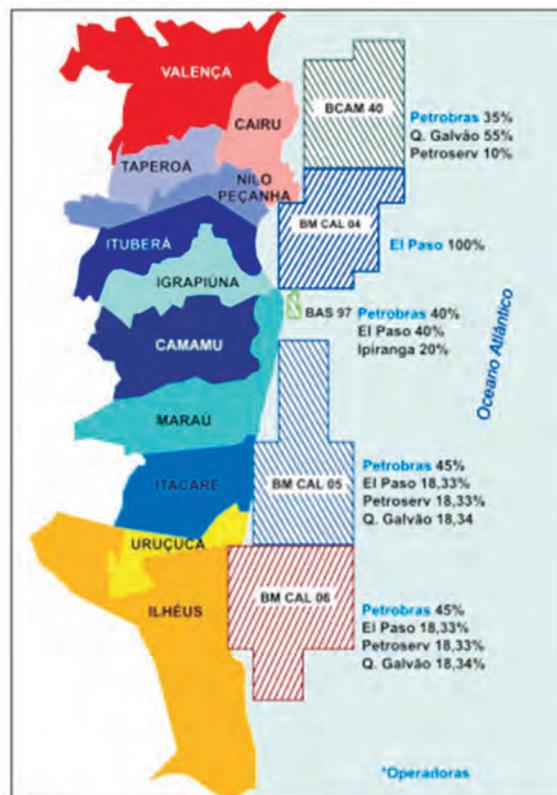


FIGURA 16
Petróleo e Gás Natural
Fonte: ANP Agência Nacional do Petróleo



fotos:
<http://acorda.meupovo.blogspot.com/2011/11/sem-planejamento-e-fiscalizacao.html>

42. Ecodesenvolvimento no Sul da Bahia. Uma visão de Futuro Muito Além do Porto Sul. Rede Sul da Bahia. 2011
43. Desenvolvimento no Sul da Bahia e o Projeto Porto Sul. Publicação independente Rede Sul da Bahia. 2011

3. AVALIAÇÃO DOS PLANOS E PROGRAMAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO

Os planos, programas e projetos em desenvolvimento ou previstos para o município de Ilhéus são de interesse para o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, desde que convergentes e complementares aos seus objetivos.

A fim de identificar quais ações têm uma interface de conservação com a Mata Atlântica em Ilhéus, foram realizadas, durante o período de estudos para este diagnóstico, entrevistas semiestruturadas com organizações não governamentais, instituições de ensino e com o Poder Público Municipal, Estadual e Federal, além de pesquisas bibliográficas e em sítios eletrônicos.

Para melhor entendimento do seu alcance de conservação, essas ações foram classificadas com base nos seguintes requisitos:

- **Uso sustentável dos recursos naturais**
- **Educação ambiental e gestão integrada dos resíduos sólidos**
- **Ecoturismo**
- **Conservação da biodiversidade**
- **Pesquisa e política ambiental**

O conceito de conservação é definido no documento World Conservation Strategy (Estratégia de Conservação Mundial, comissionado pelo Programa Ambiental das Nações Unidas — IUCN, em 1980) como o manejo da biosfera pelo ser humano para rendimento sustentável. Assim, conservação abrange preservação, restauração e aprimoramento do ambiente natural. Nessa perspectiva, foram identificadas as ações em Ilhéus que se enquadram ou pelo menos, se aproximam daqueles requisitos de conservação, classificados na Tabela 7.

Entre as ações conservacionistas mencionadas no município, destaca-se a maior atuação da sociedade civil, especialmente as atividades voltadas para educação ambiental e projetos de uso sustentável dos recursos naturais, sobretudo, os relacionados com a recuperação do cacau cabruca, geração de renda para as famílias agrícolas, associações e



assentamentos rurais. Em contraponto à baixa atuação conservacionista do Poder Público Municipal, Ilhéus possui movimento social articulado que tem promovido crescente conscientização ambiental na população.

Dentre as significativas iniciativas do Poder Público Municipal, destacam-se a criação de Unidades de Conservação, cuja discussão detalhada encontra-se na seção 4, e o Plano Diretor Municipal Participativo, que reconhecidamente possui interface direta com os objetivos do Plano Municipal da Mata Atlântica, sendo, por isto, tratado especificamente no item 3.2 desta seção.

No âmbito do Poder Público Estadual, percebe-se a inexistência de estrutura do próprio Estado para tratar dos problemas ambientais dos municípios. O maior agravante na ação do Estado para o município de Ilhéus é a desarticulação do projeto turístico da Costa do Cacau (ver item 3.1 nesta seção), devido a mudança na política do Estado na priorização do turismo para a região. A infraestrutura e os serviços básicos em Ilhéus são deficitários e desqualificam o turismo, além da baixa capacitação da mão-de-obra, o que dificulta maior inserção social que é realizada informalmente. Existe uma tendência de abertura para o turismo de massa o que pode trazer maior impacto ambiental, devido a falta de critérios de capacidade de carga dos atrativos ambientais.

TABELA 7 | Ações Conservacionistas no município de Ilhéus

AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	
Uso Sustentável dos Recursos Naturais	<p>COOFASULBA 1998* Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável Agricultura Familiar Sul da Bahia - 32 Associações 4.000 associados Projeto Mata Verde: distribuição 29.000 mudas nativas, frutíferas, em 2011 Projeto Mini Fábrica de Doces, Polpas, Geléias (Ceplac-Seagri) AGENDHA 1ª Fábrica Chocolates Finos Agricultura Familiar - Ibicarai (Ceplac-Cepec-Sedir-Car).</p> <p>INSTITUTO CABRUCO 2007 Pesquisa em Extensão, Assistência Agricultura Familiar – Projeto "Manejo Agroecológico do Cacaueiro e Processamento de Cacau de Qualidade em Assentamentos Rurais e Comunidades Quilombolas e Indígenas no Litoral Sul" (CAR e SEDIR) 500 famílias beneficiadas.</p> <p>CARE Brasil 2000 Visa fomentar a produtividade de cacau, renda e conservação da cabruca na região cacaueira, em parceria com Cargill, Kraft Foods e Cogan Family. Projeto baseado no estudo de prospecção de cenários e viabilidade econômica na Região Cacaueira. Planeja implementar na região o projeto que desenvolve no Acre - REDD+ (redução de emissões por desmatamento e degradação florestal).</p> <p>SINDICATO TRABALHADORES RURAIS DE ILHÉUS 1958 Assistência técnica sócio ambiental para assentamentos rurais. 12 AR. área total 5000ha 450 famílias.</p> <p>ASSOCIAÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL ÍNDIOS TUPINAMBÁ 2000 cultivo de piaçava (CAR) plantio de papaia (FASE).</p> <p>ASSOCIAÇÃO AÇÃO ILHÉUS 2008 Promoveu a Rede de Coalizão Sul da Bahia Justo e Sustentável.</p> <p>COOPERATIVA CABRUCO 2000 Produção de cacau fino e orgânico para exportação.</p>

* as datas citadas ao lado das instituições se referem aos anos de sua criação.



AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Educação Ambiental e Gestão Integrada dos resíduos sólidos

CARE Brasil - Capacitação de 33 Professores e lideranças comunitárias em E.A. com ênfase no acesso à água e resíduos sólidos - Forma educadores com filhos de agricultores.

FUNDAÇÃO MARAMATA 2000 - Visitação Museu do mar - Programa Selo Verde – Biblioteca e Cine Verde MEC - Estação Climatológica para acompanhar as mudanças climáticas (MMA) - Publicações ecológicas para escolas - Projeto de Limpeza Canal do Jacaré – Projeto de reutilização do óleo de cozinha e produção de sabão junto à Associação Teotônio Vilela (Embasa).

AMPARO MELHOR 2009 - Projeto “Praia Limpa” coordenado pelo Prof. Emerson Lucena Biologia da UESC.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL ÍNDIOS TUPINAMBÁ - Promovidos seminários Sócioambientais sobre o território Tupinambá (Secretaria Estadual de DH) - 3.800 moradores no território indígena.

ESCOLA AGRÍCOLA MARGARIDA ALVES 1996 - Agroecologia para jovens 5ª à 8ª série, filhos de assentados de 6 municípios, Pedagogia da alternância, (França 1930) 15 x 15 dias. Fortalecimento da identidade afro brasileira (Lei 10.639/03).

ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DA MULHER 1997 - Centro Atenção Integral Criança - CAIC - Ações educativas, saúde, coleta e reciclagem de materiais.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO HERNANI SÁ - campanha de coleta de embalagens Tetra Pak em apoio Galpão da COOPLIMP - 32 ton/200m².

UESC - Permacultura básica nas escolas e comunidades (coord.: Marlene Dantas e Jose Walter Gaspar) – sensibilização ambiental (Emerson Lucena) em toda a orla.

ASSOCIAÇÃO AÇÃO ILHÉUS - Laboratório de Cidadania e Vidas Sustentáveis na Juerana (Fapesb-UESC Prof. Wagner de Oliveira)-Grupo de trabalho do Aterro sanitário Itariri.

AF AMBIENTAL - projeto Centro de Referência de Manguezais desenvolvido junto à Associação Moradores Bairro São Miguel (compensação ambiental do gasoduto da Petrobrás, que passa pela APA Lagoa Encantada e Almada), contando ainda com a colaboração do Jornal 4 Cantos da ONG Abará de Itajuípe.

COOPLIMPA Cooperativa Catadores de Resíduos Sólidos Recicláveis Consciência Limpa 2010 - catadores e moradores do entorno do aterro Itariri promovem coleta e armazenamento de materiais – 121 associados.

Ecoturismo

INSTITUTO FLORESTA VIVA 2003 - Programa de turismo responsável (BID)

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL ÍNDIOS TUPINAMBÁ - Aldeia Indígena Taba jaire promove visitação à região indígena.

COOPERBOM 2007 - Desenvolveu o projeto Roteiro Ecoturístico para Ilhéus (Ministério do Turismo e OCB - Organização de Cooperativas do Brasil) – participou do inventário turístico (UESC Profª. Aline) - desenvolve roteiros de ecoturismo na região: Fazenda Berg fruit, fábrica de chocolate com matéria prima da fazenda.

RPPN MÃE DA MATA - Promove visitação e educação ambiental.

ASSOCIAÇÃO AÇÃO ILHÉUS - Colabora com a Câmara de Turismo da Costa do Cacau

Conservação da Biodiversidade

CARE Brasil - é parceira do projeto Corredores Ecológicos e INEMA para práticas do PSA (plano sustentabilidade ambiental) - Implantação de 14 viveiros em assentamentos, produziu 10.500 mudas de cacau - Certificação 195 ha de cacau orgânico assentamento Dom Helder Câmara.

INSTITUTO FLORESTA VIVA - Mini corredores Boa Esperança/Condurú (MMA/PCE) - projeto de conservação manguezais (Coelba) - viveiro de mudas nativas em Serra Grande (SOS Mata Atlântica) - promove reflorestamento no Parque do Condurú.

SINDICATO TRABALHADORES RURAIS - reflorestamento de Reserva Legal e APPs em 6 assentamentos rurais, convênio com INCRA e PRONAF (viveiros da Ceplac, EBDA e Biofábrica) – recebe apoio técnico da Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia COOTEBA.

SINDICATO RURAL DE ILHÉUS 1941 - 500 associados, incentiva e instrui procedimentos para averbação da Reserva Legal e APPs nas propriedades (Instituto Cabruca e Floresta Viva).

COOPERATIVA CABRUCA - Promove ações de reflorestamento e pesquisa entre seus associados - Possuiem certificação IBD (Instituto Bio Dinâmico)) - Exportam para 6 países. Chocolate fino e Orgânico.

RPPN - Implementadas: Reserva São João, RPPN Arte Verde, Salto Apepique, Mãe da Mata, e 8 em processo de criação: Helico, Reserva São José, Boa União, Lama Preta, Ribeirão dos Gatos, Serra da Temerosa, Fazenda São Sebastião e Cachoeira Lisa - total 522ha.

AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

<p>Pesquisa e Política Ambiental</p>	<p>INSTITUTO CABRUCO - Está desenvolvendo estudo de classificação de solos e fitos sociologia - publicou calendário fenológico juntamente com IESB/2011.</p> <p>INSTITUTO FLORESTA VIVA - Intermediou recursos da Fundação Boticário/UESC para apoiar pesquisas na UESC (Prof. Gil Marcel) para a criação do Parque Municipal Marinho dos Ilhéus</p> <p>INIBIO – INSTITUTO BIOS 1999 - Pesquisa crustáceos na Mata Atlântica em Ilhéus (apoio da Ilha dos Aquários de Porto Seguro) – levantamento de espécies arbóreas e pássaros de restinga – estudo da fauna do manguezal praia do Mamoan.</p> <p>IESB 1995 - Pesquisa sobre a ecologia do Mico Leão na Cabruca (Fazenda Almada) - Estudos corredores ecológicos - Áreas prioritárias para conservação – RPPN – Estudos sobre unidades de conservação e Reserva da Biosfera.</p> <p>CARE Brasil- Diálogos do cacau - Cadeia justa e sustentável do cacau.</p>
---------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

AÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

<p>Educação Ambiental e Gestão Integrada dos resíduos sólidos</p>	<p>SEDUC Secretária de Educação e CONDEMA Conselho de Defesa e Meio Ambiente 2000 - Publicação do Jornal Eco Kids destinado às escolas públicas e privadas com recursos do fundo passivo ambiental municipal (Ministério Público Estadual). Para 2012 Eco teen.</p> <p>SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Promove assistência à Cooplimpa com mutirões de saúde, inclusão das famílias no Plano de Aquisição de Alimentos (Programa Fome Zero) e erradicação do trabalho infantil.</p>
<p>Conservação da Biodiversidade</p>	<p>PARQUE MUNICIPAL DA BOA ESPERANÇA - criado em 2001 com 465ha, 2º maior parque urbano do País.</p> <p>PARQUE MUNICIPAL MARINHO DOS ILHÉUS - Decreto nº 037 de 2011, objetiva a preservação do peixe Mero e ecossistema associado</p> <p>ARIE - Lei Municipal 3427/09 sob a denominação de Corredor Ecológico Lagoa Encantada/Serra do Conduru, localizado no Distrito de Aritaguá.</p>
<p>Pesquisa e Política Ambiental</p>	<p>PLANO DIRETOR MUNICIPAL - Política de Meio Ambiente; Política de Áreas Verdes; Política das Áreas Naturais Protegidas; Política Ambiental voltada para os Recursos Hídricos; Política Municipal de Saneamento Ambiental.</p> <p>SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - Em curso a Lei de Regulamentação do Código Ambiental – Realizada 5 audiências públicas municipais.</p>

AÇÕES DO PODER PÚBLICO ESTADUAL

<p>Uso Sustentável dos Recursos Naturais</p>	<p>SECRETARIA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - Cursos aos agricultores, objetivo agregar renda, criar mecanismos que permitam mais empregos e diversificação agrícola, Ex: Coofasulba, cursos de Piscicultura, Aves, Mel, Seringa.</p> <p>CAR - assistência técnica: agropecuária, laticínios, além de equipamentos, convênio Instituto Cabruca, Coofasulba, Associação Tupinambá.</p>
<p>Educação Ambiental e Gestão Integrada dos resíduos sólidos</p>	<p>CONDER - construiu o Aterro Municipal do Itariri em 2003.</p> <p>MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - Programa Objetivos do Milênio - Jornal Eco Kids na rede Municipal Escolar (Promotora Karina) – Estruturação da Cooplimpa (Promotor Paulo Figueredo).</p> <p>ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA 2006 - BIRD, possui 720 vagas, Professores indígenas em cumprimento à Lei 11.645/08 que estabelece as diretrizes e bases da educação incluindo a temática no currículo "História e Cultura Afro Brasileira e Indígena".</p> <p>SEMA - Juntamente com a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia (Ciea) promoveu a criação da Lei 12.056/2011 que institui a Política de Educação Ambiental da Bahia.</p> <p>SEC - Secretaria de Educação, cede professores para a Escola Agrícola Margarida Alves.</p>



AÇÕES DO PODER PÚBLICO ESTADUAL

Ecoturismo	SECRETARIA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS - apóia a Associação Cultural e Ambiental Índios Tupinambá.
Conservação da Biodiversidade	UESC - viveiros de plantas nativas - Trabalho de Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira conjuntamente com diversas instituições e todos os municípios do comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira (Professor Neylor Calazans) INEMA - Criação e gestão do Parque Estadual do Conduru e da APA Lagoa Encantada e Almada e o Projeto Corredores Ecológicos.
Pesquisa e Política Ambiental	UESC - Pesquisas do doutorado e mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade; Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente; Botânica; Sistemas Aquáticos Tropicais; Zoologia e outras áreas. MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - Possui base ambiental para tratar do bioma Mata Atlântica e o NUMA (Núcleo da Mata Atlântica) que está sendo construído na UESC (passivo ambiental Petrobrás), é o único na Região Sul.

AÇÕES DO PODER PÚBLICO FEDERAL

Uso Sustentável dos Recursos Naturais	SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - cursos via Sindicato Rural e Coofasulba como extração de seringa, apicultura, hortas, etc. CEPLAC - parceria com a Coofasulba, Care e Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Assistência técnica (Seagri Ebda/INCRA) - Projeto de regularização fundiária para os produtores rurais (Seagri).
Educação Ambiental e Gestão Integrada dos resíduos sólidos	MEC - Diretrizes operacionais do campo, direcionadas para as escolas agrícolas, exemplo Escola Margarida Alves. MMA/Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - Conferência do Meio Ambiente Apoio à realização das Conferências Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, integrante do PPA 2008/ 11.
Conservação da Biodiversidade	MMA/PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS - Projeto mini corredores visa integrar fragmentos florestais ligando Serra do Conduru à Mata da Boa Esperança, através de convênio com Instituto Floresta Viva. INCRA - Regularização de APPs e Reserva Legal em Assentamentos, convênio com Floresta Viva e Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) – a superintendência do Incra no Estado da Bahia está realizando ações preventivas contra desmatamentos em assentamentos juntamente com o IBAMA, INEMA e Polícia Ambiental.
Pesquisa e Política Ambiental	Ministério do Meio Ambiente /Secretaria de Mudanças Climáticas - Projeto Orla compatibiliza política ambiental e patrimonial no trato dos espaços litorâneos, Plano de Gestão Integrado com a Prefeitura de Ilhéus – 80Km do litoral de Ilhéus prioridade bairro São Miguel.

O maior destaque das ações positivas do Estado fica por conta da Universidade Estadual Santa Cruz (UESC) que dispõe de cursos diferenciados e tem promovido diversas pesquisas em prol da conservação da Mata Atlântica e sua biodiversidade. O Ministério Público Estadual também tem apoiado o município com ações de educação ambiental custeadas pelo Fundo de Passivos Ambientais do município oriundos de multas. A Região Sul da Bahia possui uma Base Ambiental diferenciada para tratar do bioma Mata Atlântica e

está sendo construída na área da UESC a nova sede para o Núcleo Mata Atlântica (NUMA), financiado por passivos da Petrobrás.

No âmbito federal, a CEPLAC com sua infraestrutura e pessoal disponível na região tem potencial para realizar muito mais pelo município com a sua nova política de conservação produtiva (ver item 3.5 nesta seção). A conservação produtiva é um modelo de gestão sustentável resultante da atividade técnica em um sistema de produção agrícola de baixo impacto ambiental, que possibilita a sustentação de recursos naturais renováveis de forma produtiva, sem alterações substanciais na paisagem local e nas suas características básicas. Além disso, esse modelo de gestão garante o uso e a produção sustentável, a conservação, estabilização e/ou recuperação dos serviços ecossistêmicos básicos que o agroecossistema cacauero foi capaz de abrigar⁴⁴.

No requisito Conservação da Biodiversidade, o Poder Público Federal, através do Ministério do Meio Ambiente, disponibiliza recursos para o projeto de mini corredores, através do Projeto Corredores Ecológicos. O INCRA promove ações de adequação ambiental de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal e ações preventivas contra o desmatamento em assentamentos rurais.

Muitos programas já normatizados pelo Governo Federal podem dar o aporte financeiro, normativo e operacional para que instituições em Ilhéus como a CEPLAC, a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), a UESC, a SEAGRI, a COOFASULBA e outras da sociedade organizada, promovam a recuperação de áreas degradadas, a integração da floresta com o cacau e os sistemas agroflorestais. Tais programas são: Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), amparado sob a rubrica Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE VERDE) e sob o Programa de Financiamento à Regularização e Recuperação de Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente Degradadas (FNE PRÓ - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL) do Ministério da Integração Nacional operacionalizado pelo Banco do Nordeste (BNB); Programa de Aceleração do Crescimento (PAC – CACAU) e o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (PROGRAMA ABC), Resolução nº 3.896, de 17/08/10, do Banco Central do Brasil, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

44. SETENTA, W. e LOBÃO, D. *Conservação Produtiva – modelo de gestão sustentável*. Coluna Jornal. 2010

3.1 Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR

Ilhéus, o maior e mais antigo município da região do Litoral Sul, destaca-se na área de turismo na categoria histórica e manifestações culturais e folclóricas, além dos atrativos naturais como praias, rios e as fazendas antigas de cacau. Conta também com visitações de interesse técnico científico como a Bio Fábrica, o Centro de Recuperação do Bicho Preguiça, CEPLAC, Fábrica de Chocolate e a Universidade Estadual de Santa Cruz⁴⁵.

O desenvolvimento do turismo em Ilhéus é fruto de um processo histórico, cultural, econômico e de políticas públicas, sobretudo como resposta à crise socioeconômica do cacau. O incremento da atividade, que já supera o número de 500 mil visitantes por ano na região de Ilhéus, tem motivado inúmeros projetos de novos hotéis e resorts entre Ilhéus e Morro de São Paulo, com destaque para Itacaré, Maraú, Boipeba e Una, ao sul de Ilhéus. Este dinamismo minimiza as perdas sociais e econômicas da agricultura do cacau.

O PRODETUR, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem sido fundamental para a indução produtiva e de novos serviços com o turismo. Em 1993, foi planejado o turismo territorial para a região com base nas Áreas de Proteção Ambiental (APA), unidades de conservação criadas nas zonas turísticas do Litoral Sul e que teoricamente deveriam proteger manguezais, restingas, rios e riachos, florestas ainda remanescentes, bem como a paisagem, a exemplo das falésias e costões rochosos.



Fonte: Afonso Coppala. Vista aérea do norte de Ilhéus – zona turística em expansão no século XXI com áreas protegidas no entorno.

45. Neste item, texto extraído do artigo (não publicado) de Rui Rocha, intitulado «Turismo em Áreas Protegidas no Sul da Bahia».

“Na região entre Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, por exemplo, denominada de Costa do Cacau, o plano incluía a pavimentação asfáltica de uma estrada vicinal que ligava os três municípios ao longo do litoral. A nova obra de infraestrutura a serviço do turismo regional, entretanto, desconsiderava no seu projeto conceitual variáveis ambientais importantes, a exemplo da paisagem costeira e dos ecossistemas previamente protegidos pela APA Itacaré Serra Grande. Órgãos distintos de governo operando os investimentos do Prodetur, com equipes e culturas profissionais diferenciadas, tomavam decisões opostas sobre como realizar investimento desta natureza. Por um lado o Departamento de Estradas e Rodagens, com engenheiros acostumados a construir rodovias convencionais no interior do estado, e do outro arquitetos urbanistas e biólogos atentos ao traçado futuro da rodovia, com impactos diretos sobre a paisagem de alto valor para a nova economia que surgia. A sociedade civil, com amplo diálogo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento desde Washington, nos Estados Unidos, questionou os riscos da política de turismo baiana, que continha ameaças para a biodiversidade e mesmo para a paisagem do turismo em transformação.

Em 1997, atendendo a solicitação de instituições ambientalistas locais e nacionais, o Governo da Bahia criou o Parque Estadual da Serra do Conduru e iniciou nestes municípios uma ampla articulação com a sociedade civil e prefeituras locais para consolidar as APAs Itacaré Serra Grande e Lagoa Encantada e Rio Almada. Ao final, a região abrigou um sistema de áreas protegidas complexo, que inclui reservas privadas e um projeto de reserva extrativista marinha, além de parques municipais na cidade de Ilhéus, tanto para a proteção de florestas urbanas quanto os corais que estão próximos a cidade. Em 2006 o Ministério do Meio Ambiente aprovou projeto de implementação de Corredor Ecológico nesta microrregião, consolidando assim este sistema de áreas protegidas.

Em que pese a diretriz estabelecida conciliando áreas protegidas com a atividade turística, agrícola, pesqueira e urbana no litoral, associando agregação econômica e social gerada pelas economias tradicionais e pelo turismo com a conservação mais ampla da paisagem regional, através de zoneamentos territoriais bem definidos, o plano segue com muitos desafios e ajustes ao longo do tempo. A visão ainda presente na administração pública local, que vê as APAs como obstáculos para a gestão político-eleitoral dos espaços de expansão urbana, é um dos maiores entraves para o sucesso e eficácia das áreas protegidas na viabilização do turismo e a conservação da paisagem em longo prazo.

Além das prefeituras que gerenciam notadamente o ambiente urbano, o Estado da Bahia, com a alternância dos governos, não tem seguido à risca o plano original do PRODETUR de conciliar turismo com áreas protegidas. A implementação do Parque do Conduru e das APAs tem sido deficiente e só alcança resultados parciais pela persistência da sociedade civil em manter a agenda de conservação e sustentabilidade regional, com inúmeras alianças institucionais, inclusive com o Ministério do Meio Ambiente, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a UNESCO”⁴⁶.

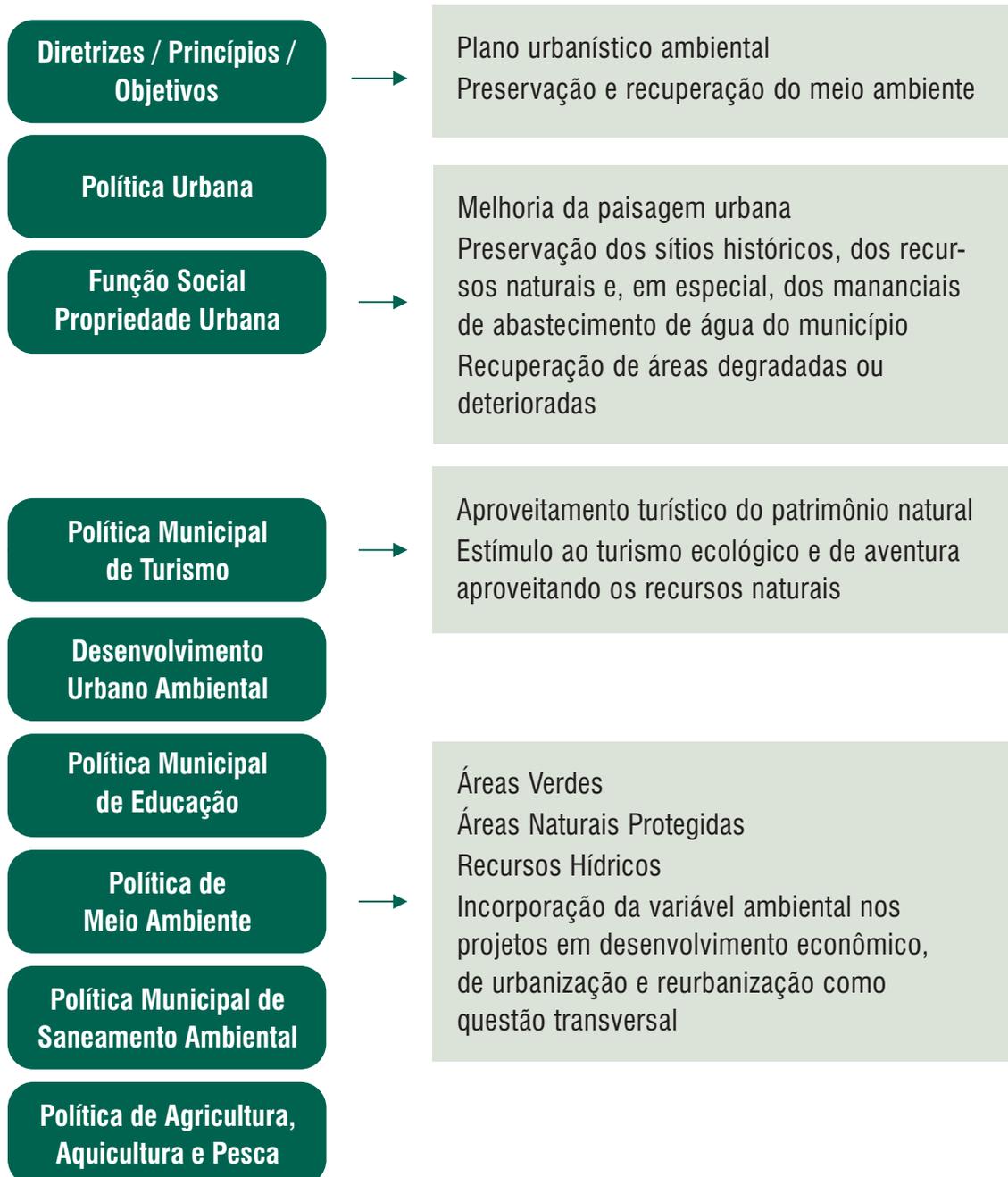
46. PRODETUR NE-II PDITS – Pólo Litoral Sul.2005



3.2 Plano Diretor Municipal Participativo - PDMP

O atual Plano Diretor Municipal Participativo de Ilhéus (PDMP) é o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano e ambiental, extensivo a todo o território municipal, criado pela Lei Municipal n.º 3.265/06 de 29 de novembro de 2006.

Dentre as políticas municipais estabelecidas no PDMP, a Política Ambiental aparece ao lado da Urbana (Título II Capítulo III) em uma seção dedicada à Política Municipal do Meio Ambiente (Seção V) e outra seção para a Política Municipal de Saneamento Ambiental (Seção VI). Abaixo os destaques panorâmicos onde há consideração ambiental no PDMP:



O PDMP tem como princípio a preservação e recuperação do meio ambiente cujo objetivo visa incorporar a componente ambiental na definição dos critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo, sobretudo para a proteção de mananciais e recursos hídricos, recuperação de áreas degradadas, tratamento de áreas públicas e expansão dos serviços de saneamento básico. No entanto, a efetividade dessas normas não saiu do plano teórico. Na prática, o que se constata no município de Ilhéus é a expansão urbana desordenada e não planejada com ocupações em encostas e em áreas de preservação permanente como topos de morros e margens dos rios.

O Plano Diretor do município de Ilhéus (PLAMI), de 1969, identificou três tipos de favelas em Ilhéus: a favela de areia, a de mangue e a de encosta. Na maioria dos bairros da população de baixa renda as ruas foram traçadas sem preocupação técnica e instituídas com redes elétricas. As redes de água e esgoto são deficientes⁴⁷.

O PDMP chama atenção quando enaltece o desenvolvimento socioeconômico sustentável como política municipal (Título II, Capítulo I, Seção I), ressaltando que essa política tem como princípio “sintonizar o desenvolvimento industrial, comercial e de serviços com o desenvolvimento social, cultural e tecnológico, a proteção ao meio ambiente, a configuração do espaço urbano pautado pelo interesse público e a busca da redução das desigualdades sociais presentes no Município”. No entanto, ao longo desta seção quando trata sobre o crescimento da cidade, os usos e formas de ocupação e as intervenções no território, o princípio ambiental não recebe destaque norteador para essas questões. Sustentabilidade em um Plano Diretor quer dizer estudar e delimitar instrumentos urbanísticos e definições de uso do solo, com o objetivo de solucionar conflitos entre usos urbanos incompatíveis com a proteção ambiental.

Atualmente o Plano Diretor de Ilhéus está sendo revisto por iniciativa do Governo do Estado da Bahia e tem como foco as demandas que envolvem o Complexo Intermodal Porto Sul e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste. O contexto atual em que o Plano Diretor está sendo revisto requer pensar o município como um todo, sem priorizar as regiões onde o ambiente é mais preservado e menos modificado pelo homem. Se a proteção da Mata Atlântica no município e de espaços verdes nas zonas urbanas constituem assuntos de crescente preocupação e objeto deste PMMA, evidencia-se cada vez mais a necessidade de se consubstanciar sua definição e disciplina com maior abrangência no novo Plano Diretor.

Na revisão do PDMP cabe a recomendação acerca do zoneamento ambiental para que sejam definidos os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos. É preciso analisar, no macrozoneamento municipal (Figura 17) e macrozoneamento urbano (Figura 18), a incompatibilidade de uso e ocupações com as áreas consideradas prioritárias para conservação, como as áreas de restinga e mangue.

47. ANDRADE, M. P. *Ilhéus Passado e Presente*. Editora da UESC. Ilhéus-BA. 2003

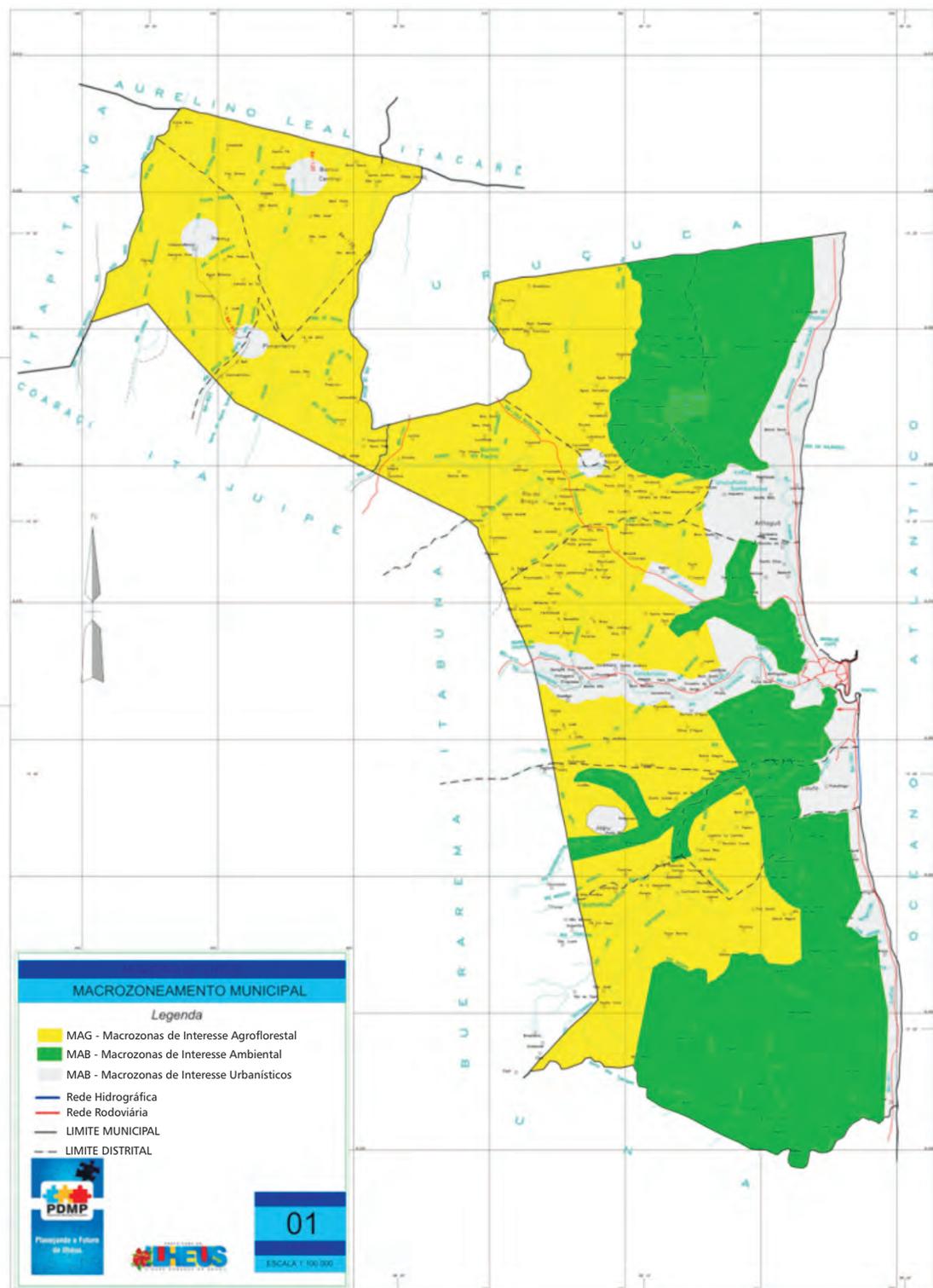


FIGURA 17
Macrozoneamento Municipal de Ilhéus
Fonte: PDMP

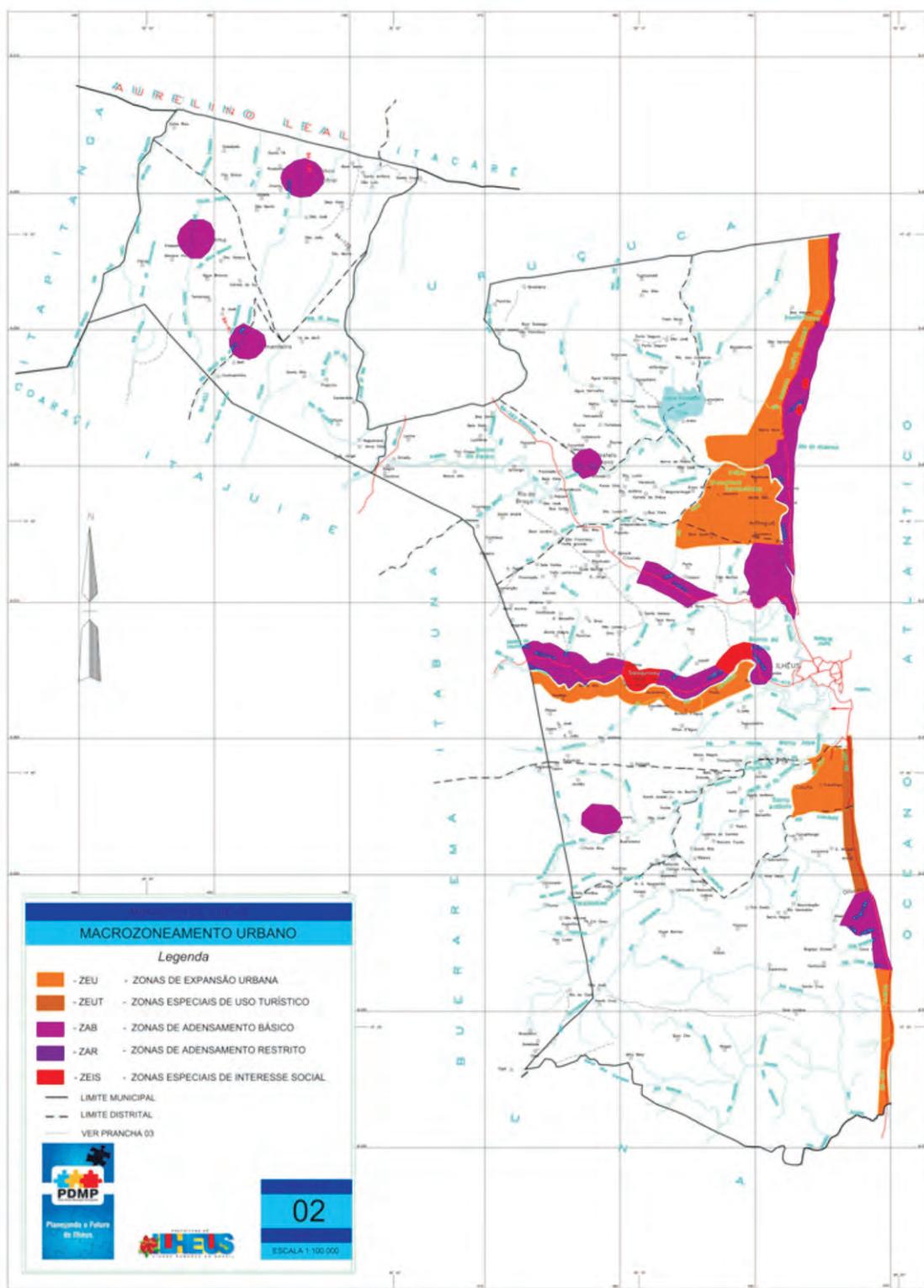


FIGURA 18
 Macrozoneamento Urbano de Ilhéus
 Fonte: PDMP



A definição de **Zona de Expansão Urbana** deve ser baseada em critérios eminentemente ambientais.

As **Zonas Ambientais**⁴⁸, definidas abaixo devem ser mapeadas e incorporadas no macrozoneamento municipal:

- I** - Zonas de Unidades de Conservação (ZUC): áreas sob regulamento das diversas categorias de manejo;
- II** - Zonas de Proteção Ambiental (ZPA): áreas protegidas por instrumentos legais diversos como as Áreas de Preservação Permanente (APP) e outras áreas com existência de remanescentes de Mata Atlântica e ambientes associados e de suscetibilidade do meio a riscos relevantes;
- III** - Zonas de Proteção Paisagística (ZPP): áreas de proteção de paisagem com características excepcionais de qualidade e fragilidade visual;
- IV** - Zonas de Recuperação Ambiental (ZRA): áreas em estágio significativo de degradação, onde é exercida a proteção temporária e desenvolvidas ações visando a recuperação induzida ou natural do ambiente, com o objetivo de integrá-las às zonas de proteção;
- V** - Zonas de Controle Especial (ZCE): demais áreas do município submetidas a normas próprias de controle e monitoramento ambiental, em função de suas características peculiares.

A revisão do Plano Diretor deve ser realizada de forma participativa, exercitando as leituras técnica e comunitária. É importante entender a cidade através do estudo de dados e informações sociais, econômicas, ambientais e culturais, articuladas às percepções construídas nos debates entre o Poder Público e os segmentos da sociedade.

A participação da iniciativa privada em ações relativas ao processo de urbanização (Art. 7º - XII) deve ser compatível com as função social e com a função de proteção ambiental, observando-se a preservação de mananciais, de ecossistemas e da paisagem.

As suas normas devem levar à sustentabilidade e a uma melhor qualidade de vida para os munícipes. A conservação do meio ambiente depende de uma atuação consciente da administração pública, de uma educação ambiental constante, de uma participação popular democrática, de um processo permanente de visibilidade dos resultados e de uma melhor aplicação dos investimentos.

48. WOLSKI. S. S. *Plano Diretor e o Meio Ambiente. Apresentação em Power Point*
ASCOM-PMI. 14.02.2012 www.ilheus.ba.gov.br

3.3 Saneamento Ambiental

A situação sanitária do município de Ilhéus apresenta condições bastante deficitárias. Não existe um Plano de Saneamento Ambiental no município, apesar da Lei Orgânica e o Plano Diretor determinarem a elaboração e execução de política de saneamento. Os serviços de saneamento envolvem ações voltadas para limpeza urbana, coleta de lixo e disposição de resíduos sólidos urbanos; captação, tratamento e distribuição de água; coleta e tratamento de esgotos sanitários; drenagem adequada das águas pluviais.

Em torno de 15 a 20% dos domicílios urbanos não são abastecidos com água da rede geral, e a coleta do lixo está abaixo da média estadual⁴⁹. O atendimento aos serviços de água e esgotos é realizado pela concessionária EMBASA, em todas as etapas, da captação até a distribuição. Nas comunidades das zonas rurais, o esgoto não é tratado ou coletado e a população se utiliza de fossas ou dispõe os dejetos diretamente nas várzeas, nos cursos d'água mais próximos e nos mangues.

Em comunidades menores da área rural e do litoral norte de Ilhéus, o abastecimento é obtido basicamente através de poços privados, situados dentro dos terrenos das propriedades, existindo também alguns poços comunitários, com distribuição feita por meio de redes públicas.



Vista aérea do aterro sanitário.

Fonte:
SEPLAN - PPS
Recuperação
e gestão do
Aterro Sanitário
de Ilhéus.
Salvador,
julho/2009

Ilhéus, pelo censo IBGE de 2001⁵⁰ possuía pouco mais de 10% de seus domicílios ligados à rede coletora de esgoto. Porém, no início desta década foi instalada no município uma estação de tratamento de esgoto por decantação. Grande parte da área urbana central atualmente tem seu esgoto coletado e tratado antes de ser lançado no Rio Cachoeira. Na zona rural, não há coleta nem destinação final de resíduos líquidos em nenhuma comunidade, o que pode afetar principalmente a qualidade dos recursos hídricos locais.

49. SEPLAN. PPS, Recuperação e gestão do Aterro Sanitário de Ilhéus. Salvador, julho/2009

50. IBGE, site oficial – www.ibge.gov.br/cidades,

Em 2002, foi construído o aterro sanitário em Ilhéus no local denominado Itariri, com recursos do MMA a fim de substituir o lixão de Cururupe, localizado ao sul do município, próximo à Rodovia Olivença-Canavieiras, mais precisamente na nascente do Rio Cururupe. Este lixão foi abandonado e encontra-se desativado num processo de regeneração natural com vegetação de capoeira desde 2003.

A pré-operação do novo aterro foi iniciada sob a responsabilidade da CONDER e, em 2005, a Prefeitura de Ilhéus assumiu a responsabilidade de operar o aterro sanitário⁴⁹. Atualmente, o aterro encontra-se numa situação bastante precária e as condições são de degradação ambiental e poluição. O descarte passou a ser feito em qualquer local que permitisse o acesso aos caminhões transportadores dos resíduos, de forma irregular e sem considerar a célula construída para tal fim.

Cerca de 120 pessoas sobrevivem da catação dos resíduos, sendo 50 crianças e 18 adolescentes. Vivem em condições precárias de moradia e sem instalações sanitárias. Suas casas são construídas com restos de materiais, escondidas na mata, e degradando áreas de preservação permanente da vegetação. Essas famílias não dispõem de água potável, nem energia elétrica, nem escolas. Duas assistentes sociais⁵¹ conduzem médicos ao local e retiram crianças do lixão, atendendo a programas sociais baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fotos: SEPLAN



Em dezembro de 2011 através de acordo via MPE com Promotor Paulo Figueiredo o município de Ilhéus assinou uma concessão de local junto ao aterro para construção de um galpão e uso da COOPLIMPA presidida pela Sra. Deize Meire, catadora que migrou, como outros, do lixão do Cururupe. A vassoura de bruxa foi a responsável por jogar estas pessoas nos lixões da região cacauera.

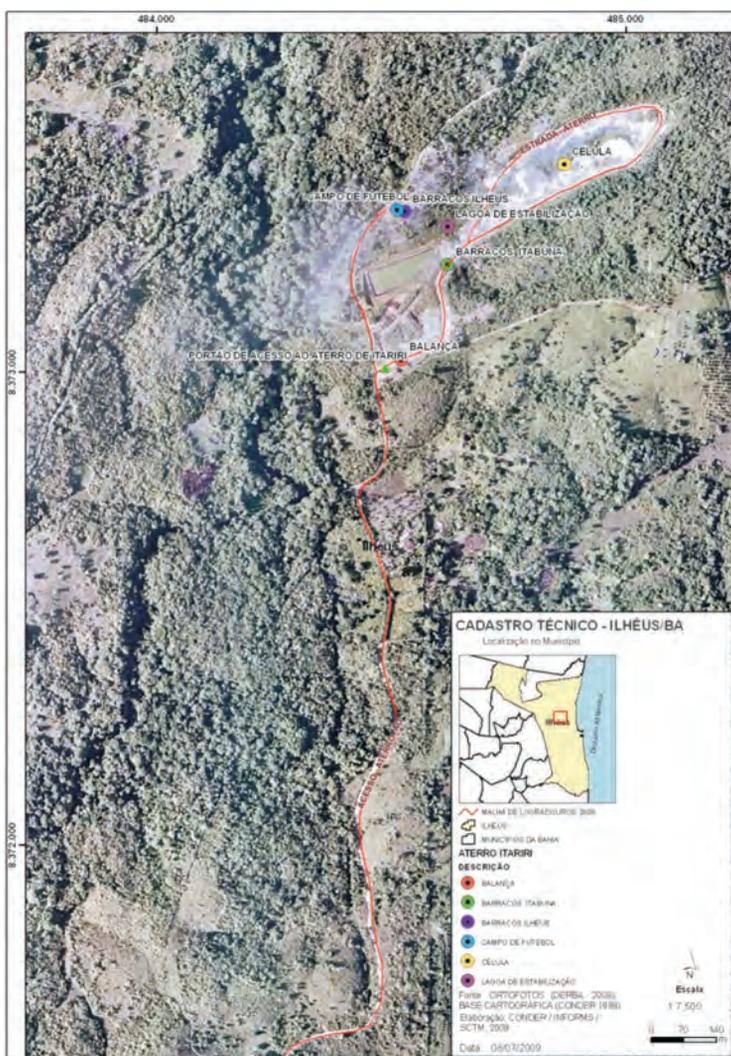
51. SEPLAN. PPS, Recuperação e gestão do Aterro Sanitário de Ilhéus. Salvador, julho/2009

Apesar do aterro possuir lagoa de retenção do chorume, o mesmo não é tratado, assim como a liberação de gás metano. O aterro está sendo tratado como um lixão, sem controle de descargas, origem domiciliar ou industrial. Até o lixo hospitalar é descartado próximo à estrada, a céu aberto. Atualmente o aterro é consorciado com o município de Uruçuca que despeja 4 caminhões de resíduos, diariamente em Itariri.

Existe a previsão de reforma do aterro sanitário pela CONDER, cujo custo da obra será de 2 milhões de reais, devendo atuar em 3 eixos: reestruturação da infraestrutura; estruturação social com coleta seletiva e construção de um modelo de gestão, respaldado por ações políticas e institucionais, adequando as ações à realidade social e econômica da região e às condições financeiras, técnicas e gerenciais do município de forma a garantir a sustentabilidade ao empreendimento.

Algumas comunidades rurais contam com serviço de coleta de lixo, realizado pela Prefeitura, que recolhe os resíduos domésticos uma vez por semana. Mas a grande maioria dos moradores jogam os resíduos nos terrenos baldios, quintais, rios e manguezais.

Não existe política pública para coleta seletiva e separação de recicláveis para o município. Por iniciativa da CONDER foi contratada empresa para elaboração de um projeto piloto no setor sul da cidade, no bairro Hernani Sá, para implantação da coleta seletiva, que deveria ocorrer até o final do ano de 2011 (comunicação pessoal SEPLAN).



Fonte:
SEPLAN -
PPS Recuperação e gestão
do Aterro Sanitário de Ilhéus.
Salvador, julho/2009



3.4 Programa de Recuperação de Bacias Hidrográficas dos Rios Cachoeira e Almada

O Programa de Recuperação das Bacias dos Rios Cachoeira e Almada, desenvolvido pelo Núcleo de Bacia Hidrográfica da UESC em convênio com a antiga Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), hoje INEMA, considerou uma divisão regional para melhor desenvolver as características de cada bacia.

O documento apresenta informações detalhadas sobre os conteúdos ambientais e diagnósticos dos níveis de conflitos ambientais nos diversos municípios que as bacias encerram. Apresenta também uma proposta de zoneamento ambiental para as Bacias dos Rios Cachoeira e Almada, analisando em conjunto as formas de ocupação social das diversas zonas ambientais.

O Programa de Recuperação das Bacias dos Rios Cachoeira e Almada oferece dados que propiciam a orientação do zoneamento ambiental do Plano Diretor de Ilhéus e o estabelecimento de uma interface ampla com o PMMA de Ilhéus. Ao mesmo tempo, diagnostica os vetores de pressão ambiental, como o processo de expansão urbana e as atividades agropecuárias que pressionam a vegetação nativa e protetora dos cursos d'água e a quantidade e qualidade dos recursos hídricos disponíveis nas bacias.

O documento contempla ainda um banco de dados com informações sobre usuários, localidades, estrutura hídrica, captação, fontes de poluição, bacias, sub-bacias e cursos d'água, caracterização ambiental, meio físico e socioeconômico, climatologia, hidrografia, macrófitas e qualidade da água, manejo, oferta e disponibilidade hídrica e mapas.

Apesar da existência desse Programa de Recuperação de Bacias Hidrográficas dos Rios Cachoeira e Almada, ainda não foi desenvolvido um plano de bacias hidrográficas para essas bacias, como determina a Política Estadual de recursos Hídricos - Lei nº 11.612/2009 e alterações definidas pela Lei nº 12.377/2011.

3.5 Programa Conservação Produtiva da Região Cacaueira da Bahia

A Conservação Produtiva da Região Cacaueira da Bahia é um programa desenvolvido pela CEPLAC⁵² com o objetivo estratégico de promover o desenvolvimento integrado sustentável da Região Cacaueira da Bahia, tendo por princípios básicos: a conservação produtiva, a inclusão social e a qualidade de vida do homem do campo.

52. MAPA CEPLAC - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Conservação Produtiva da Região Cacaueira da Bahia. Fevereiro 2012.

O programa apresenta diversos objetivos estratégicos como: fomentar a produção, promover a inclusão social e produtiva da pequena e média propriedade rural; proporcionar, em bases sustentáveis, a viabilidade do estabelecimento rural no agro ecossistema cacaueteiro, bem como o aumento dos serviços e ativos ecossistêmicos, entre outros. Além disso o programa estabelece metas ambientais, sociais e econômicas para serem alcançadas em 2012.

4. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POPULAÇÕES LOCAIS

As Unidades de Conservação são áreas protegidas com fins de preservação da biodiversidade, da composição da paisagem, proteção de monumentos naturais e belezas cênicas, a promoção da pesquisa científica, da educação ambiental e do turismo ecológico.

O município de Ilhéus compreende em sua área Unidades de Conservação de algumas categorias estipuladas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), dos grupos de proteção integral e de uso sustentável de acordo com a Tabela 8.

Unidades de Proteção Integral - tem por objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, que compreende as Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais e Estaduais, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

Unidades de Conservação de Uso Sustentável - são áreas que compatibilizam a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, sendo composta por Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Proteção Ambiental Estadual, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional e Estadual, Reserva Extrativista de Fauna de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Uma área de 99.680 ha do município de Ilhéus está contida em áreas protegidas o que corresponde a 53,22% da área total do município. Em termos de proteção integral, apenas 3.823,73 ha do município encontram-se protegidos, o que corresponde a uma unidade de conservação municipal - o Parque da Boa Esperança, e parte do território das unidades intermunicipais federais e estadual, a Reserva Biológica de Una, o Refúgio de Vida Silvestre de Una e o Parque Estadual da Serra do Conduru.

A maior parte de áreas protegidas no município são da categoria de uso sustentável, o que corresponde a uma área do território de Ilhéus equivalente a 94.464,4 ha, sendo 553,8 ha correspondentes às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) (apenas as reconhecidas), 11.543,15 ha da Área de Relevante Interesse Ecológico e a maior extensão de



82.367,45 ha correspondente à parcela da Área de Proteção Ambiental (APA) Lagoa Encantada e Rio Almada no município de Ilhéus. A espacialidade das unidades de conservação pode ser visualizada na Figura 19.

Apesar da contribuição das áreas protegidas para a redução de pressões na Mata Atlântica no município de Ilhéus, a adequada implantação é um fator decisivo para a garantia de sua efetividade a longo prazo. Para tanto, é necessário o estabelecimento dos meios que viabilizem a fiscalização, o controle permanente de seus limites territoriais e o desenvolvimento de suas potencialidades em gerar benefícios para o município.

O processo de implantação de uma unidade de conservação é complexo e prevê as seguintes etapas⁵³: criação, estabelecimento, consolidação e manutenção. A etapa de estabelecimento caracteriza-se principalmente por: elaboração e aprovação do plano de manejo; formação do conselho gestor (integração com entorno e participação comunitária); sinalização dos limites da UC; planos de fiscalização em funcionamento; estabelecimento de capacidade mínima de gestão (equipamentos + infraestrutura). A terceira etapa, da consolidação, prevê: análise fundiária realizada; plano de manejo em implementação; plano básico de proteção em funcionamento; alocação de funcionários e uma estrutura física com equipamentos mínimos para sua operação. É necessária a constante manutenção das ações.

A maioria das UCs no município de Ilhéus não se encontram em situação efetiva de estabelecimento e consolidação. Vejamos a seguir as condições de eficácia de cada uma delas e quais os programas e ações recomendados nos seus planos de manejo para as suas zonas de entorno. Tais programas e ações poderão contemplar atividades de conservação e recuperação da Mata Atlântica integradas ao Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.

53. Custos e desafios das unidades de conservação
<http://www.ipam.org.br/revista/Custos-e-desafios-das-unidades-de-conservacao>.

TABELA 8 | Categorização das Unidades de Conservação no município de Ilhéus

Unidade de Conservação / Município	Categoria	Decreto de criação	Decreto ampliação	Área original (ha)	Área ampliação (ha)
Parque Municipal da Boa Esperança Ilhéus	Proteção Integral	Lei Complementar Municipal 001/2001 de 07 de junho	-	437	-
Parque Municipal Marinho dos Ilhéus Ilhéus	Proteção Integral	Decreto nº 037 que regulamenta Lei Municipal 3.312 de 30/01/06	-	5	-
Área de Relevante Interesse Ecológico ARIE-Corredor Ecológico Lagoa Encantada/ Serra do Conduru Ilhéus	Uso Sustentável	Lei Municipal 3427, de 15 de setembro de 2009	-	10.000	-
APA da Lagoa Encantada e Rio Almada Ilhéus, Uruçuca, Itajuípe, Coaraci e Almadina	Uso Sustentável	Decreto Estadual nº 2.217 de 14/06/93	Decreto Estadual nº 8.65/03	11.800	157.745
Parque Estadual Serra do Conduru Ilhéus, Itacaré e Uruçuca	Proteção Integral	Decreto Estadual nº 6.227 de 21/02/97	Decreto Estadual 8.702/03	7.000	9.275
Reserva Biológica da Una Una e Ilhéus	Proteção Integral	Decreto Federal nº 85.463 de 10/12/80	Decreto Federal s/n de 28/12/2007	11.400	18.500
Refúgio da Vida Silvestre de Una Una e Ilhéus	Proteção Integral	Decreto Federal s/n de 21/12/2007	-	23.404	-
RPPN Fazenda São Paulo Ilhéus	Uso Sustentável	Portaria Federal 22/99 N	-	25	-
RPPN Fazenda São João Ilhéus	Uso Sustentável	Portaria Federal 22/97 N	-	25	-
RPPN Fazenda Araci Ilhéus	Uso Sustentável	Portaria Federal 138/N	-	110	-
RPPN Salto Apepique Ilhéus	Uso Sustentável	Portaria Federal 103/97 N	-	118	-

Unidade de Conservação / Município	Categoria	Decreto de criação	Decreto ampliação	Área original (ha)	Área ampliação (ha)
RPPN Arte Verde Ilhéus	Uso Sustentável	Portaria Federal 114/98 N	-	10	-
RPPN Mãe da Mata Ilhéus	Uso Sustentável	Portaria 32 - DOU 47 10/03/2004	-	13	-
RPPN Helico Ilhéus	Uso Sustentável	Portaria IBAMA nº 09 de 18 de janeiro de 2007	-	65	-
RPPN Reserva São José Ilhéus	Uso Sustentável	Portaria ICMBio nº 4 de 01/02/2008	-	77,39	-
RPPN Boa União Ilhéus	Uso Sustentável	Portaria de reconhecimento do IBAMA 29/2007	-	118,81	-
RPPN Lama Preta Ilhéus	Uso Sustentável	Processo no IBAMA/ICMBio	-	12,7	-
RPPN Ribeirão dos Gatos Ilhéus	Uso Sustentável	Processo no IBAMA/ICMBio	-	30	-
RPPN Serra da Temerosa Ilhéus	Uso Sustentável	protocolada SEMA 1420100002151	-	10,1	-
RPPN Fazenda São Sebastião Ilhéus	Uso Sustentável	protocolo SEMA 1420070023620	-	5,4	-
RPPN Cachoeira Lisa Ilhéus	Uso Sustentável	Processo no ICMBio	-	43	-

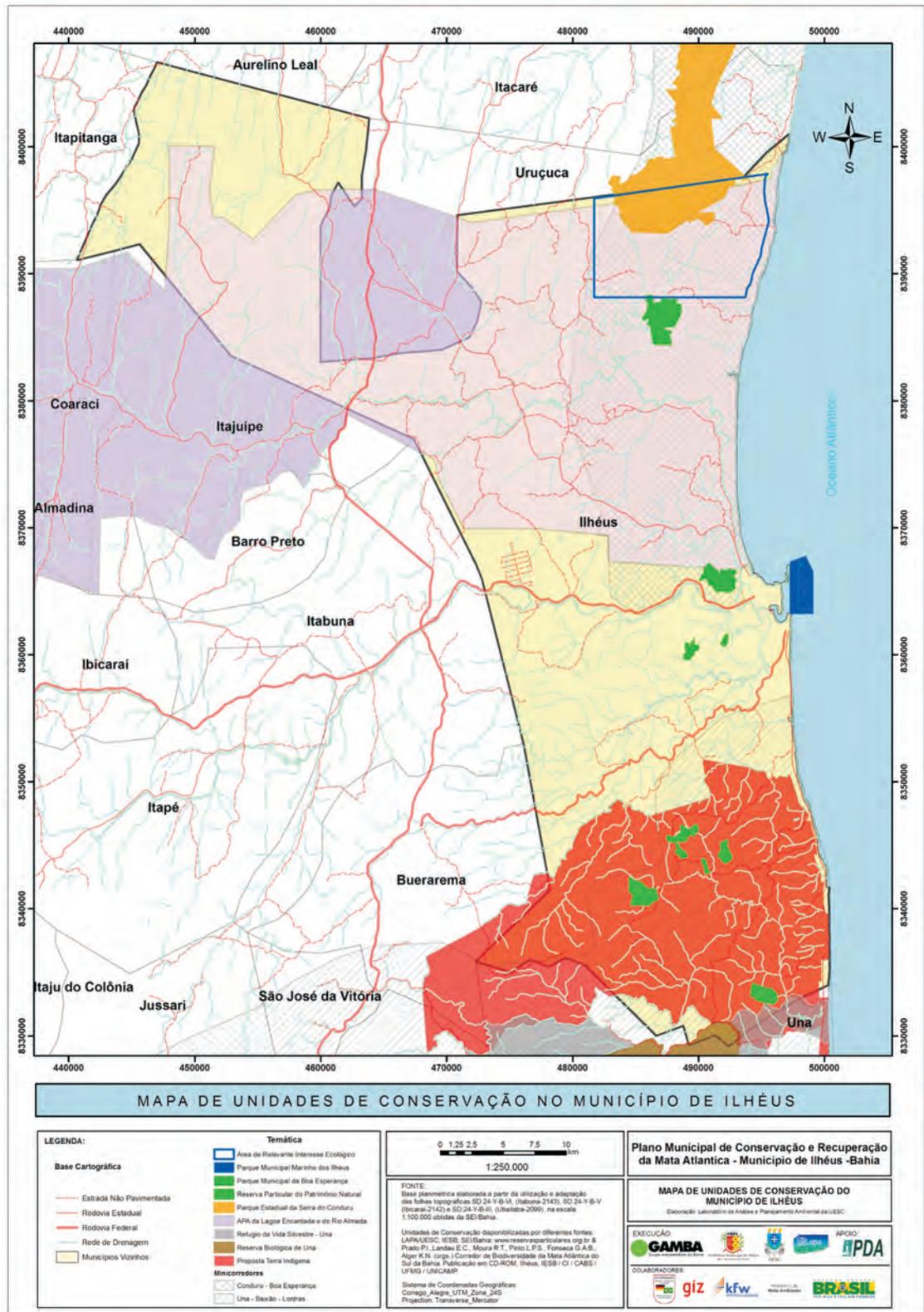


FIGURA 19
Mapa de Unidades de Conservação no Município de Ilhéus

4.1 Unidades de Conservação Municipais

PARQUE MUNICIPAL DA BOA ESPERANÇA

O Parque Municipal da Boa Esperança compreende um fragmento de floresta primária de 437 ha, fundamental para a proteção de remanescente florestal do município de Ilhéus, com funções diversas, incluindo a proteção de manancial de água.

O objetivo inicial do município, quando adquiriu a Fazenda da Esperança, na década de 20, foi o abastecimento de água para Ilhéus. Atualmente o abasteci-



mento é feito pela Bacia do Iguape (represa no entorno do parque). Esta Unidade de Conservação abrange três bacias hidrográficas da região e 51 microbacias do rio Sete Voltas. A rede de drenagem dessas microbacias, tem todas suas nascentes no complexo da Mata da Esperança, possuindo uma densidade de drenagem da ordem de 25,06 m/ha⁵⁴.

O ribeirão principal tem sua nascente a noroeste da mata, com uma extensão de 1.800 m. Seus afluentes são riachos, perfazendo um total aproximado de 9.000 m. As águas do ribeirão e seus afluentes convergem para a extremidade leste da mesma mata, onde represam suas águas, formando a antiga represa de abastecimento de água da cidade, com uma área de 7,5 ha. Existem estudos da EMBASA com vistas ao reaproveitamento dessa água do interior do parque, que é de altíssima qualidade⁵⁴.

O Plano de Manejo do Parque existe há mais de uma década, realizado em 2001 pela Fundação Pau Brasil (FUNPAB), CEPLAC, Prefeitura Municipal de Ilhéus e Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata (MARAMATA), sem no entanto existir um planejamento de ações efetivas.

O Conselho Gestor do parque até o momento não está regulamentado, embora a unidade tenha recebido recursos do Ministério do Meio Ambiente. O conselho gestor de uma

54. Informações obtidas na Secretaria de Meio Ambiente - Coordenação de Unidades de Conservação - Prefeitura Municipal de Ilhéus.

unidade de conservação é o principal componente da gestão e a sua atuação deve refletir os anseios das populações do entorno que devem fazer parte de suas pautas de atuação. A pressão externa na unidade pode ser minimizada e gradativamente eliminada se consideradas ações que atendam às necessidades básicas das comunidades vizinhas.



Esse importante fragmento florestal é a maior reserva de Floresta Atlântica primária em área urbana no Brasil.

Na sua zona de entorno vivem 10 comunidades, inclusive o Distrito Industrial de Ilhéus, o que corresponde a uma população de 55.000 habitantes, o equivalente a 20% da população do município. Nessas condições geográficas o efeito das pressões externas tende a impactar cada vez mais a unidade. Os principais problemas são a utilização dos recursos do parque e a inexistência de integração com essas comunidades.

Um levantamento etnobotânico realizado no Parque Municipal da Boa Esperança⁵⁵ identificou grande diversidade vegetal sendo aproveitada como fonte de renda pela comunidade circunvizinha, através da exploração desordenada de plantas de interesse econômico.

A comunidade carente adjacente ao parque utiliza as espécies com potencial econômico para diversos fins como: alimentício, artesanal, medicinal, combustível, rituais religiosos, “simpatias”, sombreamento de culturas, extração de pigmentos para tatuagens e principalmente ornamental. Atualmente essa exploração é feita de forma indiscriminada, necessitando, por isso, de aprofundamento dos estudos para definir melhor a forma de manejo e aproveitamento do seu potencial produtivo.

Dentre as diretrizes estipuladas no Plano de Manejo, que tem relação direta com a zona de entorno, destacam-se as seguintes:

- Incentivar as atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramentos
- Planejar a fauna silvestre, com destaque para *achesis muta* (pico-de-jaca), *ylvilagus brasiliensis* (lebre) e *angara seledon* (sete-cores)

55. COSTA, L. C. do B., ROCHA, E. A., SILVA, L. A. M., JARDIM, J. G., SILVA, D. da C., GAIÃO, L. de O. & MOREIRA, R. de C. T. *Acta Farm. Bonaerense* 25 (2): 184-91. 2006. *Levantamento Preliminar das Espécies Vegetais com Potencial Econômico no Parque Municipal da Boa Esperança.*

- Manejar recursos em áreas de manguezal
- Proporcionar atividades de ecoturismo
- Proporcionar acesso à recreação em contato com a natureza
- Proporcionar acesso à educação ambiental
- Gerar emprego e renda, visando a autosustentabilidade
- Recuperar áreas degradadas com espécies nativas da Mata Atlântica

Os planos refletem a maneira de pensar dos gestores das unidades de conservação e devem ser realizados planejamentos a curto e médio prazo combinados com uma flexibilidade que permita a adaptação às circunstâncias que se modificam continuamente⁵⁶. Modelos de gestão excludentes ou inclusivos se traduzem nos documentos de planejamento. O modelo excludente trata do manejo da unidade sem a participação dos habitantes da região, enquanto no modelo inclusivo, os interesses e o bem-estar das sociedades locais são peças-chaves na gestão da unidade.

Fotos:
Coordenação de
Unidades de
Conservação
/SEMA/
Prefeitura
Municipal
de Ilhéus



Desta forma, o Plano de Ação para Conservação da Biodiversidade do Sul da Bahia⁵⁷ recomenda a revisão do Plano de Manejo do Parque, além de apoio ao funcionamento e fortalecimento do Conselho Consultivo do Parque, inserindo no conselho representantes das associações locais, vizinhas ao parque, fortalecimento da fiscalização, programa de comunicação e educação ambiental para o entorno e implementação de centro de visitantes e programa de visitação.

Uma estratégia de conservação recomendada é o manejo da sua zona de entorno, que ao norte faz divisa com a APA Lagoa Encantada e Rio Almada e, por conseguinte, a sua proteção deve ser compartilhada com essa unidade de jurisdição estadual, no contexto do conceito de mosaico.

56. <http://uc.socioambiental.org/gest%C3%A3o/instrumentos-de-gestao>

57. Plano de Ação para a Conservação da Biodiversidade do Sul da Bahia – IESB. Ilhéus - 2009.

PARQUE MUNICIPAL MARINHO PEDRA DOS ILHÉUS

O Parque Municipal Marinho Pedra dos Ilhéus é a unidade de conservação mais recente criada no município, no dia 05 de junho de 2011. Tem como principal objetivo a proteção de recifes que compõem os Ilhéus como a Pedra de Ilhéus, Ilhéuzinho, Itaipinho, Itapitanga e Sororoca. Esses são os habitats de reprodução e criação de espécies marinhas ameaçadas e de interesse comercial, principalmente o *Epinephelus itajara* (mero-canapu) que corre maior risco de extinção.

Pelo decreto de criação do parque fica proibida a prática de caça e pesca em quaisquer de suas modalidades, bem como captura ou coleta de organismos marinhos, com outra finalidade que não seja a pesquisa científica, devidamente autorizada pela administração do Parque. Também fica vedada a entrada na área de pessoas portando armas, materiais ou outros instrumentos destinados à caça, pesca ou a outras atividades prejudiciais à fauna.

Tanto o Conselho Consultivo quanto o Plano de Manejo previsto no ato de criação do Parque, ainda não foram instituídos. O Conselho deverá ser formado por 16 membros, órgão colegiado paritário, composto por representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada, e que deverão ser nomeados pelo chefe do Executivo. Caberá ao Conselho a incumbência de monitorar a elaboração e execução do Plano de Manejo, assegurando seu caráter participativo, celebrar convênios e desenvolver atividades de fiscalização, entre outras funções.

O Plano de Manejo deverá estabelecer as normas para uso e atividades permitidas no parque dentre aquelas previstas como: a) estudos científicos, b) atividades de lazer e recreação e c) monitoramento e fiscalização.

Embora o processo de construção do Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação seja mais demorado, o mesmo não se pode dizer para a criação do Conselho Gestor que já poderia ter sido efetivada.



Pedra dos Ilhéus. Fonte Carlos Maia



Mero um dos peixes protegidos. Fonte: Ascom

4.2 Unidades de Conservação Intermunicipais

APA DA LAGOA ENCANTADA E RIO ALMADA

A APA da Lagoa Encantada, inicialmente criada no município de Ilhéus em 15 de junho de 1993, teve sua área ampliada e a denominação alterada em 22 de Setembro de 2003 por meio do Decreto Estadual nº 865/03. A nova designação - APA da Lagoa Encantada e Rio Almada teve sua poligonal alterada alcançando uma área de 157.745 ha, que abrange os municípios de Ilhéus, Uruçuca, Itajuípe, Coaraci, Almadina, Ibicaraí, Barro Preto e Itabuna. (Figura 20).



FIGURA 20

Área Ampliada da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada

Fonte: SEMA/ABARÁ. *Jornal Encantos da Lagoa*.

Edição Especial n.1 APA da Lagoa Encantada.

Ano V. Ilhéus - A.2008

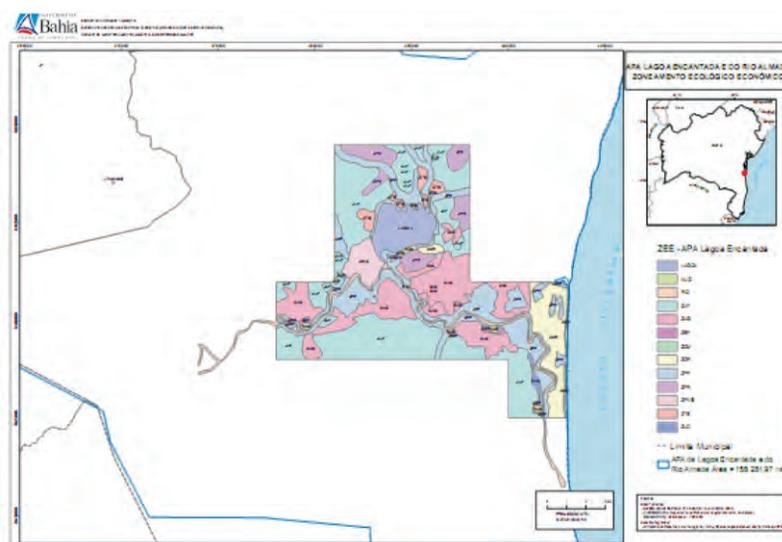
A Unidade foi criada para proteger os valiosos ecossistemas remanescentes da Mata Atlântica na bacia do Rio Almada⁵⁸, bem como sua nascente, os manguezais e áreas úmidas associadas a seu estuário, englobando a bacia hidrográfica do Lago da Barragem do Iguape. As áreas são abrigos de espécies raras da fauna e flora locais, possuindo uma beleza cênica com imenso potencial de desenvolvimento para o ecoturismo. Deve ser prioridade o incentivo às boas práticas e à conservação natural em terras privadas (criação de RPPNs, servidões ecológicas e reservas legais), assim como outras atividades econômico-ecológicas e de educação ambiental, inclusive com o incentivo à recomposição de florestas nativas integradas às cadeias produtivas regionais.

A área dentro do município de Ilhéus possui, como principais unidades fisiográficas, a linha de praia com restinga, a planície flúvio-marinha com manguezal, a planície aluvial com várzea e brejos, as encostas das falésias e, finalmente, os tabuleiros ou altiplanos, com vegetação em estágio distintos de regeneração⁵⁹.

58. SEMA/ABARÁ. *Jornal Encantos da Lagoa. Edição Especial n.1 APA da Lagoa Encantada. Ano V. Ilhéus-A.2008*

59. TORRES, L. M. *Análise do Processo de Implantação dos Conselhos Gestores em Áreas de Proteção Ambiental - O caso das APAs da Bahia. Dissertação de Mestrado. UESC. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Ilhéus 2007*

Sob a gestão do Estado foi realizado o diagnóstico do Plano de Manejo e Zoneamento da APA Lagoa Encantada em 1996, pela Coordenação de Desenvolvimento do Turismo (CODETUR) e aprovado pela Resolução CEPRAM nº 1.802, em 23 de outubro de 1998. Os estudos correspondiam à área da primeira poligonal delineada no município de Ilhéus, antes da ampliação da APA para outros municípios.



O Zoneamento foi revisado pelo CRA, atual Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), e sancionado pelo CEPRAM em julho de 2002. A concepção do Zoneamento na primeira poligonal da APA, além de definir suas áreas de preservação e conservação, suas florestas, matas ciliares, áreas alagáveis etc., visou disciplinar as áreas de uso agrícola e agroflorestal. Um dos elementos chaves do zoneamento foi garantir a sustentabilidade ecológica-econômica da APA através do turismo de qualidade e de baixa densidade – o ecoturismo, além do turismo rural ligado ao contexto das fazendas tradicionais de cacau – para os quais são definidas, na margem da própria Lagoa, algumas zonas turísticas especiais⁶⁰.

Desde então, apesar dos estudos obtidos, muito pouco foi realizado para impedir ou minimizar os impactos na APA. A Lagoa, segundo pesquisa de mestrado realizada na UESC⁶¹ em 2005, é uma das opções de entretenimento tanto para a população de Areias como de Ilhéus. No entanto, tem recebido vários impactos ambientais no decorrer dos últimos vinte anos, quando se iniciou a ocupação através dos loteamentos para casas de pescadores e de veraneio, e pela chegada de trabalhadores desempregados em consequência da crise cacauzeira. Conseqüentemente, resultando no desmatamento de suas margens, assoreamento, recebimento de dejetos líquidos e sólidos, vindo a ocasionar uma certa descaracterização da paisagem da área.

60. PRUA – Plano de Referência Urbanístico Ambiental Vila Turística de Areias. SUDETUR. Salvador. Novembro 2002.

61. BARROS, S. R. Avaliação Espaço-Temporal de Parâmetros Microbiológicos na Lagoa Encantada Bahia Ilhéus. Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. 2005.



Esse estudo confirma que, embora as condições de balneabilidade não estejam comprometidas do ponto de vista da qualidade da água, os problemas decorrentes do inadequado saneamento no entorno da Lagoa Encantada, aliados à falta de infraestrutura básica para o turismo, podem alcançar um nível de degradação ambiental que implica na restrição do uso da água para recreação, tanto da balneabilidade como na redução geral da atração turística.

Outro estudo de 2007⁶² afirma que o projeto de "desenvolvimento através do turismo" implantado pelo Governo da Bahia por meio do PRODETUR e que exigia um trabalho intenso de Educação Ambiental voltado para as populações das APAs e turistas, nunca foi realizado conforme o proposto. Essas populações estão inseridas em área privilegiada da Mata Atlântica e o trabalho de comunicação impressa realizado na APA da Lagoa Encantada se mostrou deslocado das perspectivas populares da Educação Ambiental quanto à capacidade de compreensão das populações às quais se destina.

O atual Conselho Gestor da APA, gestão 2010/2012, não tem se reunido com frequência. Sua composição é paritária e compreende representantes governamentais dos 7 municípios, além de representantes não governamentais. Veja quadro seguinte.

Instituições Governamentais

1. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA (Coordenação)
2. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
3. Capitania dos Portos
4. Prefeitura de Ilhéus
5. Superintendência de Desenvolvimento dos Pólos Turísticos - SUINVEST
6. Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
7. Instituto de Meio Ambiente/IMA (Base Mata Atlântica)
8. Delegacia de Meio Ambiente
9. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Barro Preto
10. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Coaraci
11. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itajaípe
12. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Uruçuca
13. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Almada
14. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itabuna
15. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Ilhéus

Instituições Não - Governamentais

1. Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais (ABARÁ)
2. Associação de Proprietários Rurais
3. Associação das RPPNs
4. Colônia de Pescadores Z34
5. Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente - IDEMA
6. Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC
7. Associação dos Pequenos Produtores da Nascente do Rio Almada
8. Associação dos Moradores de Castelo Novo
9. Associação dos Moradores de Urucutuca / Campinhos / Vila Olímpio / Ribeira
10. Associação de Moradores de Aritaguá/Sarabaituba
11. Associação dos Moradores de Areias
12. Associação dos Moradores de Juerana/Marisol
13. Associação dos Moradores de Jóia do Atlântico/ Mamoan
14. Associação das Indústrias
15. Sindicato dos Jornalistas

62. ALBUQUERQUE, E. C. P. T. de; ROCHA, M. M. da; OLIVEIRA, R. B. de. *A Comunicação em Áreas de Proteção Ambiental – o caso da APA da Lagoa Encantada em Ilhéus - Bahia*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Santos – 29/8 a 2/9 de 2007.

A fragilidade das condições de proteção dos valiosos remanescentes da Mata Atlântica e dos seus ecossistemas associados na área de proteção, agrava-se com a proposta dos governos Federal e Estadual para a construção de uma ferrovia e porto de minério atravessando a APA Lagoa Encantada e Rio Almada no município de Ilhéus (Figura 21). Esses empreendimentos previstos causarão maior fragmentação à vegetação impedindo a conectividade dos fragmentos florestais e aumentando o declínio da diversidade de espécies, acontecendo na contramão do projeto Corredor Central da Mata Atlântica e Reserva da Biosfera (ver item 4.2 desta seção).

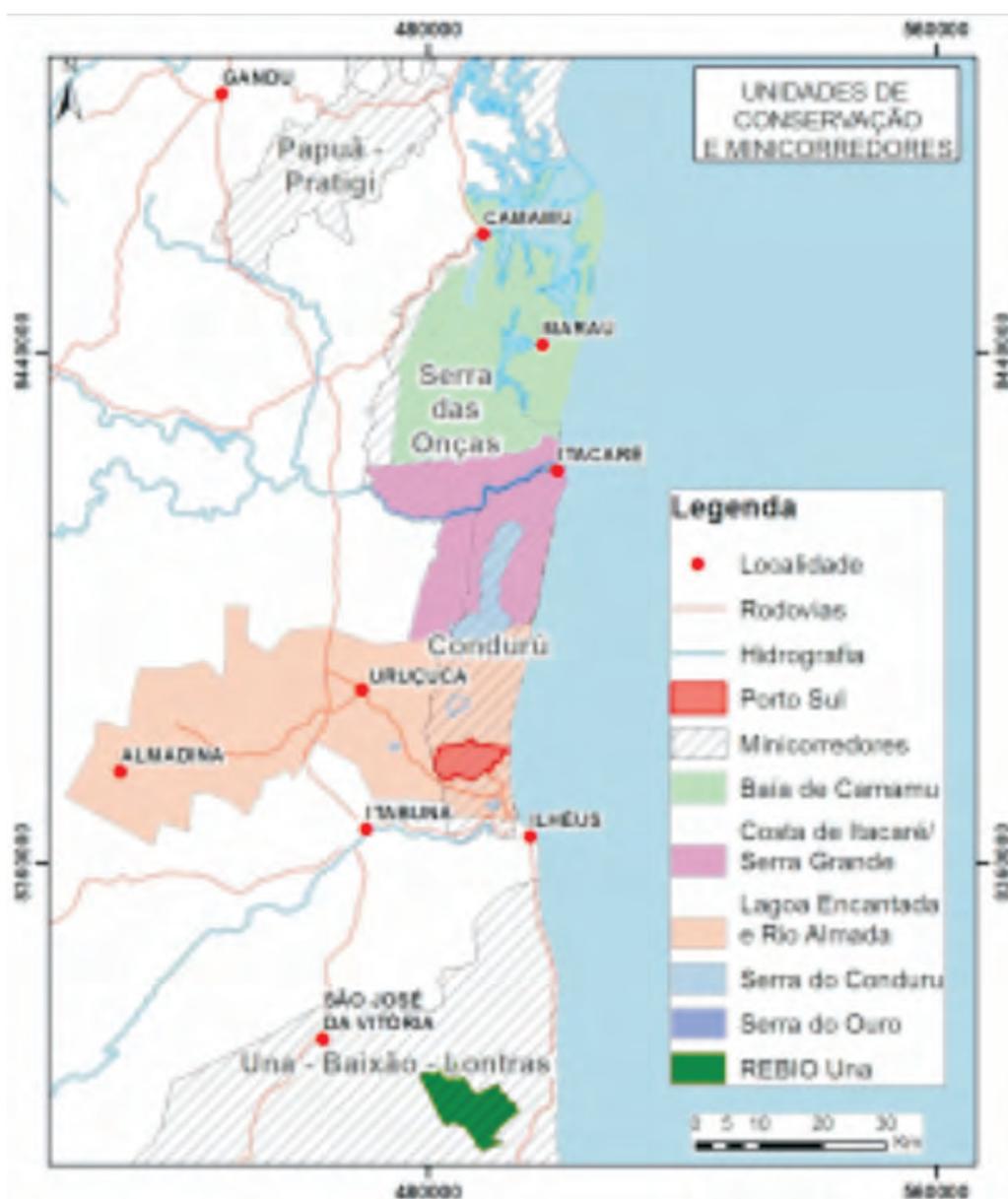


FIGURA 21
 Projeto Porto Sul em Área da APA Lagoa Encantada e Rio Almada no Município de Ilhéus
 Fonte: Fonte: RIMA-Relatório de Impacto Ambiental Porto Sul. Hydros/Orienta. Derba. Governo da Bahia. Tomo IV Diagnóstico Ambiental e Social. 2011

PARQUE ESTADUAL SERRA DO CONDURU

O Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), situado nos municípios de Uruçuca, Itacaré e Ilhéus, foi criado em 1997 e ampliado em 2003. A área do PESC re-presenta um grande fragmento do Bioma Mata Atlântica, cuja parcela de 15% está inserida no município de Ilhéus, o equivalente a 1.391,25 ha, como mostra a Figura 22.

A principal peculiaridade da região do parque é, sem dúvida, sua altíssima riqueza de espécies. Dentre as áreas de ocorrência de Floresta Ombrófila Densa Submontana em todo o território nacional, a área do PESC abriga a maior riqueza de espécies já registrada até o momento. Em um único hectare estudado na região foram encontradas 458 espécies de plantas lenhosas, acima de 5 cm dap, ou 276 espécies acima de 10 cm dap (Thomas et al., 1998)⁶³. Estes números colocam essa região entre as áreas com maior riqueza de espécies vegetais no mundo.

O Plano de Manejo do PESC⁶⁴ apresenta algumas características da unidade em termos de ações que contemplam atividades de conservação. Educação Ambiental é uma atividade não implementada até o momento. A fiscalização é realizada de forma esporádica pelos órgãos responsáveis e através de campanhas eventualmente financiadas pelo Projeto Corredores Ecológicos. Poucas pesquisas estão em andamento, sendo caracterizadas por coletas esparsas de poucos grupos biológicos de interesse. A visitação é realizada de forma desordenada nas cachoeiras e corredeiras da área, tanto por grupos de moradores locais, como por turistas agenciados. Algumas atividades conflitantes ocorrem dentro da unidade como: agricultura, caça, pastoreio, corte e retirada de vegetação nativa, além da presença de posseiros em razão de sua incipiente regularização fundiária.

RESERVA BIOLÓGICA DE UNA

A Reserva Biológica de Una (REBIO) é uma categoria de unidade de conservação de uso indireto, sob jurisdição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

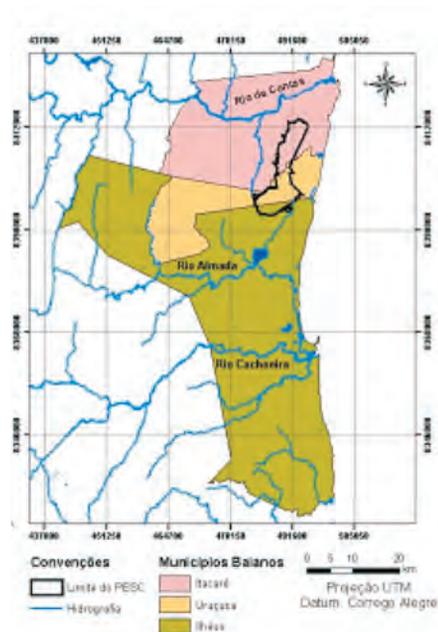


FIGURA 22
Parque Estadual do Conduru inserido nos municípios baianos

Fonte: Laboratório de Geoprocessamento - IESB 2004

63. THOMAS, W. W., A. M. V. CARVALHO, A. M. A. AMORIM, J. GARRISON & A. L. ARBELÁEZ. 1998. Plant endemism in two forests in southern Bahia, Brazil. *Biodiversity and Conservation* 7: 311-322.

64. Plano de Manejo do Parque Estadual do Conduru. CRA/BA. Dezembro 2005.

(ICMBio). Seu objetivo é assegurar a preservação integral das espécies da fauna e flora, além de outros atributos naturais existentes em seus limites. Localiza-se no município de Una e compreende uma área de 18.500 ha, sendo que uma pequena porção do seu perímetro, equivalente a 410 ha, encontra-se no território de Ilhéus, ao sul do município, ou seja, aproximadamente 2,2% da área total da unidade de conservação.

A REBIO de Una, criada em 1980 e ampliada em 2007, é uma unidade relevante para garantir a permanência de plantas e animais ameaçados de extinção, entre eles: o mico-leão-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), o macaco-prego-de-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*), o ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*) e o pássaro acrobata (*Acrobatornis fonsecai*).

O conselho gestor da REBIO de Una não esteve muito ativo em 2011. Dentre os seus membros destacam-se alguns representantes do município de Ilhéus⁶⁵:

- Comunidade Indígena Tupinambá
- Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
- Fundação Nacional de Saúde - Unidade Avançada Sul (FUNASA)
- IESB
- Instituto Dríades
- Associação de Proprietários de Reservas Particulares da Bahia (PRESERVA)
- Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA)
- Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

As maiores pressões na UC e em seu entorno são: caça, desmatamento, especulação imobiliária, bem como extração ilegal de areia.

RESERVA DA VIDA SILVESTRE DE UNA - REVIS / UNA

A Reserva de Vida Silvestre de Una (Figura 23), criada em 2007, é uma unidade de conservação de proteção integral que visa proteger ambientes naturais e assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora da localidade e da fauna residente ou migratória. Nesse sentido, ela é uma continuidade de proteção da fauna e flora ao fazer limite com a Reserva Biológica de Una. A REVIS de Una possui 23.404 ha, com uma pequena parte, cerca de 7.500 ha, dentro dos limites de Ilhéus e está sob a jurisdição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

65. Coordenação da REBIO-UNA. Comunicação pessoal



FIGURA 23

Localização do Refúgio de Vida Silvestre de Una, Município de Una e Ilhéus.

Fonte: ICMBio-MMA

Essa categoria de unidade de conservação legalmente permite a permanência de propriedades privadas em seu perímetro desde que suas atividades agrícolas sejam adequadas às normas de conservação do órgão gestor. Caso os proprietários não concordem, as terras podem ser desapropriadas pela União. Desde a sua criação em 2007, o Poder Público ainda não desenvolveu ações efetivas para a sensibilização dos moradores na unidade. O sucesso do REVIS está condicionado ao desenvolvimento sustentável da comunidade local⁶⁶.

Em termos de pessoal e infraestrutura, a unidade conta com dois servidores e dois carros, sendo que apenas um dos servidores possui portaria de Fiscal de Meio Ambiente. As pressões e ameaças na UC e seu entorno são: corte seletivo de madeira, desmatamento de pequenas áreas florestais para a conversão em pastos e plantio de pequeno porte, extração de areia e caça. Não possui conselho gestor nem plano de manejo.

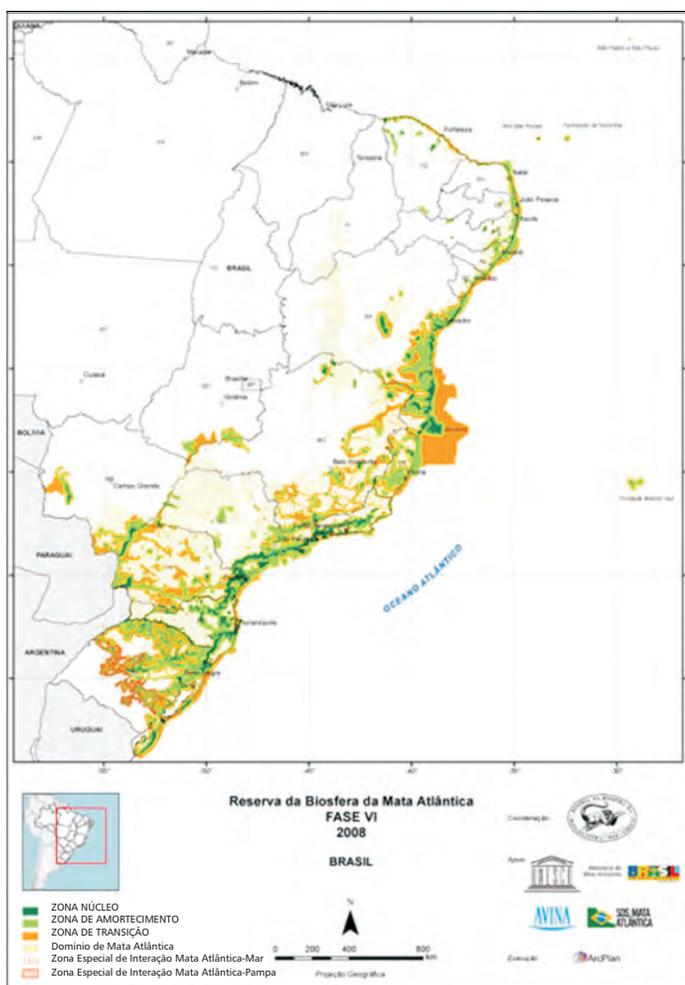
66. LISBOA, G. S. , JÚNIOR, G. de J., MELO, M. de . As limitações administrativas da União no Refúgio de Vida Silvestre de UNA, sul da Bahia. Lisboa. <http://www.ambito-juridico.com.br/>

4.3 Reserva da Biosfera e Corredores Ecológicos

A Reserva da Biosfera é o principal instrumento do Programa MaB (Man and the Biosphere) da UNESCO e compõe uma rede mundial de áreas voltadas à Pesquisa Cooperativa, à Conservação do Patrimônio Natural e Cultural e à Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Para tanto, devem ter dimensões suficientes, zoneamento apropriado, políticas e planos de ação definidos e um sistema de gestão participativo, envolvendo os vários segmentos do governo e da sociedade.

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA, a primeira criada no Brasil, em 1991 e ampliada seis vezes, atualmente abrange uma área com cerca de 35 milhões de hectares, formando um grande corredor ecológico em 15 estados brasileiros. É a maior e uma das mais importantes unidades da Rede Mundial da UNESCO, que hoje inclui 440 Reservas da Biosfera em 97 países.

No Brasil a RBMA é administrada pelo Conselho Nacional da RBMA, que é composto de representantes do Poder Público e da Sociedade Civil de forma paritária. Cada Estado possui um Comitê Estadual, como é o caso da Bahia. Além disso, devido ao tamanho do território estadual, na Bahia foram criados Subcomitês regionais. Na região de Ilhéus, foi instituído o Subcomitê da Região Sul, composto por instituições públicas e da sociedade civil regional. Este Subcomitê teve atuação destacada durante vários anos na valorização da Reserva da Biosfera da região e no acompanhamento de várias ações de conservação ambiental, mas, neste momento precisa ser fortalecido.



Fonte: Revisão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Fase VI/2008

O modelo da RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - foi adotado pelo Comitê Brasileiro do Programa Homem e Biosfera - COBRAMAB e pelo Ministério do Meio Ambiente, que definiram como política nacional a criação de pelo menos uma grande Reserva da Biosfera em cada bioma brasileiro, com configuração espacial e sistema de gestão baseados na experiência da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Em consequência, a RBMA incluiu entre seus objetivos o apoio à criação e implantação daquelas “Reservas Irmãs” e à consolidação da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera. Atualmente a RBMA coordena a Rede Brasileira de Reservas da Biosfera.

Um corredor ecológico⁶⁷ é destinado à conservação ambiental em nível regional, envolvendo rede de áreas protegidas que passam por diferentes graus de ocupação humana, manejo nestes corredores ocorre de forma integrada para desenvolver possibilidade de sobrevivência das espécies, do ecos-sistema e de uma economia local sustentável que respeite os recursos naturais.



FIGURA 24
Corredor Central da Mata Atlântica
Projeto Corredores Ecológicos
Fonte: Jornal Eletrônico Esperança Conduru

O **Corredor Central da Mata Atlântica** (Figura 24) está sendo implementado pelo Projeto Corredores Ecológicos, que conta com a Coordenação do MMA, apoio da Cooperação Alemã, execução do Governo da Bahia e acompanhamento do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Um de seus objetivos é a geração de cenários alternativos para a manutenção e o incremento do grau de conectividade através de ações que permitam a maximização do fluxo de indivíduos (ou minimização do grau de resistência) das diferentes espécies que compõem as comunidades florísticas e faunísticas (Ayres e Fonseca, 2005)⁶⁸.

Dois minicorredores, localizados no Corredor Central da Mata Atlântica,

67. <http://esperancaconduru.blogspot.com.br/>

68 AYRES, J. M.; FONSECA, G. A. B.; RYLANDS, A.B.; Queiroz, H.L.; PINTO, L. P.; MASTERSON, D.; CAVALCANTI, R. B. Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil. Belém: Sociedade Civil Maminaurá. 256p. 2005.

abrangem áreas do município de Ilhéus, Esperança-Conduru e Una-Baixão-Lontras, planejando a conectividade do PESC com o Parque da Boa Esperança e a Reserva Biológica de Una com as reservas Baixão e Lontras, respectivamente.

O Minicorredor Conduru-Boa Esperança envolve os municípios Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, englobando as seguintes Unidades de Conservação: Parque Estadual Serra do Conduru, que passa pelos três municípios; Parque Municipal Boa Esperança em Ilhéus; Área de Proteção Ambiental (APA) Itacaré/ Serra Grande; e APA Lagoa Encantada e Rio Almada, em Ilhéus. Este Minicorredor, além da conexão de remanescentes florestais, considerado é um dos mais ricos em biodiversidade de todo o planeta e, também, um dos mais ameaçados, incluindo a valorização do sistema cabruca e outros sistemas de cultivo associados à conservação ambiental.

Quatro metas foram estabelecidas para a concretização do Minicorredor Conduru—Boa Esperança, algumas das quais já foram executadas⁶⁹:

- Planejar a paisagem do minicorredor, buscando conectar remanescentes à unidade de conservação;
- Reduzir a fragmentação, mantendo ou restaurando a conectividade da paisagem;
- Implementar, gerir e reconhecer a UC e realizar a averbação de Reserva Legal (RL);
- Comunicar todas as ações relativas a sociedades civis, entidades, instituições e população em geral, através dos diversos meios de comunicação.

69. <http://www.florestaviva.org.br/como-atuamos-areas-protetidas.html>.



4.4 Terras Indígenas

Os estudos de identificação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, realizados por antropólogos, foram acolhidos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 2009⁷⁰. A área proposta para demarcação, correspondente ao território de Ilhéus, está delineada no mapa da Figura 19. A superfície total da área requerida é de 47.376 ha e perímetro de 150 Km, sendo localizada nos Municípios de Ilhéus, Buerarema e Una. Estimados em 3.000 indivíduos, os Tupinambá habitam em pequenas unidades familiares distribuídas em uma área que abrange tanto a costa marítima quanto uma região de Mata Atlântica a norte e ao sul da Vila de Olivença.

A Terra Indígena Tupinambá de Olivença, segundo o relatório, é ocupada tradicionalmente pelos Tupinambá cuja predominância de traços da vida social remonta à grande família Tupi. Mesmo antes de se fixarem em aldeamento jesuíta, as referências históricas consultadas mostram que os índios já se encontravam nessa região, sendo que a maioria tem a procedência Tupi (Tupiniquim e/ou Tupinambá), havendo a menção da existência de Aimorés e Botocudos e grupos provenientes de outros aldeamentos jesuítas da região de Ilhéus. Estes grupos indígenas resistiram à ocupação dessas terras e atacavam os empreendimentos coloniais, o que postergou a ocupação e a fixação de aldeamentos nessa área ao sul do Estado da Bahia.

A Terra Indígena Tupinambá de Olivença está inserida no domínio da Mata Atlântica e ecossistemas associados e integra diversas unidades de paisagens, existindo floresta nos seus estágios avançado, médio e inicial de regeneração. Vale ressaltar que as terras indígenas são reconhecidas como áreas protegidas, bem como é previsto um plano para conservação e uso sustentável da diversidade biológica nessas terras, instrumento importante para a gestão integrada de mosaicos de áreas protegidas, conforme o Decreto Federal nº5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP.

Os rios mais importantes em volume, extensão e uso pelos Tupinambá de Olivença são o rio Acuípe/Sapucaeira, parte do Maruim, os rios Una, Santana, Santaninha e Cipó. Atualmente os índios são impedidos de acessar muitos dos trechos dos rios por estarem em áreas de fazendas. Há descrição de desmatamento ilegal, exploração mineral de areia e o uso de áreas de trechos do rio, mesmo das suas nascentes, por parte de não indígenas. Dentre as inúmeras unidades de paisagem que compõem a terra indígena, destaca-se a

70. Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. Diário Oficial da União. Nº 74, segunda-feira, 20 de abril de 2009

restinga, paisagem típica de terrenos arenosos e que ocorre com maior intensidade na faixa litorânea da área proposta, englobando formações herbáceas e arbustivas. É na restinga que se encontra maior domínio natural da piaçaba. Para o interior da terra indígena, os índios habitam uma cadeia de montanhas composta pelas Serras das Trepes, do Serrote e do Padeiro. Essas serras têm solos férteis onde ocorrem as nascentes dos rios Maruim e Acuípe. Outro ecossistema importante é o manguezal que integra Acuípe/Lençol ou Cajueiro, bem como áreas de brejos e várzeas - áreas inundáveis, encontradas nas restingas ou em meio à floresta, muitas vezes associadas às baixadas nas margens de rios.

A Vila de Olivença é o marco referencial da área que está sendo proposta. O local teve origem em 1680 com a edificação do aldeamento jesuíta Aldeia de Nossa Senhora da Escada, sendo também área de habitação consolidada. É na vila que os Tupinambá praticam um conjunto diversificado de atividades que envolvem a pesca no mar e no rio, a extração de piaçaba, bem como desenvolvem atividades ligadas ao turismo, festas e rituais que caracterizam seu modo de ser, também, é o local onde se encontra importante cemitério indígena.

Em 02 de março de 2012 os Tupinambá venceram uma etapa no processo de demarcação da TI Tupinambá de Olivença em curso na FUNAI, quando o Ministro da Justiça expediu portaria declaratória (Despacho n. 037/PRES 2012). Segundo o despacho, "As contestações foram devidamente analisadas e consideradas desprovidas de elementos capazes de descaracterizar a tradicionalidade da ocupação indígena, nos termos do art. 231 da CF/88".



Fotos:
Escola Estadual Indígena Tupinambá de Olivença

4.5 Comunidades Rurais

Comunidades rurais estão diretamente relacionadas com o ambiente natural da Mata Atlântica, uma vez que grande parte da sobrevivência das famílias agrícolas depende do uso dos recursos naturais, seja para fins econômicos ou para subsistência.

Desta forma, a identificação das populações humanas rurais no ambiente natural é importante para o planejamento de ações de conservação e recuperação da Mata Atlântica. O diagnóstico do Plano Municipal da Mata Atlântica de Ilhéus identificou assentamentos



rurais e populações que estão organizadas em associações, algumas das quais participaram das oficinas de diagnóstico e planejamento do PMMA-Ilhéus. A Figura 25 mostra o mapa das populações de Ilhéus estabelecidas em associações e em assentamentos agrários pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Um estudo realizado em 2002 por Silva⁷¹ caracterizou 34 associações no município de Ilhéus e forneceu os dados para a localização e coordenadas geográficas no Sistema Universal Transversal de Mercator (UTM), para a realização do mapa da Figura 25. A pesquisa identificou inicialmente um total de 59 associações conforme cadastros da Secretaria da Receita Federal (SRF), do Cartório de Registro de Títulos e Documentos, da Prefeitura Municipal de Ilhéus e da CEPLAC. Somente 34 foram consideradas efetivas em termos de gestão e obtidas as coordenadas geográficas.

Silva (2002) afirma que o associativismo é uma opção para se conscientizar e se mobilizar cada vez mais a população na luta por seus direitos. Na Região Cacaueira da Bahia, é visível a tendência organizativa dos agricultores, demonstrada pela existência de muitas associações e cooperativas. Entretanto, nem todas são exemplos de êxito da prática associativista, principalmente quando os pequenos agricultores são induzidos nos processos de constituição dessas organizações sociais. Este fato tem causado a ineficácia de muitas organizações, por não possibilitar o desenvolvimento e a maturação da consciência coletiva de seus membros, condição necessária e fundamental para a prática associativista saudável. Especula-se que muitas dessas associações são constituídas como meros acertos de conveniências políticas, ou simplesmente como instrumento formal para acesso ao crédito.

O estudo distinguiu as associações como consensuais e constrangidas, cujas modalidades vão caracterizar o modo de associativismo em Ilhéus, e dizer se são organizações que agem de forma eficaz na participação social e quais os benefícios da ação coletiva. A espontaneidade nos processos de participação na constituição da associação é que a caracteriza como consensual. Neste tipo de associação, as pessoas diretamente envolvidas colocam-se como sujeitos de vontade, de pensar e transformar o ambiente onde vivem, tanto perante as demais pessoas e/ou organizações da sociedade civil, como perante as pessoas e os organismos governamentais (Carvalho, 1998, citado por Silva)⁷². Por outro lado, quando os agricultores se deixam envolver pelo artificialismo ou constrangimento durante os processos de constituição de suas associações, estas são chamadas de constrangidas.

71. SILVA, A. F. R., TREVISAN, S. D. P., MASCARENHAS, G. C. C. *Consensualismo, Constrangimento e a Sustentabilidade das Associações de Produtores Rurais de Ilhéus-Bahia-Brasil. Dissertação Mestrado. UESC. 2002.*

72. CARVALHO, H. M. de. *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Curitiba -PR : IICA/MEPF/NEAD 1998. Disponível em < <http://www.dataterra.org>*

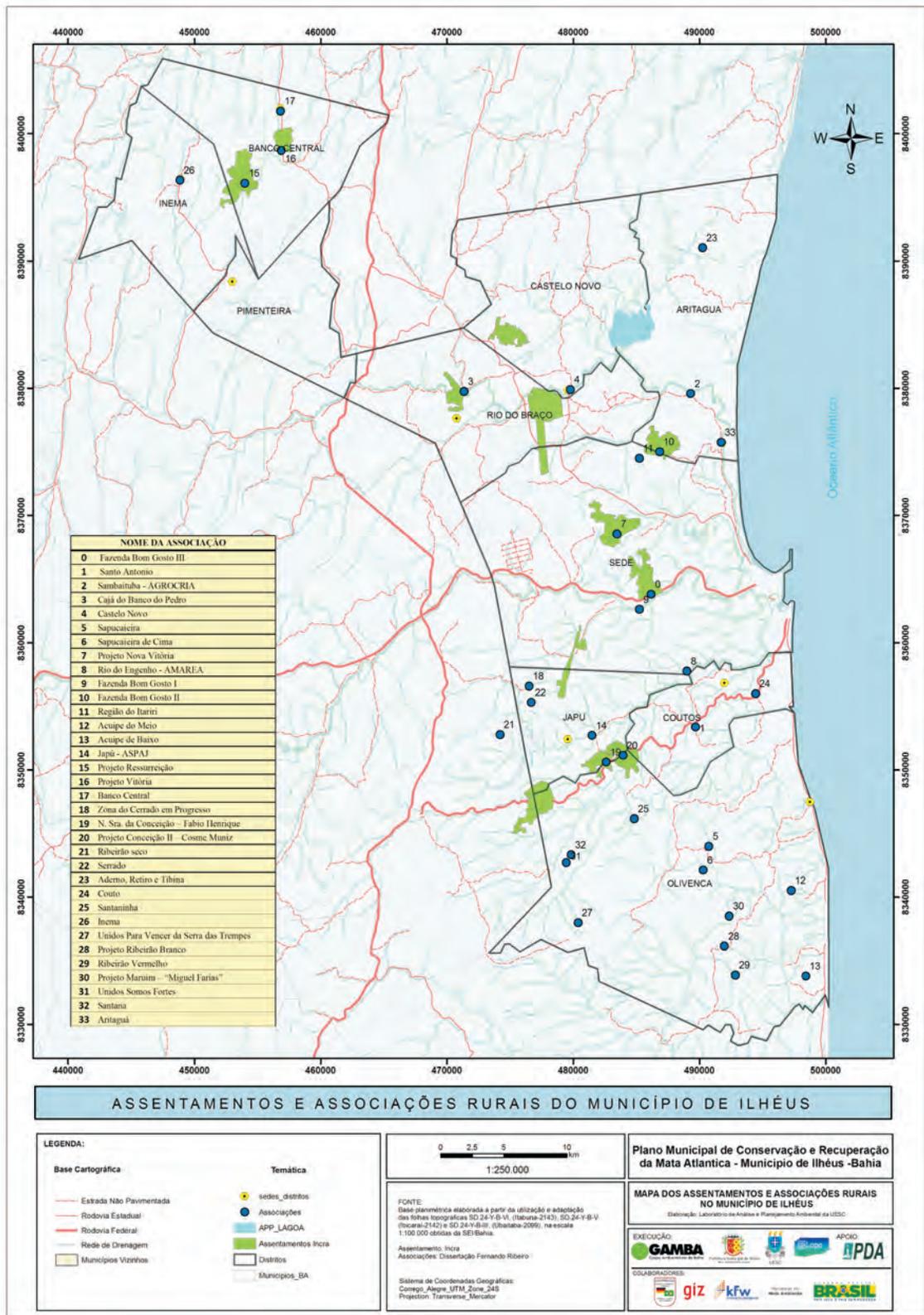


FIGURA 25
Assentamentos e Associações Rurais do município de Ilhéus



Silva afirma ainda que, no Brasil os planos de crédito rural orientado, historicamente, vêm sendo propostos como um dos instrumentos de crescimento e modernização da agricultura, especificamente a partir da década de 60, tendo sua institucionalização se dado através da Lei nº 4.829 de 05 de novembro de 1965. A partir daí, vários programas foram concebidos baseados no marco teórico da Modernização. As ideias referentes a esta teoria desempenharam papel importante no desenvolvimento agrícola brasileiro, principalmente nas décadas de 70 e 80, em que a concepção de programas de desenvolvimento rural integrado trazia no seu bojo a proposta global de modernização da agricultura brasileira, com intervenções nas áreas onde predominam pequenos agricultores.

Entretanto, nas avaliações dos programas daquela época, ficou evidente que os pequenos produtores beneficiados com programas específicos não conseguiram alcançar um nível de desenvolvimento socioeconômico sustentável capaz de promover as alterações substanciais de sua situação inicial.

Do esforço governamental entre as décadas de 60 – 80 resultou um processo diferenciado de modernização na agricultura brasileira, e jamais de modernidade, porque não alcançou as metas nos planos social, econômico, ambiental e cultural.

Aos pequenos agricultores cabe o dever de se organizarem para vencer as barreiras dos "condicionantes" (Gomes, 1986, citado por Silva)⁷³ e alcançarem a modernização sustentável. Entre as formas de organização, o associativismo se destaca como o melhor caminho para fortalecimento do pequeno produtor, porque estimula o espírito participativo; cria consciência econômica, política e social; viabiliza recursos, serviços e crédito; serve de instrumento para aumentar o poder de barganha, melhora a comercialização dos produtos; possibilita influenciar na formulação de políticas públicas; colabora na conservação dos recursos naturais e pode ser usado como vetor educacional.

73. GOMES, S. T. *Condicionantes da modernização do pequeno agricultor*. São Paulo. IPE/USP, 1986